



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ELIANE LUIZA DE AGUIAR FRANCISCHINI

**RECURSOS LINGUÍSTICO-ENUNCIATIVOS EM COLUNAS
DE OPINIÃO DE DIOGO MAINARDI**

Londrina
2013

ELIANE LUIZA DE AGUIAR FRANCISCHINI

**RECURSOS LINGUÍSTICO-ENUNCIATIVOS EM COLUNAS
DE OPINIÃO DE DIOGO MAINARDI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Esther Gomes de
Oliveira

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F819r Francischini, Eliane Luiza de Aguiar.

Recursos linguístico-enunciativos em colunas de opinião de
Diogo Mainardi / Eliane Luiza de Aguiar Francischini. –
Londrina, 2013.

188 f. : il. + anexos no final da obra.

Orientador: Esther Gomes de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) –
Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem,
2013.

Inclui bibliografia.

1. Mainardi, Diogo, 1962 – Teses. 2. Linguística de corpus –
Teses. 3. Análise do discurso – Teses. 4. Semântica – Teses. I.
Oliveira, Esther Gomes de. II. Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em
Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 801

ELIANE LUIZA DE AGUIAR FRANCISCHINI

**RECURSOS LINGUÍSTICO-ENUNCIATIVOS EM COLUNAS DE
OPINIÃO DE DIOGO MAINARDI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra Esther Gomes de Oliveira
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas
UFSCAR – São Carlos - SP

Prof. Dr. Luis Carlos Migliozi Ferreira de Mello
UEL – Londrina - PR

Londrina, 24 de abril de 2013.

*Dedico esse trabalho à minha
querida mãe, Maria Luiza Mateus
Tomaz, por quem eu devo, por meio
da vontade divina, o dom maior da
vida e herdei o amor pela
educação.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me permitido concluir esse trabalho com saúde. Sempre acreditei na realização desse sonho com fé e confiança. Obrigada Senhor!

Agradeço, imensamente, à minha orientadora, Prof^a Dr^a Esther Gomes de Oliveira, por ter me conduzido no meio acadêmico, acreditando em meu potencial e no meu projeto de pesquisa. Agradeço, imensamente, a ela pelas orientações dadas, pelas leituras solicitadas, pelas correções primorosas, pelos empréstimos de sua biblioteca particular, pela ajuda nas preparações para eventos e congressos e pela dedicação e amor à sua disciplina de pesquisa. Agradeço, imensamente, por ter me atendido todas vezes que solicitei. E, acima de tudo, agradeço por ela ter me permitido desfrutar e compartilhar de seu gigantesco amor pela pesquisa e pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina.

Agradeço aos professores, Dr. Roberto Leiser Baronas e Dr. Luis Carlos Migliozi Ferreira de Melo, pelo tempo e dedicação primorosa que me concederam ao aceitarem fazer parte da banca examinadora desse trabalho e, também, pelas contribuições acertadas que me proporcionaram em minha qualificação.

Agradeço, à professora Isabel Cristina Cordeiro pelo apoio e pelas contribuições ao meu trabalho feitas no SEDATA e um agradecimento especial a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina.

Agradeço ao meu amado esposo, Rafael Francischini, pelo apoio e carinho que sempre me concedeu ao longo desses dois anos. Agradeço, principalmente, pelo fato, dele, por nenhum momento, ter se queixado de minhas infinitas ausências para que eu pudesse me dedicar a conclusão dessa pesquisa.

Agradeço à minha mãe, minha irmã e meu sobrinho, Maria Luiza Mateus Tomaz, Débora Regina de Aguiar e Gianluca Aguiar Alves, por todas palavras de incentivo e carinho a mim concedidas durante esse período.

Agradeço, *in memoriam*, ao meu querido pai, Anastácio Cassimiro de Aguiar, que foi ceifado da vida tão cedo, mas que, antes de partir, concedeu-me lições de respeito e humildade. Também, *in memoriam*, agradeço ao meu avô, Isaias Mateus Tomaz, por todo carinho e amor a mim dedicado nos vinte e dois anos que estive ao seu lado.

Agradeço aos inseparáveis amigos da Pós-Graduação: Talita, João Thiago, Anderson, Camila, Lia, Cássia, Roberta, Ednéia e Ana Paula, companheiros queridos, amigos de fé, com os quais eu compartilhei inúmeras dúvidas, frustrações, ansiedades e, muitas, mas muitas alegrias. Obrigada!

Agradeço a todos meus companheiros de trabalho, educadores queridos, do Colégio Estadual Unidade Polo que tanto me incentivaram para o término dessa etapa. Agradeço, também, ao Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria Estadual de Educação que me concedeu licença de minhas funções como professora, para que eu pudesse me dedicar a esse importante capacitação, o que me proporcionou a tranquilidade financeira de ver esse trabalho concluído.

PRECE

Concede-me, Senhor, a graça de ser
boa,
De ser o coração singelo que perdoa,
A solícita mão que espalha, sem
medidas,
Estrelas pela noite escura de outras
vidas
E tira d'alma alheia o espinho que
magoa.

Helena Kolody (in Paisagem Interior,
1941)

FRANCISCHINI, Eliane Luiza de Aguiar. **Recursos linguístico-enunciativos em colunas de opinião de Diogo Mainardi**. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RESUMO

A Retórica, arte da persuasão, nasceu quando os filósofos gregos passaram a sistematizar atos linguísticos inerentes à linguagem humana. Por meio do registro e, do conseqüente ensino deste processo, eles puderam verificar os efeitos de sentido alcançados pelos processos argumentativos. Instrumentalizar, manipular e produzir escolhas linguísticas com o objetivo de convencer o interlocutor é, claramente, a forma mais adequada para que percebamos o poder que as palavras possuem. Na contemporaneidade, a Semântica Argumentativa e a Linguística Textual, como ciências da linguagem, retomaram esses conceitos e, por meio de suas pesquisas consideram a linguagem como um fenômeno pragmático e discursivo e seus produtores como sujeitos dotados de intencionalidade. Nessa perspectiva, nosso trabalho analisará duas colunas de opinião produzidas por Diogo Mainardi, para a revista *Veja*, no ano de 2010. A análise do *corpus* é embasada na teoria da argumentação dos franceses Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre (1976) e da categorização de alguns fatores de textualidade, sistematizados pelos alemães Robert Beaugrande e Wolfgang Dressler (1981), seguido das contribuições de Ingedore Koch (1987). Articulado aos conceitos desses pesquisadores, propomos uma investigação que perpassa pelo contexto físico e social da produção que condicionou a produção do gênero e, também, a análise das cenas enunciativas projetadas pelo enunciador a partir da constituição de seu discurso, com contribuições do Intercionismo Sociodiscursivo e da Análise do Discurso de linha francesa. As duas colunas possuem o mesmo mote, segundo seu autor, criticar a aliança política que resultou na eleição de Dilma Rousseff à presidência da República, em 2010. Como opositor do governo petista, o colunista produz determinadas escolhas linguístico-enunciativas, dependentes de um contexto de produção imediato e histórico-social, que posiciona o interlocutor diante de uma enunciação condicionada por elementos argumentativos.

Palavras-chave: Coluna de opinião. Argumentação. Fatores textuais.

FRANCISCHINI, Eliane Luiza de Aguiar. **Linguistic-enunciative resources in opinion columns by Diogo Mainardi**. 2013. 188 p. Dissertation (Master's degree in Language Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ABSTRACT

The Rhetoric, the art of the persuasion, was born when the Greek philosophers started to systemize linguistic acts that are inherent to the human language. Through the registry, and the consequent teaching of this process, they were able to verify the effects of meaning achieved by the argumentative processes. Instrumentalize, manipulate and produce linguistic choices in order to convince the interlocutor is clearly the most appropriate way for us to realize the power of the words. Nowadays, the Semantic Argumentative and the Textual Linguistics, as language sciences, resumed these concepts and, through their research, they consider the language as a pragmatic and discursive phenomenon and its producers as subjects endowed with intentionality. From this perspective, our work will analyze two columns of opinion produced by Diogo Mainardi, published in the magazine *Veja*, in 2010. The analysis of the corpus is based on the theory of the argumentation by the French Oswald Ducrot and Jean-Claude Anscombre (1976) and on the categorization of some factors of textuality, systematized by the Germans Robert Beaugrande and Wolfgang Dressler (1981), followed by the contributions of Ingedore Koch (1987). Articulated to the concepts of these researchers, we propose a research that moves through the physical and social context of production that conditioned the production of gender, and also the analysis of enunciative scenes designed by enunciator from the constitution of his speech, with contributions of Intercionismo Sociodiscursivo and Discourse Analysis of French line. The two columns have the same mote, according to the author, criticizing the political alliance that resulted in the election of Dilma Rousseff for president in 2010. As an opponent of the PT government, the columnist makes certain linguistic and enunciative choices that are dependent of an immediate and socio-historical context, which places the interlocutor facing a statement conditioned by argumentative elements.

Keywords: Opinion column. Argumentation. Textual factors.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Coluna de Diogo Mainardi para Revista Veja.....	42
Figura 2 – Capa da 1ª Edição da Revista Veja.....	52
Figura 3 – Apresentação dos colunistas da Revista Veja.....	54
Figura 4 – Reprodução da página <i>on-line</i> do colunista	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Marques (2003, p.17)	48
Tabela 2 – Koch (2004b, p. 30- 40).....	98
Tabela 3 – As descrições das figuras foram elaboradas a partir de pesquisas feitas em: Abreu (2005); Bechara (2006); Rocha Lima (2003); Azevedo e Oliveira (2005)	107
Tabela 4 – Contexto físico das colunas de opinião selecionadas	114
Tabela 5 – Contexto sociossubjetivo das colunas de opinião selecionadas	114
Tabela 6 – Conteúdo temático das colunas de Diogo Mainardi	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 JUSTIFICATIVA	14
2 OBJETIVOS	16
2.1 OBJETIVO GERAL.....	16
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
3 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	17
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
5 DELIMITAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	20
1 CAPÍTULO – O DISCURSO JORNALÍSTICO	21
1.1 GÊNERO TEXTUAL: CONCEPÇÕES E APORTES TEÓRICOS.....	22
1.1.1 Concepção do Círculo de Bakhtin	23
1.1.2 Concepção da Escola de Genebra - (ISD)	27
1.1.3 As cenas da enunciação	33
1.1.4 <i>Ethos</i> discursivo	37
1.2 A ESFERA JORNALÍSTICA E O GÊNERO COLUNA DE OPINIÃO	40
1.3 VEÍCULO MIDIÁTICO: A REVISTA VEJA	51
1.4 O COLUNISMO NA REVISTA VEJA	53
1.5 DIOGO MAINARDI: O COLUNISTA	55
2 CAPÍTULO - A LINGUÍSTICA TEXTUAL E A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA	58
2.1 O PERCURSO DA LINGUÍSTICA DE TEXTO	59
2.1.1 Análises transfrásticas.....	60
2.1.2 Gramáticas de texto	61
2.1.3 Linguística Textual – a Pragmática em ação.....	62
2.2 O PERCURSO DA ARTE ARGUMENTATIVA	66
2.2.1 Argumentação/Retórica: o percurso clássico	66
2.2.2 Argumentação/Retórica: do percurso medieval ao contemporâneo.....	71
2.2.3 A Semântica Argumentativa: consolidação da ciência	75

3	CAPÍTULO – A FORMAÇÃO DA COERÊNCIA E DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO: FATORES TEXTUAIS E ELEMENTOS LINGÜÍSTICOS COMO RECURSOS ARGUMENTATIVOS	80
3.1	RECURSOS ARGUMENTATIVOS	81
3.1.1	Situacionalidade	83
3.1.2	Intencionalidade/aceitabilidade	85
3.1.3	Intertextualidade	86
3.1.3.1	Intertextualidade restrita	88
3.1.4	Modalizadores	92
3.1.5	Operadores argumentativos	96
3.1.6	Subjetividade dêitica	100
3.1.7	Seleção lexical	102
3.1.8	Figuras de repetição	106
4	CAPÍTULO – ANÁLISE DO CORPUS	108
4.1	APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	109
4.1.1	ISD: o contexto de produção	113
4.1.2	As cenas enunciativas e o ethos discursivo	115
4.1.3	Recursos argumentativos: os fatores textuais	122
4.1.3.1	Situacionalidade	122
4.1.3.2	Intencionalidade/aceitabilidade	128
4.1.3.3	Intertextualidade	131
4.1.4	Recursos argumentativos: elementos linguísticos	138
4.1.4.1	Modalizadores	138
4.1.4.2	Operadores argumentativos	145
4.1.4.3	Subjetividade dêitica	156
4.1.4.4	Seleção lexical	162
4.1.4.5	Figuras de repetição	164
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
	REFERÊNCIAS	179
	ANEXOS	186

INTRODUÇÃO

1 JUSTIFICATIVA

A trajetória das pesquisas em ciências da linguagem, no século XX, sofreu significativas transformações. Inicialmente, a linguística era analisada pela perspectiva do sistema, porém com o passar do tempo, os linguistas incorporam aos estudos linguísticos, análises desenvolvidas em uma perspectiva pragmática e discursiva.

Esse processo não minimizou a importância dos estudos estruturalistas, pois foram a partir deles que se iniciou a marcha que difundiu a busca por pesquisas que, por um lado, levassem em consideração as orientações imanentes da língua; mas, por outro, considerassem a influência inegável das condições de produção, ou seja, da exterioridade linguística na materialização de gêneros de textos orais ou escritos.

A partir dessas pesquisas, os textos foram concebidos como manifestações enunciativas que se realizam por meio da interação entre sujeitos e suas ações sociais. Os textos, nessa perspectiva, são produções sociais e ideológicas e sua unidade de sentido é um fenômeno que depende da relação entre o enunciador, o contexto imediato e histórico que propiciou e condicionou a produção, bem como os possíveis interlocutores a quem essa produção se dirige. Sendo assim, é a articulação desses elementos que concedem aos gêneros textuais suas diversas funções sociais.

Conforme Vilela e Koch (2001), o texto não é uma materialidade pronta e definida por seus enunciadores, antes, é um processo que será concluído a partir das intervenções do outro, intervenções que passam por várias etapas de apreensão, como as linguísticas, textuais, semânticas, sociais, culturais e cognitivas.

Neste contexto, a língua é viva e atuante, não apenas um sistema hermético de regras. Seus usuários, enquanto enunciadores, utilizam-na como um fenômeno histórico e produtor de sentidos (Bakhtin, 2006). Marcuschi (2007, p. 71) define língua ao esclarecer que “[...] a língua é um sistema de indeterminações sintático-semânticas que se resolvem nas atividades dos interlocutores em situações sociocomunicativas.”

Guiados por essa concepção de língua, pretendemos verificar, em exemplares do gênero coluna de opinião, como o enunciador é influenciado pelo contexto sócio-histórico e como ele intervém, diretamente, na produção e recepção

das atividades “sociocomunicativas”. Portanto, as relações sociais organizam maneiras para se produzir e condicionar as manifestações discursivas conforme o interesse e a necessidade, por isso os gêneros são construtos infinitos e transformadores. No interior deles, as ações originárias do contexto imediato ou histórico, refletidas, por exemplo, na textualização dos fatores textuais ou pelas inúmeras possibilidades de utilizar recursos semântico-discursivos inscritos na língua, efetivam uma produção materializada em um gênero textual.

A partir dessas considerações a nossa dissertação se justifica. Nosso foco foi elaborar uma pesquisa que traçasse os aspectos que condicionam a estruturação argumentativa do gênero coluna de opinião, gênero textual propagador do discurso jornalístico. Para isso, compartilhamos o pressuposto do semanticista Oswald Ducrot: a argumentação inscreve-se na língua. Pois, por meio dela, o enunciador conduz o interlocutor a determinadas conclusões. Ou seja, para ele, os discursos são, essencialmente, persuasivos. Segundo Citelli (1994, p.6), “[...] é possível afirmar que o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo. É muito difícil rastreamos organizações discursivas que escapem à persuasão [...]”.

Para realizar tal tarefa, primeiramente, embasamos nossa pesquisa nos pressupostos teóricos que orientam a concepção de gênero textual/discursivo, por meio dos conceitos da teoria dialógica da linguagem de Bakhtin (2006) e da influência do contexto sócio-subjetivo na produção dos gêneros, definido a partir dos pressupostos do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) e, com o intuito de ampliar a discussão sobre a composição estrutural do gênero, articulamos a essas teorias, a abordagem que Maingueneau (2001, 2005) concretizou em diversos estudos ao aplicar aos gêneros a constituição das cenas enunciativas. Para uma abordagem dos elementos linguísticos como mecanismos argumentativos, aplicamos os pressupostos da Linguística Textual e da Semântica Argumentativa.

Para elaboração de nosso trabalho, o texto é um processo que busca colocar em foco a reciprocidade entre os sujeitos envolvidos em sua produção e recepção. Portanto, consideramos a linguagem como o meio que promove a interação comunicativa entre os seres humanos e, conseqüentemente, desenvolve a construção dos sentidos, concebidos por meio das relações sociocomunicativas contextualizadas.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Nossa dissertação possui a finalidade de analisar dois exemplares do gênero colunas de opinião do escritor Diogo Mainardi, publicadas em 2010, na Revista *Veja*, com base nos pressupostos teóricos do Interacionismo Sociodiscursivo complementados por algumas perspectivas da Análise do Discurso de linha francesa, da Linguística Textual e da Semântica Argumentativa.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos, conceituamos o discurso jornalístico, sua esfera de circulação e o gênero coluna de opinião que possui sua origem nesse contexto. Em seguida, descrevemos e aplicamos as concepções do Interacionismo Sociodiscursivo no contexto de produção do gênero textual coluna de opinião e as considerações sobre as cenas enunciativas a partir da teoria descrita por Maingueneau (2001, 2005).

Verificamos, por meio da análise dos recursos linguísticos e pragmáticos, como a macroestrutura textual foi constituída para que a argumentação do gênero se efetivasse. Para isso, detectamos as orientações argumentativas disponíveis a partir dos elementos linguísticos e semânticos, intencionalmente escolhidos pelo enunciador, a fim de alicerçar a trama persuasiva do texto.

3 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Nosso *corpus* constitui-se de duas colunas de opinião produzidas pelo então colunista Diogo Mainardi para a Revista *Veja*, em 2010. Os textos fazem uma análise dos acontecimentos que conduziram Dilma Rousseff, candidata da coligação liderada pelo PT, à presidência da República e ao apoio dado a ela pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. A primeira coluna intitula-se: *Com Dilma, o PT chega em quinto*, publicada na edição nº. 2191, em 17 de novembro de 2010. A segunda: *Meu adeus como colunista* foi publicada na edição nº. 2195, em 15 de dezembro 2010.

Em 1999, Diogo Mainardi começou a escrever como colunista para a Revista *Veja*, a partir de 2002, passou a utilizar esse espaço para criticar as ações do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o fez durante todo o governo do ex-presidente, em especial nos últimos 10 meses que antecederam o pleito de outubro de 2010, vencido por Dilma Rousseff, candidata apoiada por Lula.

As produções de Mainardi estão inseridas neste contexto e fazem parte de um conjunto de colunas escritas pelo articulista que, abertamente, atacava o governo brasileiro da época, sua tentativa de reeleição e, por fim, a consolidação do PT em mais uma disputa pela presidência do Brasil.

Por este posicionamento e, principalmente, pelo seu estilo de escrever, o sujeito-produtor foi criticado por diversos setores da sociedade, inclusive, judicialmente. Nosso interesse em seu trabalho é, exclusivamente, como fonte de pesquisa dos fenômenos linguísticos que conduziram à produção do gênero textual em foco, suas colunas de opinião, a linguagem argumentativa e a exposição dos fatores textuais, não nos colocando a favor ou contra seus posicionamentos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa pesquisa trata-se de um estudo que objetivou analisar as produções escritas, por meio da descrição e da interpretação dos dados levantados e da aplicação das teorias delimitadas. Para efetivarmos esse estudo, seguimos alguns passos, organizados, que descreveremos a seguir.

A introdução do trabalho traz a justificativa para a escolha do tema e de seu aporte teórico; apresenta os objetivos, a constituição e a delimitação do *corpus* e, por fim, nossa metodologia empregada na produção da dissertação.

O primeiro capítulo intitulado “O discurso jornalístico” tratou das características que compõem a linguagem jornalística e sua função social. Discorreu sobre a formação do gênero coluna de opinião e sua esfera de circulação e a composição das cenas enunciativas expostas no *corpus*. Também nesse capítulo, apresentamos o veículo midiático responsável pela edição das produções escritas e o enunciador responsável pelas escolhas do material linguístico utilizado nos textos, o colunista Diogo Mainardi. Essas considerações foram feitas pelo viés teórico do Interacionismo Sociodiscursivo, pela teoria dialógica da linguagem de Bakhtin e com algumas contribuições da Análise de Discurso de linha francesa.

No segundo capítulo, “A Linguística Textual e a Semântica Argumentativa”, descrevemos as bases teóricas essenciais de nossas análises. Este capítulo traçou um panorama que fundamentou as teorias e suas contribuições para os estudos das Ciências da Linguagem.

O terceiro capítulo, “A formação da coerência e da argumentação no discurso: fatores textuais e elementos linguísticos como recursos argumentativos”, descreve de que forma a situacionalidade, a intertextualidade, a intencionalidade/aceitabilidade são fatores constituintes do *corpus* e funcionam, em seu interior, como recursos pragmáticos que constituem a macroestrutura textual.

Esse capítulo definiu os principais recursos linguísticos presentes nos textos e suas funções argumentativas. Focamos, especialmente, os modalizadores, os operadores argumentativos, os elementos dêiticos, a seleção lexical e algumas figuras de repetição marcadoras de intensificação.

No último capítulo, fizemos a “Análise do *corpus*”, apresentando as duas colunas de opinião que o constituiu: “*Com Dilma, o PT chega em quinto*” e “*Meu adeus como colunista*”. Em seguida, analisamos as produções para

demonstrar os efeitos de sentido produzidos, a partir da identificação do contexto de produção, das cenas enunciativas e dos recursos argumentativos utilizados pelo enunciador.

Nas considerações finais, concluímos nosso trabalho, apontando os resultados alcançados em nossa pesquisa.

5 DELIMITAÇÃO DO CORPUS

Em nossa dissertação, primeiramente, analisamos o gênero coluna de opinião, a partir dos pressupostos da teoria dialógica da linguagem de Bakhtin (2006) e do Interacionismo Sociodiscursivo, porém devido ao extenso aporte teórico nos centramos na primeira fase de análise do ISD que abrange as etapas constituintes do contexto de produção e as aplicamos nas colunas de opinião, acrescentamos, nessa fase, a composição das cenas enunciativas a partir das considerações de Maingueneau (2001, 2005).

As colunas de opinião, em um segundo momento, foram verificadas à luz da Linguística Textual e da Semântica Argumentativa, com o intuito de analisarmos como as categorias de análise da LT e da SA estão presentes nos textos. Centralizamos nossa pesquisa nos seguintes recursos argumentativos: situacionalidade, intencionalidade/aceitabilidade, intertextualidade, modalizadores, operadores argumentativos, subjetividade dêitica, seleção lexical e nas figuras de repetição.

A articulação dessas teorias foi possível. A união delas nos permitiu complementar determinadas abordagens teóricas quando necessário. A teoria dialógica da linguagem associada às considerações do ISD determinou o caminho percorrido pelo enunciador para a efetivação do gênero produzido. Ao empregarmos os pressupostos teóricos das cenas enunciativas, pretendemos enriquecer nossa análise, ampliando as perspectivas que determinam a constituição dos gêneros por outra abordagem. Com essa associação, pretendemos expor como a exterioridade linguística é fator essencial e condicionante para os textos.

Em seguida, articulamos os pressupostos da Linguística Textual e da Semântica Argumentativa para verificar as orientações argumentativas disponíveis a partir do material linguístico utilizado pelo enunciador para compor a materialidade textual. Nosso intuito ao unir essas teorias foi verificar e apontar, a partir da análise do *corpus*, de que forma a exterioridade condicionou a escolha do material linguístico e, conseqüentemente, promoveu a produção de sentido.

Com as análises verificamos as regularidades argumentativas que compõem o *corpus*, por meio de um quadro que nos permitiu realizar afirmações e conclusões sobre o processo de produção e consolidação do gênero coluna de opinião.

1 CAPÍTULO

O DISCURSO JORNALÍSTICO

“Antes de registrar ou informar, [...] o jornalismo é ele próprio um fato de língua.” (Gomes, 2000, p.19)

1.1 GÊNERO TEXTUAL: CONCEPÇÕES E APORTES TEÓRICOS

Atualmente, as pesquisas relativas à apropriação da linguagem estão centradas em perspectivas que compreendem os gêneros textuais ou discursivos como objetos de estudo, por, efetivamente colocarem a linguagem em funcionamento, pois em uma perspectiva social e discursiva, os seres humanos não efetivam o uso da linguagem por meio de frases ou palavras isoladas de um contexto de produção e de recepção imediatos.

Mas o que dizer das manifestações linguísticas que não são considerados gêneros textuais?

Para Maingueneau (1998), os provérbios e os *slogans*, por exemplo, são manifestações enunciativas recuperadas e por vezes reconstruídas no “interdiscurso”, muitas vezes como forma de “citação de autoridade”, eles estão atrelados a um contexto enunciativo que justifica seu fim perlocutório.

Para o autor (1998), essas particularidades constituem os provérbios como espécies de “enunciados limites” ou “verdades imemoriais” recuperados no interior dos discursos, por meio das formações e das memórias discursivas dos enunciadores, não são constituidores dos gêneros, mas utilizados com o intuito de se referir a um “outro absoluto” necessário à efetivação de determinada manifestação enunciativa.

Mesmo considerando esses apontamentos, em grande parte, a interação humana ocorre por meio de textos que são concretizados em diversos gêneros textuais/discursivos que circulam socialmente.

Ao analisarmos a perspectiva de difusão dos gêneros em nossa sociedade, não podemos deixar de atribuir a *Bakhtin* e aos filósofos da linguagem que compunham o círculo bakhtiniano o mérito por terem transportado o conceito de gênero, originário da esfera literária, para todas as demais esferas de comunicação humana.

Os autores compreendem os gêneros discursivos como um produto derivado da *teoria dialógica da linguagem*, amplamente, discutida em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2006) e no capítulo intitulado “Os gêneros do discurso”, integrante da obra *Estética da criação verbal* (2003), a qual compreende a linguagem como um fator construído por meio das relações sociais de interação, por isso dialógica.

Outros teóricos, a partir dos estudos estabelecidos pelo Círculo de Bakhtin, focalizam importantes pesquisas que abordam o engendramento dos gêneros textuais, principalmente, Bronckart (2003); Schneuwly e Dolz (2004), autores pertencentes ao grupo de Genebra, fundadores do *Interacionismo sociodiscursivo* (ISD), perspectiva teórica e aplicada que concebe os gêneros como instrumentos de mediação para o ensino/aprendizagem das línguas.

As duas perspectivas, delimitadas acima, definem-se no trato com os gêneros, enquanto Bakhtin e seu círculo apontam para uma filosofia da linguagem que vislumbra o gênero como uma ação languageira dialógica com tema, estilo e composição definidos, resultando em ações discursivas relativamente instáveis; o grupo de Genebra prevê a didatização dos gêneros como instrumentos de ensino, agregando o contexto de produção como fator condicionante do conteúdo, do tema, da composição e do estilo presentes na produção.

1.1.1 Concepção do Círculo de Bakhtin

Para Bakhtin, o uso da língua concretiza-se na forma de enunciados advindos das esferas de atuação das atividades humanas, ou seja, da interação entre os homens surgem os campos de comunicação discursiva ou campos ideológicos, este processo é significativo, porque o ideológico remete à interação com o outro, o autor considera esse processo uma prática dialógica, concebendo o chamado dialogismo linguístico.

Segundo Bakhtin (2006, p. 93), “Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas. Trata-se de utilizar as formas normativas num dado contexto concreto.” Este *dado contexto concreto* é entendido como todo o processo enunciativo, pois quando produz enunciados, o sujeito se inscreve na língua, concretizando seu enunciado em um espaço e tempo definidos, historicamente, que jamais se repetirá.

Para o autor (2006, p. 96), “[...] a forma linguística sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso.”

Logo, a língua serve às intenções de seus falantes, conforme o contexto enunciativo a necessite, por isso para Bakhtin (2006, p. 110), “[...] a língua é um fenômeno puramente histórico”. Nessa abordagem, a interação entre os

sujeitos desenvolve estratégias linguístico-enunciativas promovedoras da interação verbal.

Compreendemos que Bakhtin, em suas considerações sobre os fenômenos linguísticos, opõe-se a concepções até então estabelecidas, oriundas, majoritariamente, de concepções que concebiam a linguagem como um fenômeno monológico, imanente, centrado no indivíduo, teorias que consideravam a ideologia inerente ao sujeito, agregada a ele como se o ideológico fosse um processo estabilizado; essas concepções eram o resultado prático do racionalismo cartesiano.

Com a teoria dialógica, Bakhtin critica esses posicionamentos, passa a conceber a língua como um fenômeno social e histórico, para ele, é na interação verbal que a língua concretiza sua existência,

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. (BAKHTIN, 2006, 123)

A interação verbal entre os falantes é analisada, em relação, ao trato com os gêneros discursivos. Esses, para Bakhtin, nascem nas esferas de produção de conhecimentos, arranjos ideológicos estabelecidos, socialmente, pelos usuários da língua para coordenar os processos de criação, circulação e recepção dos gêneros. Segundo o autor (2003, p. 279),

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana.

As esferas constituem-se como um suporte para que os enunciados se concretizem de forma organizada. Assim, os produtores são capazes de produzir inúmeros enunciados que transitam por diversas esferas. Bakhtin (2003) descreve a relação de constituição do enunciado em consonância às esferas de circulação da seguinte forma:

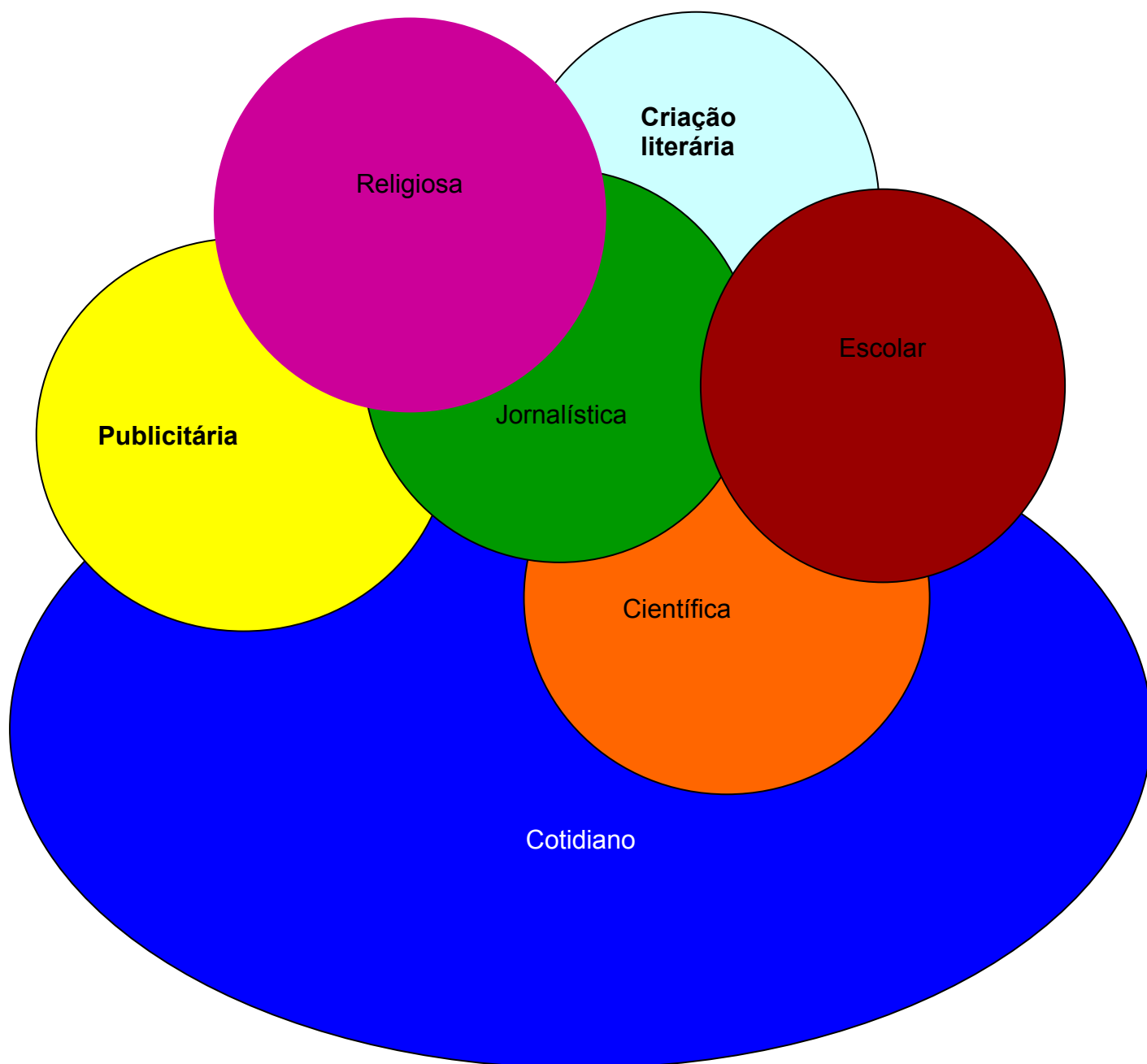
O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. (p. 279)

As esferas condicionam a produção dos *gêneros discursivos*, já que cada campo de atuação humana possui suas especificidades e, conseqüentemente, terão suas maneiras específicas de expor os seus ditos significativos. Bakhtin conclui (2003, p. 279) “[...] Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.”

Fica claro que os gêneros discursivos ou textuais são os instrumentos que emergem das esferas das atividades humanas, conforme a necessidade de contextos enunciativos específicos; eles mantêm um movimento contínuo entre as esferas discursivas, cumprindo seu papel de interação entre os falantes, comprovando que a língua é um mecanismo vivo e significativo.

O ser humano visita e revisita, constantemente, essas esferas: lemos jornais, frequentamos cultos religiosos, somos alvos primários da publicidade, vamos à escola, enfim, todos esses são círculos que se apropriam da linguagem, de determinadas maneiras, resultando na produção de determinados tipos de gêneros, porém, ao mesmo tempo, que essas esferas são independentes, elas mantêm relações próximas umas com as outras. Como podemos identificar no esquema a seguir:

Apresentação das diferentes e “infinitas” esferas das práticas de linguagem¹



Ao emergirem do cotidiano, as esferas são instâncias que se legitimam para a produção dos gêneros; como circulamos por todas elas, mantemos contato direto com a heterogeneidade linguística, temática e composicional presentes nos gêneros

¹ Documento de aula apresentado e cedido pela Prof. Dr^a Elvira Lopes do Nascimento, na disciplina - *Gêneros do discurso*: uma perspectiva enunciativa para o ensino de línguas – Integrante do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) UEL, Londrina - 29/04/2011. O esquema é uma visualização das possíveis esferas que emergem das situações cotidianas. A história de cada sujeito determinará por quais esferas ou domínios discursivos ele passará.

e, por meio de processos cognitivos, identificamos uma obra literária, uma receita médica, uma propaganda, dentre outras.

Em nosso trabalho, concebemos as colunas de opinião como um gênero textual que circula na esfera jornalística e dela emana, portanto é possuidor de conteúdo temático, de estilo verbal e de construção composicional próprios.

1.1.2 Concepção da Escola de Genebra (ISD)

O Interacionismo Sociodiscursivo (doravante ISD) é produto de uma psicologia da linguagem determinada por um quadro filosófico definido. Foi cunhado pelos pesquisadores Jean-Paul Bronckart, Joaquim Dolz e Bernard Schneuwly da Escola de Genebra, na Suíça.

Os princípios epistemológicos que os orientam advêm dos conceitos do interacionismo social proposto por Vygotsky, Luria e Leontiev (1993; 2001), cuja teoria manifesta que o desenvolvimento humano ocorre conforme o homem se apropria de determinados instrumentos norteadores, objetivando promover a mediação entre ele e uma nova capacidade desenvolvida.

A partir das experiências feitas por Vygotsky e seus colaboradores, houve a constatação de que a linguagem é o instrumento que medeia todos os processos psicológicos superiores, é por ela que se constituem os signos, formas posteriores de mediação de natureza simbólica ou semiótica internalizada, porque são construídos a partir de representações externas (OLIVEIRA, 1997).

Estas representações são internalizadas, a partir da inserção do indivíduo em um contexto sócio cultural organizado, possuidor de um sistema linguístico estruturado, promovendo o funcionamento psicológico mais amplo e a mediação por meio da linguagem. O pensamento verbal passa a controlar todas as ações do indivíduo, conforme constatado por Vygotsky (1993).

É neste contexto que o ISD instala-se, seus pensadores analisam a linguagem como unidade do pensamento consciente e das ações cognitivas dos indivíduos (Bronckart, 2006), já os instrumentos semióticos (ou gêneros textuais) são os meios utilizados para capacitá-los a uma nova perspectiva de inserção no conhecimento. Para tal asserção, o ISD aceita e difunde conceitos advindos da teoria dialógica da linguagem de Bakhtin (2006).

Ao realizar uma investigação das práticas de linguagem sobre o desenvolvimento cognitivo humano, o ISD elaborou um quadro que organiza as práticas discursivas em textos, essas práticas são pautadas em duas ordens: no contexto de produção e na arquitetura estrutural dos textos. Bronckart assim conceitua texto para o ISD (2003, p. 137):

[...] os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais: em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis (justificandose que sejam chamadas de **gêneros de textos**) e que ficam disponíveis no intertexto como modelos indexados, para os contemporâneos e para as gerações posteriores. (Grifo do autor)

Portanto, os gêneros textuais são formações constituídas a partir dos interesses e objetivos oriundos da emergência social. Bronckart (2003, p. 93) define o contexto de produção “como o conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como um texto é organizado”.

Os enunciadores buscam representar o mundo real, por meio de ações verbais, formulando um quadro que mobiliza os aspectos físicos, sociais e subjetivos das ações de linguagem, esses três aspectos condicionam as produções orais ou escritas, ou seja, os gêneros textuais.

Os aspectos físicos das ações de linguagem referem-se a um emissor-produtor situado nas coordenadas espaciais e temporais, ou seja, toda ação de linguagem é resultado de um contexto físico concreto e determinado.

Além disso, a este mesmo sujeito é atribuído o *status* de emissor-enunciador por ser um sujeito histórico social, sua produção escrita resulta de uma formação que reflete seu mundo social e subjetivo com regras e valores definidos que incidirão em seu agir de linguagem.

Conforme as orientações de Bronckart (2003), podemos compreender o contexto de produção, sintetizando os aspectos que o condicionam. São eles:

a) Contexto físico da produção dos gêneros, coordenadas espaço-temporais:

- o emissor ⇒ sujeito produtor;

- o momento da produção ⇒ data ou período em que a produção foi feita;
- o lugar ⇒ espaço físico em que a produção foi feita;
- o receptor ⇒ o interlocutor em potencial do gênero.

b) Contexto sócio-subjetivo da produção dos gêneros, aspectos da interação comunicativa que implica o mundo social e subjetivo:

- posição social do enunciador-emissor ⇒ função marcada por ele em sua produção;
- lugar social da produção ⇒ suporte que a veicula socialmente;
- posição social do receptor ⇒ pressuposições que o enunciador mantém sobre seus interlocutores;
- objetivos do emissor-enunciador ⇒ as marcas mapeadoras de suas intenções ao realizar sua produção: argumentar, informar, narrar, dentre outras.

Além desses aspectos, inclui-se ao contexto de produção o referente ou conteúdo temático de um texto que, para o ISD, refere-se ao conjunto das informações disponíveis no texto. Essas informações são constituídas a partir das representações construídas pelo emissor-enunciador, são referentes ordenados a partir das ações de linguagem, eles variam conforme as experiências do enunciador e estão armazenadas em sua memória, são acionadas no desenrolar das ações de linguagem (Bronckart, 2003).

Chegamos à definição de ações de linguagem que, para o autor (2003, p. 99) deve ser entendida em seu nível psicológico, “[...] como o conhecimento disponível em um organismo ativo sobre as diferentes facetas de sua própria responsabilidade na intervenção verbal.”

Portanto, as ações de linguagem reúnem e integram os dois aspectos expostos até aqui: o contexto de produção e o conteúdo temático, ambos mobilizados pelo emissor-enunciador em determinada intervenção verbal. Elas possuem a função de assegurar o entendimento indispensável para a realização das

atividades produtivas. Como ação de linguagem, ela é atribuída a um indivíduo singular que se torna o agente ou o autor dessa ação, realizada em forma de um texto oral ou escrito.

Além do contexto de produção delimitado acima, Bronckart (2003) define o segundo aspecto da elaboração de um gênero a sua arquitetura textual, essa etapa perpassa as duas vertentes que marcam a confecção interna dos gêneros: os recursos linguísticos e os modelos de organização textuais, já disponíveis no arquiteyto social.

Para Bronckart (2006), o arquiteyto social refere-se aos chamados “pré-construídos” humanos, modelos indexados na memória dos enunciadores, revisitados cada vez que uma situação enunciativa de produção é solicitada. Para este conceito, o ISD adota a nomenclatura de arquiteytualidade, “[...] organização – por mais vaga que seja – de textos preexistentes” (id., p. 145).

Portanto, os gêneros são revisitados para que uma nova situação enunciativa aconteça, não há surgimento de um novo gênero a cada nova situação de ação de linguagem. Cada modelo de gênero, reconhecido por seu conteúdo temático, seu estilo e sua construção composicional, é afetado pela adaptação necessária a determinada atividade de linguagem.

Esses fatores precisam ser avaliados como pertinentes ou não para cada enquadramento comunicativo desejado pelo produtor.

Os gêneros são definidos por Bakhtin como instâncias relativamente estáveis. Cabe ao sujeito produtor realizar opções relativas à seleção e à disposição dos aspectos estruturantes que realizam as operações cognitivas relativas à produção do texto. Sendo assim, os gêneros são produtos de escolhas realizadas pelo emissor a partir de uma diversidade de gêneros que se encontram disponíveis e estabilizados pelo uso. Estes são os arquiteytos, definidos por Bronckart, realizados por meio de inúmeras construções sociais, por isso são pré-construídos historicamente.

Partindo desses pressupostos, compreendemos como o arquiteyto é reconhecido pelo agente/produtor, ele é forma já cristalizada e necessita ser adaptado, por meio de um processo de adoção de um modelo em função da situação enunciativa imediata, neste momento, definimos dois aspectos essenciais relativos aos arquiteytos: a genericidade – produto do modelo do gênero escolhido e o estilo – produto das necessárias combinações feitas pelo produtor.

Essa organização interna dos textos passa por um aspecto essencial, a infraestrutura textual, dividida em três camadas superpostas, a saber: o plano global do texto, os tipos de discurso e os tipos de sequências utilizadas para o desenvolvimento textual. Esses aspectos correspondem ao primeiro nível de análise da arquitetura interna dos textos, porque se origina da organização dos elementos constituintes da produção. Definir cada etapa da infraestrutura textual é necessário para compreendermos sua função dentro da complexidade dos gêneros.

O plano global do texto refere-se à forma como o seu conteúdo temático é organizado, portanto pode ser definido a partir da leitura e da compreensão dos aspectos que envolvem o contexto de produção e também a estrutura do gênero.

Esta fase de análise pode ser compreendida, na perspectiva de Dolz & Schneuwly (2004), como a capacidade de linguagem que envolve a ação, ou seja, o destinatário deve compreender as características do contexto de produção e do conteúdo temático desenvolvido para corresponder ao processo enunciativo.

Já os tipos de discurso designam os diferentes segmentos que constroem a trama textual, os tipos de articulações elaboradas pelo agente produtor.

Para Dolz & Schneuwly (2004), os tipos de discurso referem-se às capacidades discursivas do enunciador-emissor. Eles não são textos por si só, mas constituem segmentos que entram na composição dos textos em modalidades variáveis (Bronckart, 2006).

Os tipos de discurso são formas linguísticas identificáveis nos textos e traduzem a criação de mundos discursivos específicos, sendo esses tipos articulados entre si por mecanismos de textualização e por mecanismos enunciativos que conferem ao todo textual sua coerência sequencial e configuracional (Bronckart, 2003).

O enunciador marca seu discurso, por meio de representações das coordenadas de um mundo textualizado e das coordenadas referentes aos mundos acessíveis a ele em sua ação de linguagem, ele pode narrar ou expor. Ao narrar, ele se coloca de forma disjunta do mundo da interação verbal, mas, ao expor, ele faz o contrário, marca sua interação com as coordenadas do mundo textualizado.

Para Bronckart (2003, p. 218), os tipos de sequências “[...] são unidades estruturais relativamente autônomas, que integram e organizam *macroproposições*, que por sua vez, combinam diversas *proposições*, podendo a

organização linear do texto ser concebida como produto da combinação e da articulação de diferentes tipos de sequências.”

As sequências constituem formas de planejamento semiotizadas, localmente, no interior da construção textual, estão inseridas nas capacidades discursivas propostas por Dolz & Schneuwly (2004), fazendo parte da infraestrutura textual.

Bronckart (2003, p. 234) avalia que “[...] as sequências são produto de uma reestruturação de um conteúdo temático já organizado na memória do agente-produtor na forma de macroestruturas.” A apropriação de determinada sequência é resultado das representações que o produtor faz dos destinatários e de sua intenção ao produzir determinado texto, para ele, as sequências são puramente dialógicas. A sequência argumentativa, por vezes, solicita a explicativa, assim como a narrativa solicita a descritiva. A linguagem é puramente dialógica e seus mecanismos também o são.

Por fim, o ISD propõe os mecanismos de textualização, marcas linguísticas inerentes aos gêneros e constituintes de sua formação, porém, muitas delas são apropriações individuais e intencionais do produtor, conforme suas necessidades de registro exigem.

Bronckart (2006) enumera quais são os componentes pertencentes aos mecanismos de textualização, ao citar a conexão, a coesão nominal e a verbal; além dos chamados mecanismos enunciativos específicos, como o gerenciamento de vozes e as modalizações presentes nos textos.

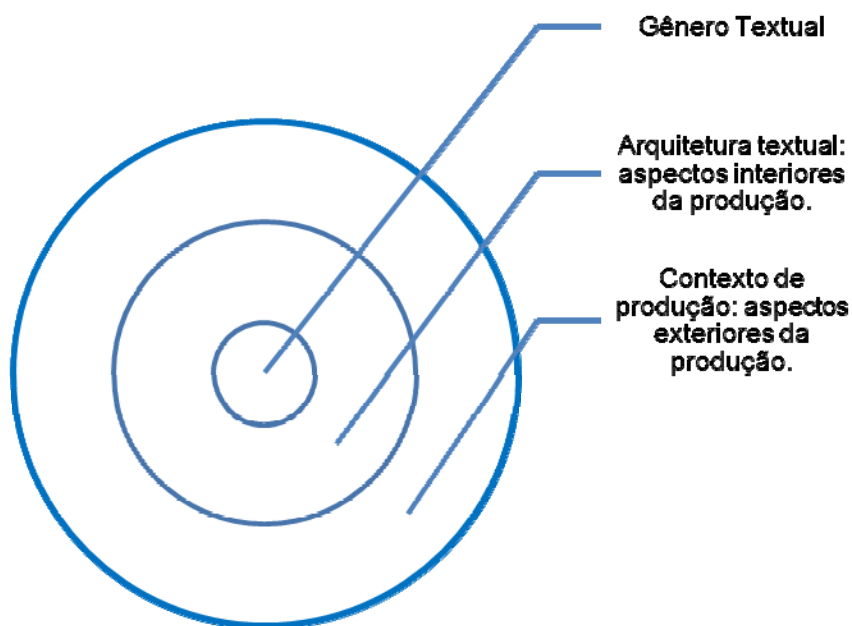
O autor (2006) define também a função desses elementos:

- os mecanismos de conexão são os organizadores textuais, contribuem para a articulação da progressão do texto por meio da segmentação, demarcação, coordenação ou subordinação das partes textuais;
- a coesão nominal estabelece relações de co-referência, cadeias anafóricas e retomadas;
- a coesão verbal estabelece relações de continuidade/descontinuidade marcadas pela temporalidade dos lexemas verbais.

O ISD apresenta uma forma didática de compreensão produtora dos elementos constituidores dos gêneros. É inegável que as produções, quer escritas

ou orais, são pautadas na associação de elementos descritivos das formações sociais ou de atividades coletivas de interação com as representações linguísticas desses fenômenos. Em sua formação, os gêneros textuais necessitam da articulação dessas etapas.

Em uma perspectiva do ISD, conseguimos visualizar a concepção dos gêneros em um espiral da seguinte forma:



Portanto, nessa concepção, todo gênero textual é produto de uma interação verbal, norteada por fatores sócio-históricos contextualizados pelos seus enunciadores, conforme suas intenções produtoras.

1.1.3 As Cenas da Enunciação

Ao recorrermos a Maingueneau (2001, 2005, 2010), conseguimos ampliar a perspectiva acima. Pelo viés da Análise do Discurso (doravante AD), o pesquisador conceitua os gêneros textuais/discursivos a partir da constituição de três planos: cenografia, cena genérica e cena englobante. Tal planificação, aplicada ao nosso *corpus*, contribuirá para a demonstração das regularidades presentes nele e, ao mesmo tempo, ampliará nossa perspectiva de análise pelo aporte teórico do ISD.

O conceito definidor de gênero é amplo para Maingueneau, por isso, para ele, é o viés teórico que deverá impor a nomenclatura utilizada nas análises dos gêneros. Após conceituarem o objeto gênero discursivo pela perspectiva de várias teorias da linguagem, Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 251) relatam

Vê-se que, para definir essa noção, ora leva-se em conta, de modo preferencial, a *ancoragem social* do discurso, ora sua *natureza comunicacional*, ora as *regularidades composicionais* dos textos, ora as *características formais* dos textos produzidos. Podemos pensar que esses diferentes aspectos estão ligados, o que cria, aliás, afinidades em torno de duas orientações principais: aquela que está mais voltada para os textos, justificando a denominação “*gêneros de textos*”, e a mais voltada para as condições de produção do discurso, que justifica a denominação “*gêneros do discurso*”.

Partindo desse posicionamento, a denominação gênero textual, segundo os autores, aplica-se à materialidade constituída a partir da finalização da produção por meio de um registro escrito ou oral. Enquanto a denominação gênero discursivo aplica-se às movimentações que condicionaram a produção do discurso, ou seja, as situações de enunciação, que não devem ser pensadas apenas como o contexto empírico e social da produção.

Em *Doze conceitos em análise do discurso*, Maingueneau (2010) conceitua que, em uma situação de discursividade, os enunciadores, como em uma metáfora teatral, expõem uma situação enunciativa, na qual as falas são encenadas constituindo as cenas de enunciação.

A cena de enunciação é o resultado do gerenciamento elaborado pelo enunciador de três ações discursivas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. A delimitação dessas três grandezas faz-nos compreender, na perspectiva da AD, a constituição dos gêneros.

Para Maingueneau (2001), a constituição dos gêneros pode ser visualizada da seguinte forma:



Fonte: Adaptado de Maingueneau (2001, p. 86-87)

A cena englobante é constituída pelos tipos de discurso, ou seja, a finalidade de organização de um gênero corresponderia no LSD, à esfera de atuação em que o gênero emergiu. Para Maingueneau, os discursos

“[...] religioso, político, publicitário, etc.[...] revelam qual é a cena englobante na qual é preciso que nos situemos para interpretá-lo [...]. Uma caracterização mínima, certamente, mas que nada tem de intemporal, pois é ela que define a situação dos parceiros e um certo quadro espaço-temporal.” (2001, p. 86)

Toda produção está atrelada a uma modalidade discursiva ampla que enquadra os gêneros e os faz circular, legitimando-os a partir de um saber construído. A cena englobante é uma constituição exterior ao gênero, mas que, ao mesmo tempo, condiciona-o.

A cena genérica, por sua vez, é um quadro que corresponde ao tipo de gênero selecionado pela posição de locutor para veicular seu discurso. Os interlocutores interagem por meio de uma materialidade, o que chega ao interlocutor é um panfleto, uma propaganda, um artigo de opinião, ou seja, um gênero textual legitimado por uma instância discursiva – a cena englobante.

Essas duas fases iniciais da cena enunciativa elaboram, segundo Maingueneau (2001), um quadro cênico que “[...] define o espaço estável no interior

do qual o enunciado adquire sentido – o espaço instável do tipo e do gênero do discurso.” (p. 87).

Porém, é com a cenografia textual que o ocupante da posição de interlocutor – coenunciador, para Maingueneau (2005) – se depara ao recepcionar um gênero.

Segundo Maingueneau (2001, p. 87), a cenografia é a própria “[...] enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala.” A diversidade de cenas textualizadas constitui e é constituída pelo discurso no próprio processo enunciativo, como uma forma de retroalimentação, ou seja,

A cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso, a política, a filosofia, a ciência, ou para promover certa mercadoria [...].(MAINGUENEAU, 2001, p. 87,88)

A cenografia é criada pela posição dos locutores condicionados a um processo enunciativo. Do interior da textualização, emerge o dizer, a cenografia é uma espécie de camuflagem discursiva, na sua finalização, o coenunciador é interpelado por um discurso – quer seja político, religioso ou qualquer outro – que pode ser encenado por diversas vias de representação.

Não são todos os gêneros que permitem a elaboração de cenografias variadas, há gêneros que se mantêm estáticos e cumprem sua função determinada sem permitir grandes proezas enunciativas, porém há aqueles que diversificam suas cenografias, ou seja, o coenunciador é exposto a um discurso de maneira completamente inesperada.

Maingueneau (2001) descreve essas cenografias não convencionais: “Há publicidades que apresentam cenografias de conversas, outras, de discurso científico etc. [...] um determinado candidato poderá falar a seus eleitores como um jovem executivo, como tecnocrata, como operário, [...]”. (p. 89)

São essas perspectivas que engendram o outro e o condiciona a comprar um determinado bem, a ser apresentado a um político, a conhecer uma determinada teoria religiosa ou científica, entre outras situações, que são arquitetadas no próprio processo de enunciação e expostas por meio de uma

cenografia constituída no interior do gênero. Portanto, para Maingueneau (2010, p. 206),

Quanto à “cenografia”, ela é constituída pelo próprio texto. Não se trata simplesmente de uma moldura, de uma decoração, como se o discurso aparecesse no interior de um espaço já construído e independente dele, mas da enunciação que, por seu próprio desdobramento, institui a cena de enunciação que a legitima.

A análise dos gêneros é ampliada, ao verificarmos que, as cenas de enunciação se constituem e são constituídas no interior do discurso, delineadas conforme o processo da enunciação permite, são espécies de estratégias discursivas, nas quais os personagens da enunciação se encontram e legitimam os discursos.

Ao delimitar o conceito de cenografia, Maingueneau (2005, p. 76-77) o trata sobre duas vertentes. A primeira, por meio de uma divisão do vocábulo ressignificando-o, atribuindo a ideia de “cena”, no seu sentido de representação teatral, e a de “grafia”, no sentido de inscrição. Na segunda, a cenografia é um processo enunciativo, pois “[...] uma enunciação se caracteriza, de fato, por sua maneira específica de inscrever-se, de legitimar-se, prescrevendo-se um modo de existência no interdiscurso [...]. A ‘grafia’ deve, pois ser apreendida ao mesmo tempo como quadro e como processo.”

Com essa delimitação, Maingueneau concebe a cenografia como um fenômeno que se inscreve na enunciação, dela se emana, atinge seu coenunciador, que por sua vez a reconstrói e a legitima.

1.1.4 *Ethos* Discursivo

As discussões sobre a constituição de um enunciado em que se configure a presença de um *ethos* datam de muito tempo, as primeiras considerações sobre essa vertente enunciativa foi feita por Aristóteles, com a retórica clássica.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 220), *ethos*, na retórica aristotélica, “[...] designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário.” Essa mesma designação é retomada, atualmente, por várias vertentes de pesquisas da Linguística moderna,

que consideram a identificação e a análise desse fenômeno como fundamental para a constituição dos discursos, algumas delas ampliaram o conceito tradicional elaborado por Aristóteles e redimensionaram a noção de *ethos* no discurso.

Dentre essas vertentes modernas, a AD confere ao fenômeno um papel de destaque. Relacionado à perspectiva das cenas de enunciação, o *ethos* emerge de uma cenografia enunciativa constituída no interior dos gêneros discursivos.

Para Ducrot (1987), em sua teoria polifônica da enunciação, o fenômeno constitui-se a partir de um desdobramento do locutor que, por um lado, possui a função de orientar a enunciação e, por outro, constrói uma personalidade aceitável para o interlocutor.

Na perspectiva da AD, Maingueneau (2001, 2005) e Charaudeau e Maingueneau (2008) descrevem o papel do *ethos* como uma instância constituída de “*uma voz, um corpo e um tom*”, ou seja, há, no interior do discurso, a formação de uma “*corporalidade*” e de um “*caráter*” que emana do enunciado. O *ethos* é essa personalidade marcada no enunciado, uma “constituição subjetiva”, uma espécie de “fiador” que legitima o discurso, mostrando-se aceitável e confiável. Para Maingueneau (2005), o *ethos* é incorporado pelos coenunciadores, que validam a enunciação ao vislumbrarem no *ethos* uma espécie de autoridade discursiva.

Esse fenômeno emerge das cenas enunciativas como uma espécie de regente; o *ethos*, juntamente com a cenografia, rege a enunciação e, ao mesmo tempo, é condicionado por ela, pois foram as condições de produção que permitiram a constituição de determinada cenografia e de determinado *ethos*.

Sobre esse fenômeno, Maingueneau (2005, p.77-78) esclarece

A cenografia, como o *ethos* que dela participa, implica um processo de enlaçamento paradoxal: desde sua emergência, a fala supõe uma certa cena de enunciação que, de fato, se valida progressivamente por essa mesma enunciação. A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; [...] deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar, como convém, a política, a filosofia, a ciência...São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar a própria cena e o próprio *ethos*, pelos quais esses conteúdos surgem.

Assim, o *ethos*, ou seja, a “corporalidade” e o “caráter” discursivo, que se apresenta aos coenunciadores como uma autoridade legitimada para proferir o discurso é uma instância enunciativa que possui o objetivo de buscar uma

aproximação entre os conteúdos delimitados a partir dos interesses de uma cena englobante e os coenunciadores que são os alvos desses conteúdos. Sobre essa incorporação do *ethos* pelos enunciadores, Maingueneau (2005, p. 73) explica:

O poder de persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados. A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à figura desse “fiador” que, mediante sua fala, se dá uma identidade compatível com o mundo que se supõe que ele faz surgir em seu enunciado.

O coenunciador identifica-se com essa figura do *ethos* e, conseqüentemente, acaba por validar o discurso proferido por ele. Por isso, a AD considera o discurso como “um acontecimento inscrito em uma configuração sócio-histórica e não se pode dissociar a organização de seus conteúdos e o modo de legitimação de sua cena discursiva.” (MAINGUENEAU, 2005, p.73).

Para a AD, a configuração do *ethos* vai além de um recurso de persuasão, como se delimitava na retórica clássica ou de um desdobramento de vozes enunciativas, como previu Ducrot; ele é uma instância integrante e constituída no interior da cena enunciativa, portanto legitimado por ela e, ao mesmo tempo, legitimando-a.

Ethos e cenografia são fenômenos enunciativos condicionados a partir das formações discursivas em que se inserem os parceiros na constituição de cada nova enunciação. Charaudeau e Maingueneau (2008) esclarecem que o termo formação discursiva e sua primeira definição surge com Foucault (2007), mas foram as considerações de Pêcheux (1983), sobre o fenômeno, que nortearam os estudos da AD. Nessa perspectiva, formação discursiva é compreendida como:

[...] todo conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito que pode relacionar-se a uma identidade enunciativa: o discurso comunista, [...] o discurso dos patrões, dos camponeses etc.; [...]. Hoje, tende-se a empregá-la, sobretudo, para os posicionamentos de ordem ideológica; [...]. (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2008, p. 241-2)

Devido à amplitude do termo, podemos compreender formação discursiva como o delimitador das ações derivadas de uma posição ideológica, pois é essa posição que demarcará os sentidos atribuídos às palavras quando postas em uso por um enunciador.

Os sentidos não nascem no interior da materialidade textual, mas sim na exterioridade em que estão inseridos os sujeitos que as proferirem, os sentidos são dependentes das formações discursivas dos enunciadores e, portanto, são subordinados a outros dizeres já proferidos e armazenados na memória discursiva deles. Assim, compreendemos o fato de que, dependendo das formações discursivas – posicionamentos ideológicos – diferentes, uma mesma palavra possui sentidos diversos.

A partir desses conceitos compreendemos que fenômenos como a cenografia e o *ethos*, criados no interior dos discursos, são, diretamente, subordinados a outros fenômenos constituídos na exterioridade discursiva.

1.2 A ESFERA JORNALÍSTICA E O GÊNERO COLUNA DE OPINIÃO

A constituição do ser humano na contemporaneidade implica, diretamente, no fato de ele estar bem informado. Em um mundo letrado, a esfera jornalística constitui-se como difusor da informação, por qualquer um de seus veículos: rádio, TV, *sites*, revistas ou jornais; o objetivo principal é transmitir a informação, de forma mais rápida, mais ágil e em primeira-mão, independentemente, da relevância dos fatos. Porém agregado a este componente, há mais duas funções inerentes ao jornalismo: o orientar e o entreter.

Sobre essa tríade, relata Beltrão (1980, p. 13):

Como ponto de partida, retomemos, aqui, uma antiga representação gráfica que elaboramos para as funções da atividade jornalística. Nessa figura geométrica, o ângulo reto é a informação, ou seja, o relato puro e simples de fatos [...]; **o ângulo superior é a orientação, ou seja, o esforço de interpretar a ocorrência, tirando conclusões e emitindo juízos com o objetivo de provocar a ação por parte daqueles aos quais a mensagem é dirigida**; enquanto o ângulo inferior é a diversão [...]. (grifo nosso)

Segundo os apontamentos de Beltrão, a opinião possui, no jornalismo, uma função perpendicular em relação às informações difundidas. Sobre os aspectos relativos à orientação, forma escolhida pelo pesquisador ao tratar da opinião, ele esclarece (1980, p. 14):

Está perpendicular, à proporção que se prolonga verticalmente, vai incorporando circunstâncias, motivações e aspectos obscuros, às vezes, subjetivos, questionáveis, passíveis de *interpretação*, enquadramento teórico e ideológico, e, afinal, permitindo no vértice, a tomada de posição que contribui a {sic} expressão da opinião, cujo objetivo é orientar cada leitor e toda massa à ação.

A opinião, diferente da informação ou do entretenimento, sempre é marcada por aspectos subjetivos, sua legitimidade é fator inerente ao enunciador que a produziu e a constitui como enunciado significador.

Dentro da vastidão de gêneros jornalísticos, há um gênero, relativamente recente, denominado de coluna ou colunismo, é constituído de artigos em que se entrecruzam particularidades advindas de diversos gêneros pertencentes à esfera jornalística.

Coluna é um gênero textual que se divide em três vertentes: as colunas que informam, as que entretêm o público leitor são as mais antigas no Brasil e, por fim, as que buscam analisar fatos e produzir opiniões sobre eles.

As colunas de opinião fazem parte da vertente que Beltrão (1980) denominou de *orientação*; os referentes marcados por ele na citação abaixo, faz-nos compreender que, orientação, nesse contexto, é sinônimo de opinar com o objetivo de convencer.

Melo (2002, p. 140) define assim o gênero:

Trata-se, portanto, de um mosaico, estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião, caracterizando-se pela agilidade e pela abrangência. Na verdade, a coluna cumpre hoje uma função que foi peculiar ao jornalismo impresso antes do aparecimento do rádio e da televisão: o furo. Procura trazer fatos, idéias e julgamentos em primeira mão, antecipando-se à sua apropriação pelas outras seções dos jornais, quando não funciona como fonte de informação.

A coluna tem como espaço privilegiado os bastidores da notícia, descobrindo fatos que estão por acontecer, pinçando opiniões que ainda não se expressaram, ou exercendo um trabalho sutil de orientação da opinião pública.

O nome coluna ou colunismo deve-se à sua estrutura composicional, inicialmente, redigido apenas na verticalidade, porém só essa característica não deve ser considerada como primordial, já que essa, ainda é, mesmo que não totalmente, a estrutura comum dos jornais impressos, todos os gêneros que ele carrega têm a tendência de seguir essa estrutura, porém o gênero levou essa disposição para outros veículos midiáticos, como as revistas, nelas, muitas vezes, as

colunas recebem, também, o nome de seção ou nota e o texto é disposto em uma única página ou mesmo, literalmente, em uma coluna.

Exemplo:

Figura 1 - Coluna de Diogo Mainardi para Revista Veja².

Diogo Mainardi

Yabadabadoo

— Serra.
— Como é que é?
— O candidato é ele.
— Quem?
— José Serra.
— José Serra é o candidato?
— José Serra é o candidato a presidente pelo PSDB.
— Decidido?
— Decidido.
— Ceneza?
— Ceneza.
— Posso espalhar?
— Pode.
— Yabadabadoo.

Depois de passar meses e meses na pedreira, o PSDB, como Fred Flintstone, escorregou pelo rabo do dinossauro, montou em seu carro pré-histórico e — yabadabadoo — finalmente se pôs em marcha.

De hoje em diante, tudo muda. Aquela repórter da *Fórmula de São Paulo*, que na semana passada estava pronta para anunciar que José Serra desistiria da disputa e que foi desmentida por seus próprios colegas, terá de arrumar outro jeito de colaborar com o PT. Ao contrário do que pretendia a imprensa pastada e manipulada por Franklin Martins, José Serra decidiu candidatar-se. Mais do que isso: José Serra, insolentemente, decidiu eleger-se presidente da República. De fato, ele acredita que pode eleger-se presidente da República sem o consentimento de Lula. E, se nas últimas semanas os jornais só discutiram o papel de Aécio Neves na campanha, agora o foco passa a ser outro, infinitamente menos aborrecido: o que José Serra poderá propor ao eleitorado para conseguir derrotar Dilma Rousseff, ou Senhora Pedregulho, a candidata de Lula.

O PSDB é lento para engrenar, como o carro pré-histórico de Fred Flintstone. Por isso, o anúncio da candidatura presidencial de José Serra, com fanfara e fogos de artifício, só ocorrerá nos próximos dias. Mas ele ocorrerá.

— Quando?
— Quando o quê?
— Quando José Serra pretende anunciar sua candidatura?
— A data é o que menos importa. O que importa é que ele já decidiu.
— Aécio Neves será seu companheiro-de-chapa?
— Aposso que sim. Mas isso é para depois. Maio ou junho. O fato, agora, é que o PSDB tem um nome.
— Ele?
— Ele mesmo.
— Jura?
— Juro.
— Ele ainda pode recuar?
— De maneira nenhuma.
— Serra?
— Serra.

Depois de passar meses e meses na pedreira, o PSDB, como Fred Flintstone, escorregou pelo rabo do dinossauro, montou em seu carro pré-histórico e se pôs em marcha. Serra é o candidato

CONTRA A CORRENTE Lips e Robb Reiner (no centro), os líderes do Anvil: empresários atrapalhados, shows pagos com um prato de comida e famílias que pedem a eles que desistam do sonho de se tornar astros do rock

segundo confissão do próprio, perdeu a virgindade com uma fã do grupo). Gervasi tocou bateria em grupos de rock pesado, mas só tomou rumo na vida quando foi estudar cinema na Universidade da Califórnia. Anos mais tarde, tornou-se roteirista de *O Terminal*, produção dirigida por Steven Spielberg. Em 2004, Gervasi retomou contato com os amigos do Anvil. "Eu sabia que eles não tinham feito sucesso, mas desconhecia a situação desesperadora na qual se encontravam", diz ele, em entrevista a VEJA. Decidido a fazer um documentário sobre seus amigos de adolescência, Gervasi convidou Lips para jantar com a produtora Rebecca Yeldham. Ela se convenceu a bancar o projeto depois de Lips dizer à dupla que jamais havia entrado naquele restaurante pela porta da frente — mas trabalhara como entregador para o estabelecimento, apanhando as sacolas na porta dos fundos.

Gervasi acompanhou o Anvil por dois anos. Ele teve o bom senso de não maquiagem os piores momentos da banda e captou, com rara sensibilidade, a indizível amizade de Lips e Reiner (durante uma briga, Lips, com o rosto empapado de lágrimas, diz um "eu te amo" capaz de emocionar até o pior deturador do heavy metal). A repercussão de *Story of Anvil* rendeu frutos ao cineasta. Ele vai dirigir dois projetos, sendo que um deles, *My Dinner with Hervé*, fala do jantar "feliniano" (as aspas são de Gervasi) que teve com Hervé Villechaise, o Tamoio do seriado *A Ilha da Fantasia*. Já o Anvil... Bem, eles continuam tentando. Em 2009, abriram os shows da turnê do AC/DC nos Estados Unidos. "Recentemente, passei duas horas em Nova York e fui cumprimentado por 27 fãs!", diz Lips. Mas nada é garantido. ■

veja | 10 DE MARÇO DE 2010 | 141

Reprodução da coluna acima:

² Edição 2155, de 10/03/2010 – Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>, acesso em 01/12/2012.

Yabadabadoo**Revista Veja, edição 2155, de 10/03/2010**

“Depois de passar meses e meses na pedreira, o PSDB, como Fred Flintstone, escorregou pelo rabo do dinossauro, montou em seu carro pré-histórico e se pôs em marcha. Serra é o candidato”

- Serra.
- Como é que é?
- O candidato é ele.
- Quem?
- José Serra.
- José Serra é o candidato?
- José Serra é o candidato a presidente pelo PSDB.
- Decidido?
- Decidido.
- Certeza?
- Certeza.
- Posso espalhar?
- Pode.
- Yabadabadoo.

Depois de passar meses e meses na pedreira, o PSDB, como Fred Flintstone, escorregou pelo rabo do dinossauro, montou em seu carro pré-histórico e – yabadabadoo – finalmente se pôs em marcha.

De hoje em diante, tudo muda. Aquela repórter da Folha de S.Paulo, que na semana passada estava pronta para anunciar que José Serra desistiria da disputa e que foi desmentida por seus próprios colegas, terá de arrumar outro jeito de colaborar com o PT. Ao contrário do que pretendia a imprensa pautada e manipulada por Franklin Martins, José Serra decidiu candidatar-se. Mais do que isso: José Serra, insolentemente, decidiu eleger-se presidente da República. De fato, ele acredita que pode eleger-se presidente da República sem o consentimento de Lula. E, se nas últimas semanas os jornais só discutiram o papel de Aécio Neves na campanha, agora o foco passa a ser outro, infinitamente menos aborrecido: o que José Serra poderá propor ao eleitorado para conseguir derrotar Dilma Rousseff, ou Senhora Pedregulho, a candidata de Lula.

O PSDB é lento para engrenar, como o carro pré-histórico de Fred Flintstone. Por isso, o anúncio da candidatura presidencial de José Serra, com fanfarra e fogos de artifício, só ocorrerá nos próximos dias. Mas ele ocorrerá.

- Quando?
- Quando o quê?
- Quando José Serra pretende anunciar sua candidatura?
- A data é o que menos importa. O que importa é que ele já decidiu.
- Aécio Neves será seu companheiro de chapa?
- Aposto que sim. Mas isso é para depois. Maio ou junho. O fato, agora, é que o PSDB tem um nome.
- Ele?
- Ele mesmo.
- Jura?
- Juro.
- Ele ainda pode recuar?
- De maneira nenhuma.
- Serra?
- Serra.

No exemplo acima, destaca-se a cena enunciativa elaborada pelo enunciador para expor suas considerações sobre a indicação de José Serra à presidência do Brasil, em 2010. A exposição é encenada em forma de diálogo, pelo desdobramento do próprio enunciador, além disso, ele resgata, por meio da memória

discursiva, elementos de enunciações anteriores instalando o interdiscurso. O *ethos* é exposto como aquele que foi legitimado a anunciar um concorrente à disputa presidencial. As análises desses fenômenos serão feitas em outros exemplares textuais apresentados no quarto capítulo.

O colunista não necessita ser, necessariamente, um bacharel em Jornalismo, isto justifica as mais variadas procedências intelectuais nas produções dos gêneros. Os produtores desses textos, em geral, primam pela sua clara identificação, demonstram familiaridade com os temas referenciados, o texto corresponde a um tipo de jornalismo pessoal, intimamente, ligado à sua personalidade, ao seu ponto de vista, às suas crenças e atitudes.

Muitos colunistas produzem colunas sequenciais, um mesmo conteúdo temático pode ser revisto em várias edições dos veículos em que são publicados, semanalmente ou quinzenalmente, portanto o fator espaço-temporal é essencial para a elaboração do texto, os aspectos físicos e sócio-subjetivos, expostos pelo ISD, são determinantes para a análise desse gênero.

O enunciador é descrito pelo ISD como um sujeito social que se situa em um espaço social e em uma perspectiva histórico/temporal, esses fatores sócio-subjetivos nortearão sua produção enunciativa que passa a adquirir instância discursiva ampla e significativa.

O colunismo é condicionado pela exterioridade, os temas são impostos a partir das movimentações sociais que passam a justificar a produção do gênero. A esfera jornalística é o campo de atuação humana ou cena englobante que condiciona essas publicações. Porém, a coluna é um gênero versátil há colunas sociais, esportivas, econômicas, policiais, políticas, entre outras. Elas estão associadas ao discurso do expor e, são caracterizadas, principalmente, pelo desenvolvimento das sequências argumentativas – estruturas linguísticas semiotizadas que compõem o gênero.

Esse tipo de sequência objetiva a persuasão, pois é estruturada segundo Bronckart (2003), por quatro fases: a da premissa – o ponto de partida para a elaboração de um raciocínio lógico; a da argumentação – as estruturações linguísticas que orientam o leitor para uma provável conclusão; a da contra-argumentação – a rejeição das possíveis restrições à argumentação e, por fim a conclusão – dado prévio que é confirmado a partir das fases primárias.

Ao difundirem opiniões, por meio de sequências argumentativas, as colunas não se enquadram nos gêneros artigos de opinião ou editoriais, também, presentes na mídia impressa jornalística, porque possuem marcas enunciativas próprias que perpassam, principalmente, os aspectos que compõem o estilo do enunciador, por meio de suas marcas linguísticas individuais e pela composição estrutural delimitada pelo espaço disponibilizado no veículo de informação que promove a circulação das colunas.

Nas produções que compõem nosso *corpus*, o enunciador utiliza recursos linguísticos semelhantes, assim ele elabora um perfil enunciativo, esse perfil se repete em outras produções elaborando um quadro de regularidades enunciativas. É comum, em seus textos, por exemplo, a textualização de aspectos inerentes a sua personalidade que são transportados para o texto, há referência aos membros de sua família, aos ambientes em que viveu, a lugares que já visitou, a obras artísticas que teve contato, entre outros.

Para o ISD, as colunas de opinião são gêneros marcados pelo discurso do expor de forma conjunta e implicada. Conjunta, porque o discurso exposto mantém-se arraigado ao mundo social que o originou e aos envolvidos no processo enunciativo, a tríade – enunciador, discurso exposto e enunciatário estão em constante interação. Implicada, porque as marcas enunciativas como lugar, tempo e enunciador, além da temática explorada e dos enunciatários em potencial, são identificadas ao longo do discurso e utilizadas como mecanismos retóricos. O fato da presença dessas marcas enunciativas serem explícitas e integrarem a produção elaboram um discurso do expor implicado.

O desenvolvimento textual das colunas de opinião é, comprovadamente argumentativo. Porém, os colunistas não se utilizam, unicamente, das sequências argumentativas, valendo-se, também, das que descrevem e explicam para fundamentar sua premissa e conduzir seu interlocutor à sua conclusão.

Melo (2002, p. 142) afirma

Do ponto de vista estrutural, a coluna é um complexo de mini-informações. Fatos relatados com muita brevidade. Comentários rápidos sobre situações emergentes. Ponto de vista apreendido de personalidades do mundo noticioso. Trata-se de uma colcha de retalhos, com unidades informativas e opinativas que se articulam.

Segundo a caracterização de Melo (2002), verificamos que a composição da coluna de opinião é uma característica que o diferencia dos demais gêneros argumentativos que circulam na esfera jornalística. Por meio da articulação de elementos informativos e opinativos a coluna se estrutura e revela seu caráter persuasivo. Essa caracterização persuasiva conduz os enunciatórios a comprovarem a eficiência do gênero, por meio de sua aceitação, ou por meio dos questionamentos gerados a partir de sua leitura. Ao considerar esse aspecto persuasivo, Melo (2002, p. 142) confirma

Aparentemente a coluna tem caráter informativo, registrando apenas o que está ocorrendo na sociedade. Mas, na prática, é uma seção que emite juízos de valor, com sutileza ou de modo ostensivo. O próprio ato de selecionar os fatos e os personagens a merecerem registro já revela o seu caráter opinativo.

A coluna tem fisionomia levemente persuasiva. Não se limita a emitir uma simples opinião. Vai mais longe: conduz os que formam a opinião pública veiculando versões dos fatos que lhe darão contorno definitivo.

A partir de um recorte informativo, que por si só já é um ato de seleção, o enunciador passa a expressar juízo de valores sobre a informatividade. As sequências descritivas ou explicativas que transmitem a informação cedem espaço para as argumentativas compondo um quadro dialógico entre informação e argumentação.

A teoria dialógica da linguagem, exposta pelos pensadores do círculo de Bakhtin, é aplicada na constituição das colunas de opinião. Como produção ideológica, a coluna transpõe e textualiza opiniões de seu enunciador, o que seria, aparentemente, um agir de linguagem isolado e individual, passa a ser interacional, fatos são retomados e retextualizados com o objetivo de firmar a opinião do enunciador, nesse processo dialógico, o enunciador prevê a socialização de saberes com seus enunciatórios para que se legitime seu ponto de vista apresentado.

Outro aspecto linguístico que caracteriza o gênero coluna de opinião é a clara identificação do enunciador e seu estilo. Enquanto outros gêneros jornalísticos optam pela neutralidade e pela omissão dos enunciadores, cabendo ao veículo a responsabilidade pelas opiniões expostas, a coluna cristaliza as marcas de primeira pessoa na produção dos enunciados. O eu (enunciador) transpõe o ele (tema) em nome de uma produção objetiva e monocentrada. O gênero coluna de

opinião surgiu a partir de outros gêneros que já circulavam no meio jornalístico, porém, em um dado momento, surgiu a necessidade de se expor opiniões em uma materialidade distinta. Os novos gêneros surgem a partir da necessidade social de veicular os saberes de diversas maneiras e com diferentes particularidades.

Essas reflexões, sobre o gênero em análise, convergem para a descrição feita por Bronckart (2006, p. 143-144), para explicar por que os gêneros sofrem determinadas alterações. Ele afirma

[...] os gêneros de textos são produtos de configurações de escolhas entre esses possíveis, que se encontram momentaneamente “cristalizados” ou estabilizados pelo uso. Tais escolhas dependem do trabalho que as formações sociais de linguagem desenvolvem, para que os textos sejam adaptados às atividades que eles comentam a um dado meio comunicativo, eficazes diante de um desafio social [...].

Devido a esse estatuto, os gêneros mudam, necessariamente, com o tempo ou com a história das formações sociais dos sujeitos o que implica em novos agir de linguagem. A complexidade na identificação dos gêneros ocorre devido ao número e à heterogeneidade de seus modos de estruturação e de estilo. A linha que separa um artigo de opinião de um editorial ou de uma coluna de opinião é tênue e sutil.

Com as contribuições da AD, podemos elaborar um quadro teórico fundamental que baliza a produção dos gêneros dentro de cenas enunciativas delimitadas. A cenografia que emana do interior dos discursos, em maior ou menor grau, dependendo do gênero, é um aspecto único condicionado na origem do enunciado pelas cenas englobante e genérica. Essa articulação das cenas enunciativas permite determinadas composições de cenografia para a coluna de opinião que não são comuns em editoriais ou em artigos de opinião, gêneros que costumam expor os fatos objetivamente com poucas variações na apresentação dos discursos. As cenografias elaboradas nas colunas compõem palcos para que os recursos retóricos se apresentem com uma espécie de camuflagem linguística.

Ao buscar uma comparação entre os gêneros opinativos veiculados na esfera jornalística, Marques (2003) corrobora com a tese de que tais gêneros compartilham semelhanças estruturais e enunciativas, mas procura traçar marcações significativas para operar as sutis diferenças entre a maneira como as

opiniões são apresentadas em alguns gêneros jornalísticos. Para isso, o pesquisador utiliza três critérios de análise:

Tabela 1 – Marques (2003, p.17)

Gêneros opinativos	1º critério: Autoria	2º critério: Angulagem temporal	3º critério: Angulagem espacial
Comentário/Nota	Definida - Jornalista ou na função de;	Contínua	Individualizada
Artigo	Definida - Jornalista Colaborador	Descontínua	Individualizada
Resenha	Definida - Jornalista ou na função de;	Descontínua	Individualizada
Editorial	Indefinida- Institucional	Contínua	Institucionalizada
Crônica	Definida - Jornalista ou na função de;	Descontínua	Socializada
Caricatura	Definida - Cartunista	Contínua	Institucionalizada
Carta	Definida - Leitor	Descontínua	Individualizada
Coluna	Definida - Jornalista ou na função de;	Contínua	Socializada

O colunismo, como apresentado acima, é um gênero jornalístico que está associado a um hibridismo nas ações de linguagem. Com autoria definida, o discurso concebido segue uma trajetória temporal contínua, ou seja, as temáticas conjuntas à realidade temporal são exploradas; por outro lado, seu saber é socializado em um espaço definido, isto é, o enunciador busca encontrar parceiros que corroborem com seu discurso.

Além desses aspectos, podemos enumerar outras características levantadas a partir da análise de exemplares do gênero:

- a publicação é regular e está filiada a um veículo midiático, transmitindo seus valores ideológicos;
- o enunciador é identificado, no início ou fim de sua coluna, por meio de sua assinatura e de sua foto e, às vezes, pela descrição breve de seu currículo;
- as produções são editadas em uma ou duas colunas e delimitada em uma mesma página;
- o colunista mantém um espaço definido e fixo no veículo, a coluna aparece na mesma página em diversas edições com poucas variações;
- a produção é regular, a cada semana ou quinzena uma nova produção do mesmo colunista é publicada;
- a temática é variada, porém os colunistas costumam revisitar o mesmo tema constantemente, ou como no caso de nosso *corpus*, especializar-se em uma mesma temática, a qual pode ser utilizada durante muito tempo;
- o colunista costuma manter um estilo padrão de escrita, como o uso de primeira pessoa do discurso;
- as opiniões são explícitas e direcionadas aos envolvidos na temática, quer seja um sujeito, quer uma instância legitimada;
- as marcas enunciativas individualizadas que identificam o enunciador por meio de regularidades diversas no interior de cada produção estão sempre presentes.

Atualmente, os gêneros opinativos dominam as produções nas instâncias midiáticas. Ao fazer uma análise das mudanças proporcionadas pelo jornalismo opinativo em âmbito mundial, Marshall (2003, p. 79) descreve que a partir do século XVII, a proliferação desses gêneros proporcionou mudanças significativas na esfera jornalística, ela se configurou em “[...] um palco de batalhas ideológicas, polêmicas, conflitos políticos, lutas e mobilizações sociais, instrumento de ataque e defesa de idéias”. Ou seja, um palco perfeito para que esses gêneros se difundissem.

Marcuschi (2005), em sua perspectiva de análise de gêneros, nomeia as esferas de circulação como *domínios discursivos*, já Maingueneau (2005) as denomina de *cena englobante*, a função dessas instâncias é delimitar as características de seus gêneros associativos. Na tabela acima, podemos verificar as semelhanças e as sutis diferenças entre os gêneros da mesma esfera discursiva de circulação.

Marcuschi (2005) descreve assim o papel dos domínios discursivos,

Usamos a expressão domínio discursivo para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc, [...] (p. 23).

Portanto, dentro de um mesmo domínio discursivo, esfera de atuação humana ou cena englobante, encontramos a origem de discursos semelhantes, mas que se diferenciam em pequenas particularidades.

Para traçarmos diferenças entre texto e discurso, recorreremos a Marcuschi (2005), para ele esses termos não se correspondem por inteiro, pois texto é uma materialidade, manifestada por meio de um determinado gênero, já o discurso é seu conteúdo, sua essência. Segundo o autor (2005, p. 24), “[...] discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos”. Como se os textos fossem uma espécie de suporte para o discurso.

Essa perspectiva é importante, já que a maioria dos pesquisadores não veem diferenças significativas entre esses dois conceitos, texto/discurso ou gênero textual/discursivo; muitos estudiosos concebem a ideia de que ambos concorrem a um mesmo objetivo: a nomenclatura atribuída às manifestações enunciativas concretas em uma dada situação comunicativa.

Porém, para nossa pesquisa, ressaltamos essa perspectiva, porque a nomenclatura discurso jornalístico, por si só, carrega uma carga ideológica, marcadamente, significativa. Marshall (2003) relata que, em seus primórdios, o jornalismo opinativo pela sua influência e capacidade de formar opiniões ganha o *status* de “quarto poder”, fazendo uma relação com os outros três poderes atribuídos a um Estado legitimado.

Esse processo foi descrito da seguinte forma pelo autor (p. 79):

As empresas jornalísticas submetem o objetivo comercial ao objetivo político. A sociedade ferve, as disputas ideológicas ocupam a arena social e a imprensa acaba espelhando essa conjuntura social [...].

É uma era de luta política, vista e narrada pelo jornalista-ideológico, mas simultânea e intrinsecamente subjetiva, vista e narrada pelo olho do poeta e do prosador. Essa tradição, iniciada na Europa, se alastra pelos continentes e contamina majoritariamente a linha editorial das publicações da época.

As colunas, assim como outros gêneros nascidos no domínio discursivo do jornalismo, são, como propôs Bakhtin (2003), manifestações da linguagem em função da interação social, como tal, eles mantêm certa regularidade na estrutura, no conteúdo e no estilo, para que sejam reconhecidos e abraçados pelos parceiros no processo de interlocução.

Nosso interesse nesse gênero originou-se em uma de suas peculiaridades: o uso intenso das sequências argumentativas constituídas a partir de escolhas linguísticas produtoras de um discurso persuasivo.

1.3 VEÍCULO MIDIÁTICO: A REVISTA *VEJA*

Atualmente, a revista *Veja* carrega o título de suporte midiático mais lido e mais conhecido no Brasil. Sua tiragem média chega a alcançar 1.200.000 exemplares por mês, com cerca de 924.997 assinantes, porém seu universo de leitura indireta pode chegar a mais de 8.500.000 leitores.

A primeira edição foi publicada em 11 de setembro de 1968, o exemplar trazia um apanhado sobre questões que envolviam o Comunismo.

Desde o início de sua circulação, o foco da revista é retratar assuntos que permeiem aspectos políticos e econômicos, mas também, dedicando espaço para questões culturais, científicas, religiosas, e atualmente, as questões emergentes como a tecnologia e a ecologia.

Seus fundadores foram os jornalistas *Victor Civita* e *Mino Carta*, e, desde sua fundação, a revista, de publicação semanal, tem sido o pilar estrutural da *Editora Abril*.

Em 2009, a partir de uma parceria com um banco privado, os editores passaram a disponibilizar, de forma digitalizada, todos os exemplares da revista, desde a primeira edição, em 1968. Semanalmente, esse acervo é atualizado e o último exemplar também pode ser acessado.

Assim, é possível termos acesso a todas as edições da revista publicadas em 44 anos de existência, como a capa da primeira edição de 1968, apresentada a seguir:

Figura 2 - Capa da 1ª Edição da Revista Veja ³.



Um de seus fundadores, *Victor Civita*, permaneceu à frente do grupo *Abril* até sua morte em 1990. O atual presidente do Conselho de Administração e Diretor do Grupo é o jornalista *Roberto Civita* (2012, em documento *on-line*), sobre a missão da revista, como veículo midiático, ele declara

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.

³ Edição 1, 11/09/1968 – Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>, acesso em 10/06/2012.

Veja é lida por um público diversificado, sua massa leitora é composta por homens e mulheres de todas as idades, porém, é na idade adulta e nos idosos, que o número de leitores é mais representativo. Em se tratando da classe social, o público leitor de *Veja* está concentrado, em grande parte, na classe B, porém há um grande número de leitores nas classes A e C. Na região sudeste, encontra-se o maior número de leitores da revista, cerca de 58%.

A interação entre os leitores e a revista é um dado importante, por exemplo, somente em 2008, a redação chegou a receber 64.899 cartas, *e-mails* e fax de seus leitores, todas buscando algum tipo de interação com a revista, a partir do que leram em suas páginas.

Atualmente, o exemplar custa, nas bancas, R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos) e pode ser comprado em diversos pontos de vendas espalhados por todo território nacional, mas o grande número de exemplares que circulam vem, diretamente, dos que assinam a revista⁴.

1.4 O COLUNISMO NA *REVISTA VEJA*

Como veículo midiático, a revista, desde sua fundação, foi palco para que o gênero coluna, em todas suas variações, ganhasse *status* e se difundisse.

As colunas são regidas pelas mais variadas temáticas, aparecem em todas as edições semanais e muitas são produzidas, diariamente, na versão digital da revista.

A seguir, mostraremos a página *on-line* da revista, apresentando os atuais colunistas dela:

⁴ Todas as informações e dados aqui descritos são divulgados pela própria editora e estão disponíveis no site: <<http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>> Acesso em 12/06/2012.

Figura 3 - Apresentação dos colunistas da Revista Veja⁵.

veja Blogs e Colunistas - VEJA.col x

veja.abril.com.br/colunistas/

veja

BUSCAR

ACERVO DIGITAL

Notícias Temas Vídeos e Fotos Blogs e Colunistas

Assine VEJA Reinaldo Azevedo Lauro Jardim Augusto Nunes Fernanda Furquim Ricardo Setti Paula Nelva Todos os colunistas

o que São paulo oferece de melhor, o VejaSãoPaulo.com leva de bandeja até você. Shows, ex

Blogs e Colunistas

Tweet 93 Curtir 1.286 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos. Compartilhar

Política, economia, opinião

Coluna do **Augusto Nunes**
Análises, vídeos, enquetes e o resgate das histórias do Brasil
Atualização: Diária Assine o feed

06/12/2012 às 01:44:28 0
> Maravilhas da fauna brasileira

05/12/2012 às 23:11:26 4
> Neurônio em parafuso

05/12/2012 às 21:32:28 0
> Conversa com Marco Antonio Villa

05/12/2012 às 20:45:29 7
> Marco Antonio Villa fala sobre o livro que o

Blog **Reinaldo Azevedo**
Análises políticas em um dos blogs mais acessados do Brasil
Atualização: Diária Assine o feed

06/12/2012 às 05:17:38
> LEIAM ABAIXO

06/12/2012 às 05:05:07
> Niemeyer e os zurrus dos 100% idiotas

06/12/2012 às 05:03:06
> Morre Oscar Niemeyer, metade gênio e metade idiota

06/12/2012 às 02:28:05

Últimas notícias

6 de Dezembro de 2012

10:23 **VEJA - Commodities**
Conab estima novo recorde para safra de grãos

10:18 **VEJA - Justiça**
Palestina pede que ONU atue contra colônias judaicas

10:14 **VEJA - Crise do euro**
Zona do euro confirma queda de 0,1% do PIB no 3º trimestre

10:05 **VEJA - Família**
Ter filhos reduz o risco de morte prematura entre casais

10:01 **VEJA - Infraestrutura**
Governo pede e TCU adia decisão sobre portos

Ver todas

> intolerância começa a frutificar também no Ocidente – e isso inclui o Brasil!

Radar on-line **Lauro Jardim**
Notas exclusivas sobre política, negócios e entretenimento
Atualização: Diária Assine o feed

De Nova York **Caio Blinder**
Civilização, direitos humanos, geopolítica e outras picuinhas
Atualização: Diária Assine o feed

Coluna do **Ricardo Setti**
Boas histórias, bastidores e opinião independente
Atualização: Diária Assine o feed

De Paris **Antonio Ribeiro**
O correspondente em Paris traz os principais temas da Europa
Atualização: Diária Assine o feed

Ciência, tecnologia, ecologia

Genética **Mayana Zatz**
Uma das maiores geneticistas do país responde dúvidas de leitores
Atualização: Semanal Assine o feed

⁵ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/colunistas/>, acesso em 06/12/2012.

The screenshot displays a magazine's website layout with two main sections: 'Saúde' (Health) and 'Variedades' (Varieties). Each section contains several columns, each featuring a columnist's photo, name, and a brief description of their work. Below each column is a 'Atualização' (Update) frequency and an 'Assine o feed' (Subscribe to the feed) button.

Saúde

- Espelho meu**
Lucia Mandel
Dermatologista trata dos assuntos de estética e saúde
Atualização: Semanal
- Chegada**
Renato Dutra
Professor escreve sobre corridas e saúde - atividade física e bem-estar
Atualização: Duas vezes por semana
- Viver Bem**
Qualidade de vida é uma das grandes metas do homem moderno. Esta página dedica-se a explorar os caminhos possíveis para esse objetivo
Atualização: Semanal

Variedades

- Quanto Drama!**
Patrícia Villalba
Bastidores, entrevistas, memórias e picuinhas do mundo da tele-dramaturgia
Atualização: Diária
- GPS**
Paula Nelva
Gente famosa, pessoas interessantes e sociedade
Atualização: Diária
- Cinema**
Isabela Boscov
Editora de VEJA comenta, em vídeos, as estrelas de filmes
Atualização: Semanal
- Todo prosa**
Sérgio Rodrigues
Notícias, resenhas e comentários sobre o mundo da literatura
Atualização: Três vezes por semana

A diversidade de colunistas e das temáticas desenvolvidas comprovam a emergência e a importância desse gênero para o público leitor da revista.

Nosso trabalho dará destaque para um desses colunistas, que, atualmente, não escreve mais para a *Veja*, porém, durante muito tempo, foi o colunista mais lido da revista, segundo informações divulgadas pelo próprio veículo midiático.

1.5 DIOGO MAINARDI: O COLUNISTA

Diogo Mainardi nasceu em São Paulo, em 1962, não é jornalista de formação, porém foi na imprensa que sempre se destacou. Como escritor, publicou cinco livros pela editora *Record*, o primeiro deles, *Malthus* (1989), recebeu o prêmio Jabuti em 1990. Sempre teve uma relação muito próxima com a literatura brasileira do século XX, principalmente, com o regionalismo engajado da 2ª Geração Moderna, fato inspirador e questionador para um de seus livros *Polígono das Secas* (1995).

Em 1990, o escritor traduz, pela Companhia das Letras, *Le città invisibili* (1972), *As cidades invisíveis*, de Ítalo Calvino, autor também influente nos textos de Mainardi.

Como colunista da revista *Veja*, Diogo Mainardi ganhou projeção nacional. Suas primeiras colunas datam do ano de 1999, nessa época o colunista dedicava-se à produção que versavam sobre *Literatura e Artes*.

Mas, o enfoque do colunista mudou, consideravelmente, a partir de 2002 e, suas colunas passaram tratar, basicamente, de política, fato que coincide com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições para a presidência, o pleito daquele ano elegeu Luis Inácio Lula da Silva, como trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil.

As colunas de Mainardi passaram a criticar, veementemente, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido o PT.

Mainardi reuniu várias dessas colunas em *Lula é minha anta* (2007), os textos que compunham o livro tratavam do escândalo conhecido como “*mensalão*” (2005/2006), no qual Lula, o então presidente, e vários de seus correligionários foram acusados de improbidade administrativa, fato que mudou, vertiginosamente, o rumo do governo petista.

Por meio de suas produções escritas, Mainardi acompanhou e analisou todo o processo de ascensão e popularidade do governo Lula, inclusive as rupturas e os conflitos que emergiram nesse período da história política do Brasil.

Em 2010, ano em que Lula não poderia mais concorrer à reeleição, Mainardi analisou o processo político que constituiu Dilma Rousseff como sua herdeira política.

Nesse contexto, nosso trabalho propõe-se a estudar, em uma perspectiva argumentativa, duas colunas de Mainardi representativas da cena política brasileira nesse período.

Atualmente, Mainardi vive em Veneza, na Itália, de lá é um dos comentaristas de um programa semanal na televisão; ainda é colaborador de *Veja*, porém sua página, como colunista, não figura mais na edição *on-line*, sua última coluna foi postada em 04 de março de 2011. Na edição impressa, a mesma coluna foi publicada no mesmo mês.

O colunista mais lido de *Veja*, segundo era anunciado pela própria revista, conclui assim um ciclo de quase dez anos de produções escritas para o veículo.

A seguir, reproduzimos a página inicial do colunista ainda disponibilizada na *web*, mesmo sem produzir mais para o veículo, a página ainda é mantida *on-line* e pode ser acessada para leitura e consulta.

Figura 4 - Reprodução da página *on-line* do colunista⁶.

The image shows a screenshot of the VEJA website's columnist page for Diogo Mainardi. At the top, there is a navigation bar with the VEJA logo, a search bar, and various menu items like 'Notícias', 'Temas', 'Vídeos e Fotos', and 'Blogs e Colunistas'. Below this is a banner for CAIXA with the text 'Apoio ao desenvolvimento sustentável é aqui.' The main content area features a profile for Diogo Mainardi, including a photo and a bio. A featured article is titled 'O Brasil explicado para “coelhinhos”' with a sub-headline: '“Devolvi o uquelele para a diretora da escola e, como Elvis Presley, voltei alegremente para minha Graceland veneziana. O que é o Brasil? O Brasil é só um assunto aborrecido. Aloha”'. To the right, there is a sidebar with a 'FAMÍLIA SÁDIA DO ESPORTE' advertisement and social media links for Twitter and Facebook. The footer contains the VEJA logo, a 'Manchetes' section with the headline 'Crise: rei da Espanha reduz próprio salário', and another search bar.

⁶ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/mainardi/>>, acesso em 16/07/2012.

2 CAPÍTULO

A LINGUÍSTICA TEXTUAL E A SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

*“[...] na língua nem tudo
é transparente [...]”.*
(Marcuschi, 2012, p. 35)

No capítulo anterior, articulamos os pressupostos da teoria dialógica da linguagem de Bakhtin (2006) e sua aplicação direta no conceito de gêneros discursivos (2003) para descrever a perspectiva para a concepção de gêneros da escola de Genebra com Bronckart (2003), Dolz e Scheneuwly (2004). Nosso objetivo é embasar, teoricamente, o objeto gênero textual e suas esferas de circulação, em especial, a esfera jornalística, na qual o gênero coluna de opinião originou-se.

Associamos a esses conceitos, o posicionamento de Maingueneau (2001, 2005 e 2010) sobre as cenas enunciativas e o *ethos* discursivo para ampliarmos nossa perspectiva teórica para a análise do gênero coluna de opinião. Em seguida, descrevemos as considerações de Charaudeau e Maingueneau (2008) e de Orlandi (2005) para definirmos formação e memória discursiva, com o intuito de embasarmos o gênero como uma manifestação enunciativa produzida a partir de elementos exteriores que o condicionam.

Definimos o gênero coluna de opinião e descrevemos como esse gênero é constituído dentro de sua esfera de circulação e, por fim, apresentamos o veículo e o enunciador que constituirão o foco de nossas análises.

Em seguida, trataremos do aporte teórico da Linguística Textual e da Semântica Argumentativa que constituem as bases teóricas que subsidiam as categorias para a análise dos elementos linguísticos de nosso *corpus*.

2.1 O PERCURSO DA LINGUÍSTICA DE TEXTO

A Linguística de Texto (doravante LT) concebe o texto e suas manifestações discursivas como seu objeto de estudo. Ao longo do século XX, essa delimitação passou por determinadas fases que contribuíram, de forma efetiva, para os fundamentos da ciência.

Desde sua origem, a LT foi marcada pela preocupação de concretizar uma teoria que desvendasse os processos de construção do texto e a produção de sentidos por meio da interação entre os pares envolvidos nesse processo.

A evolução dos estudos em LT passou por três fases distintas, a saber: as análises transfrásticas, a Gramática de Texto, e por fim, a Teoria do Texto, essa última consolida a ciência e, atualmente, direciona os estudos na área. Esses fenômenos não podem ser considerados a partir de uma ordem, puramente,

cronológica, as pesquisas evoluem e, cada fase contribuiu com elementos fundamentais para que a ciência se consolidasse.

Em seguida, descreveremos as vertentes que balizaram cada fase da LT como ciência da linguagem.

2.1.1 Análises Transfrásticas

Nessa fase, o texto não se constituía o objeto de estudo da LT. O determinante das pesquisas em análises transfrásticas era descrever o percurso que ia da frase ao texto, as partes concebiam o todo e determinavam os sentidos gerais da produção.

Para Galembeck (2005, p. 68-69), “[...] as análises transfrásticas surgiram a partir da observação de que certos fenômenos não poderiam ser explicados pelas teorias vigentes na época [...] por atravessarem os limites da frase simples e complexa [...]”.

O afastamento progressivo da teoria estruturalista de Saussure compôs o novo universo de análise, a fuga de uma teoria-metodológica centrada na frase e nela concluída; dá lugar a busca permanente pelas relações sujeito e situação comunicativa implicando, diretamente, nas produções orais e escritas e, concomitantemente, na produção de sentidos, conforme esclarece Galembeck (2005).

Conforme Bentes (2007), muitos processos de construção interna do texto passaram a ser observados e questionados, como: pronominalização, presença ou ausência de artigos, organização e simultaneidade dos tempos verbais, conexão entre os períodos, por meio da presença ou da ausência dos conectores, por exemplo. Essas particularidades constituintes dos textos, levantadas a partir das análises transfrásticas, desencadearam extensas pesquisas que deram origem aos estudos coesivos do texto.

As pesquisas, com foco na coesão, iniciaram-se no fim da década de 1960 e prosseguiu até meados da década de 1970, em uma perspectiva interfrástica, estudiosos buscavam relacionar os diferentes componentes frasais com o todo textual, com base nas teorias estruturalista, gerativista e funcionalista da linguagem, objetivando, principalmente, o estudo dos recursos coesivos do texto.

Portanto, a heterogeneidade teórica nas pesquisas marcou esse período, conforme Koch (2004a).

2.2.2 Gramáticas de Texto

Com o esforço de estabelecer pressupostos estruturais que mapeassem o texto, assim como se fazia com a frase, pesquisadores estruturalistas e gerativistas tentaram elaborar gramáticas textuais, ou seja, o objetivo era conceber uma teoria, fundadora de um instrumento linguístico concreto, que conseguisse descrever categorias e regras combinatórias que qualificaria o “bom” texto.

Koch (2004a) esclarece que uma gramática desse porte buscava alguns objetivos como: mapear os princípios de constituição dos textos, criar critérios para a delimitação do que seria um texto e diferenciar os textos e suas funções.

A tentativa era estabelecer elementos para nortear uma espécie de competência textual, seus idealizadores baseavam-se em determinadas capacidades linguísticas dos falantes para identificar o que seria um texto, como por exemplo: produzir paráfrases, resumos, acrescentar informações a determinadas produções ou lhes atribuir um título, e ainda, produzir um texto a partir de um dado concreto como um título, conforme esclarece Koch (2004a)

A análise dessas capacidades linguísticas atribuídas aos falantes produziria materiais expressivos para a produção dessas gramáticas.

A grande diferenciação das pesquisas transfrásticas para as gramáticas de texto foi a perspectiva de análise, a primeira partia da frase para o texto, a segunda fazia o processo inverso, o texto era a unidade máxima de análise.

Segundo Koch (2004a, p. 6),

Dentro dessa perspectiva, portanto, o texto, visto como a unidade linguística hierarquicamente mais elevada, constitui uma entidade do sistema linguístico, cujas estruturas possíveis em cada língua devem ser determinadas pelas regras de uma gramática textual. Exemplos destas gramáticas são as postuladas por Weinrich (1964, 1971, 1976), Petöfi (1973) e van Dijk (1972).

Esses estudiosos, para Koch (2004a), foram fundadores no que tange às gramáticas textuais, segundo a autora, alguns expoentes fundamentais como *Weinrich* preservava uma visão estruturalista e transpôs essa concepção para suas gramáticas. *Petöfi* propôs uma gramática que continha não só componentes

internos do texto, mas também subcomponentes externos a ele, como os aspectos que envolviam a compreensão semântica e pragmática das produções.

E, por fim, *van Dijk* apresentou um modelo de gramática textual a partir das concepções teórico-gerativistas, seu aporte era semântico-lógico formal e previa uma análise que considerasse a macroestrutura textual: a coerência. Koch (2004a, p. 9) conclui: “[...] Uma gramática textual gerativa seria, portanto, um algoritmo que gera infinitas estruturas textuais profundas.”

Para Galembeck (2005), os grandes méritos das gramáticas de texto foram conceder ao texto o *status* de unidade linguística mais elevada; reconhecer que frase e texto são entidades de ordens diferentes, isto é, a significação dele não depende, exclusivamente, das frases que o compõem.

Por outro lado, o pesquisador aponta alguns problemas levantados a partir das formulações das gramáticas textuais, são eles:

O primeiro é a conceituação de texto como unidade formal, dotada de uma estrutura interna e gerada a partir de um sistema finito de regras, internalizado por todos os usuários da língua [...]. Outro problema das gramáticas de texto é a separação entre as noções de texto (unidade estrutural, gerada a partir da competência de um usuário idealizado e descontextualizado) e discurso (unidade de uso). Essa separação é injustificada, pois o texto só pode ser compreendido a partir do uso em uma situação real de interação. (GALEMBECK, 2005, p. 71-72)

Foram esses fatores problemáticos levantados, a partir das análises nas gramáticas textuais, que culminaram na terceira fase das pesquisas em LT denominada de Teoria do Texto.

2.2.3 Linguística Textual – a Pragmática em ação

Nesse momento, a preocupação não é mais normatizar, instrumentalizar e prescrever uma descrição textual que moldasse as produções possíveis, em uma língua, por falantes idealizados; por outro lado, a preocupação é fundamentar uma teoria para investigar as condições de produção e de recepção da materialidade textual.

O contexto pragmático passa a ser considerado, uma vez que, nessa perspectiva, ele é compreendido como o fator que direciona a constituição de uma produção e, conseqüentemente, a recebe, portanto a análise de uma produção deve levar em consideração os fatores extra-textuais que a delimitam. Uma

produção sempre estará implicada a partir de suas relações com fatores sócio-históricos, pois a partir deles ela se constitui. Esse período concebe os textos a partir da noção de textualidade.

Marcuschi (1998) define a LT a partir dos aspectos multidisciplinares da disciplina, sua funcionalidade, seu dinamismo e suas intervenções processuais diante de seu objeto de estudo, o texto.

A partir da teoria do texto, a LT formula uma concepção de texto abrangente, o texto, como afirmam Vilela e Koch (2001) passa a ser considerado uma atividade verbal consciente e interativa. Atividade verbal porque é constituída a partir de ações languageiras que envolvem um produtor e um receptor; atividade consciente porque o sujeito-locutor possui a intenção de produzir determinadas ações de linguagem; atividade interativa porque os envolvidos na produção e na recepção dos textos estão, diretamente, envolvidos em seu processo de constituição e de recepção.

As concepções que consideram o texto como uma estrutura dada de forma definida devem ser abandonadas, o texto passa a ser visto como uma unidade discursiva, construída por meio de um processo interativo. Segundo Vilela e Koch (2001, p. 453), “[...] o texto deixa de ser entendido como uma estrutura acabada (produto), passando a ser abordado no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção”.

Koch (1997, p. 22) descreve a importância da relação entre o texto e sua exterioridade ao defini-lo como,

[...] uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não somente a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da atividade de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.”

Nessa perspectiva, Koch (2004a) e outros pesquisadores sobrepõem o aspecto pragmático aos aspectos sintáticos e semânticos inerentes à composição textual, para a autora esclarece que as intenções pré-estabelecidas pelos produtores “no plano geral do texto” devem ser o caminho trilhado pelos interlocutores para que esses busquem a “compreensão” do todo, para isso,

diversas “operações cognitivas” devem ser acionadas e postas em prática na interação entre produtor→texto/discurso→interlocutor.

Koch (2004a, p. 15) confirma

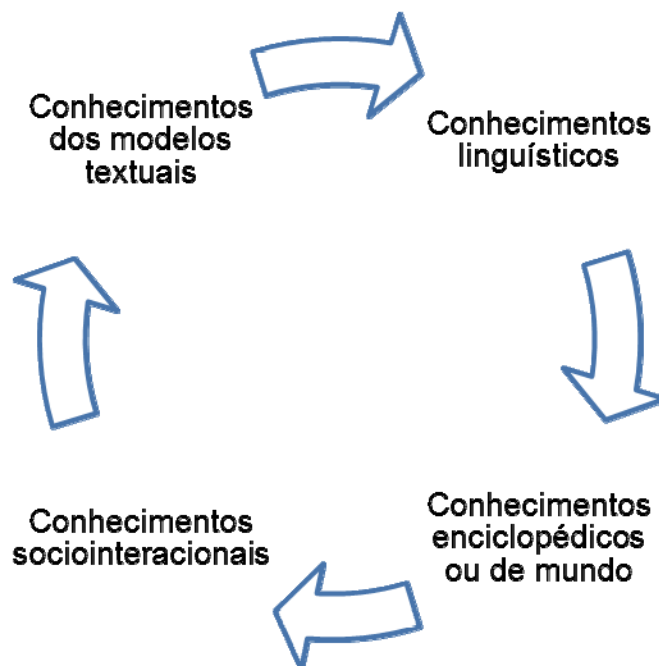
[...] o ouvinte não se limita a “entender” o texto, no sentido de “captar” apenas seu conteúdo referencial, mas necessita, isto sim, reconstruir os propósitos comunicativos que tinha o falante ao estruturá-lo, isto é, descobrir o “para quê” do texto.

O apogeu dos estudos da LT ocorreu quando pesquisadores como Beaugrande e Dressler (1997) conceberam a ideia ampla de que as produções discursivas são regidas por aspectos exteriores à linguagem, os pesquisadores chegaram à conclusão de que a exterioridade condiciona as produções discursivas. É por meio de processos mentais que a produção e recepção dos discursos se concretizam, os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e armazenados na memória discursiva dos interlocutores são acionados no processo de produção e recepção, Koch (2004a) nomeia esse princípio de “procedural”.

O discurso não é resultado de uma intenção momentânea, mas antes disso, é concebido por meio dos conhecimentos armazenados no acervo mental dos interlocutores, acervo que é visitado e revisitado não somente no instante em que as produções comunicativas são elaboradas, mas também quando são recebidas e interpretadas, no processo enunciativo de sua constituição, ou seja, enunciador e enunciatário compartilham diversos conhecimentos pré-textuais que irão constituir um novo enunciado, em uma nova situação discursiva.

Nessa perspectiva, a coerência textual passa a ser revista e nascem concepções que a denominam de “princípio de interpretabilidade do discurso”. Segundo Koch (2004a), essa interpretabilidade é comprovada quando determinados discursos produzem sentidos para alguns interlocutores e não produzem sentidos para outros. Conforme as conclusões de Koch, locutor e interlocutor compartilham conhecimentos de uma mesma ordem para que os discursos se legitimem e a coerência seja estabelecida.

Esse compartilhamento de conhecimentos entre os interlocutores prevê o acionamento de quatro grandezas necessárias ao processamento textual, Koch (2004a), em referência a Heinemann e Viehweger, pesquisadores alemães, descrevem esse processo da seguinte maneira:



Koch (2004a, p. 22-24) define a constituição de cada um desses saberes, ao relatar que eles possuem características definidas e reconhecidas entre os pares no processo de interlocução textual.

O conhecimento lingüístico compreende os conhecimentos gramatical e lexical, [...]. É ele que responde, por exemplo, pela organização do material lingüístico na superfície textual [...]

O conhecimento enciclopédico, semântico ou conhecimento de mundo é aquele que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo, quer se trate de conhecimentos do tipo declarativo, constituído por preposições a respeito dos fatos do mundo [...], quer do tipo episódico, constituído por “modelos cognitivos” socioculturalmente determinados e adquiridos através da experiência.

O conhecimento sociointeracional [...] é o conhecimento sobre as ações verbais, isto é, sobre as formas de *inter-ação* através da linguagem [...].

O conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais globais é aquele que permite aos falantes reconhecer textos como exemplares de determinado gênero ou tipo.

No processo de constituição textual, esses conhecimentos são articulados para que se alcance o objetivo do locutor - elaborar uma produção discursiva/comunicativa por meio de uma materialidade textual; e o objetivo do interlocutor – reconhecer essa produção e essa materialidade, atribuindo-lhe um caráter de textualidade a partir de sua coerência e do contexto em que ela se insere.

Contexto, na dimensão dos estudos da LT, passa a ser uma construção simbólica estabelecida no momento da interação verbal, por parceiros

que, dialogicamente, constituem-se e são formados pelo lugar de interação – o próprio texto/discurso, conforme esclarece Koch (2004a).

Para as categorias de constituição dos textos, a análise textual, na perspectiva da LT, considera o texto uma manifestação discursiva centrada em fatores primordiais à sua constituição.

Por um lado, há os fatores formulados por Beaugrande & Dressler (1997): coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade; por outro lado, os formulados por pesquisadores brasileiros, como Marcuschi (1983) que estabeleceu o fator denominado de contextualização e Koch & Travaglia (2001) o da focalização; e por fim, o conhecimento partilhado entre os interlocutores.

Os fatores acima serão definidos no desenrolar de nossa dissertação.

2.2 O PERCURSO DA ARTE ARGUMENTATIVA

Para elaborarmos o percurso histórico da argumentação, utilizaremos como base teórica as considerações de Citelli (1994) a respeito da concepção da ciência argumentativa; alguns apontamentos de Sodré (1967) sobre a democracia grega; algumas considerações etimológicas de Tringali (1988) sobre a Retórica antiga e o discurso persuasivo; os apontamentos de Reboul (2004); a perspectiva da Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996); e, por fim, dois artigos de Oliveira (2002/2004).

2.2.1 Argumenta o/Retórica: o percurso clássico

A Argumenta o, em sua origem, nasceu Retórica – a arte do bem falar – e seus registros históricos datam do século V a.C., no apogeu da era clássica, na antiga Grécia.

Podemos denominar Retórica, também, de Eloqu ncia ou de Oratória, em sua g nese, as três podem ser consideradas como sin nimas. Apesar de se sustentarem em raízes etimológicas diferentes, Retórica é uma palavra grega, enquanto as outras são latinas, todas compartilham do mesmo significado – falar -

porém, ao lado dessa significação, circulam diversos outros termos que delimitam o sentido de falar: técnica, arte, riqueza, elegância (TRINGALI, 1988).

A Retórica clássica é definida por Tringali (1988, p. 17) da seguinte forma,

Ela, tradicionalmente, se define como teoria e prática do discurso retórico. Explica os problemas referentes à elaboração, produção e efeitos do discurso. Ela contém duplo objetivo: ensina a fazer discursos persuasivos e ensina a fazê-los bem feito.

O autor (1988, p. 19) estabelece características que definem o discurso retórico, uma materialidade oral ou escrita, necessariamente, persuasiva e dialética, pois, para ele,

[...] do ponto de vista da matéria, o discurso retórico é sempre dialético: discurso sobre questões prováveis.

Do ponto de vista formal, o discurso retórico se especifica por tentar persuadir a respeito de uma questão provável, controversa. A finalidade do discurso é persuadir e a finalidade dá o traço diferencial do discurso retórico.

Assim, discurso retórico é o texto que pretende persuadir sobre uma questão provável, dialética.

Persuadir, para Tringali (1988, p. 21) é “convencer (aspecto lógico), comover (aspecto afetivo) e agradar (aspecto estético)”.

Para outros teóricos, há diferenças sutis entre convencer e persuadir, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), por exemplo, definem persuadir quando o foco é direcionar argumentos a um auditório definido, particular; e convencer, quando o foco é atingir um auditório heterogêneo.

Reboul (2004, p. XIV) define “retórica como arte de persuadir por meio do discurso”, há, portanto um consenso entre os teóricos, em relacionar as ações de persuadir e convencer como propriedades da Retórica.

Na Grécia antiga, o aparecimento da Retórica é atribuído a dois gregos, que se especializaram na arte do bem falar para resolver problemas práticos da sociedade local, Córax e Tísias, os pais da Retórica; eles elaboraram o que podemos chamar de “método argumentativo”, seu objetivo era treinar donos de terras desapropriadas pelo Estado a recuperarem, em tribunais gregos, seus direitos legais de proprietários.

Como exímios advogados, eles elaboravam teses, mas não as defendiam, eram os próprios interessados que deviam defender seus direitos diante de uma assembleia constituída, como descreve Oliveira (2002).

Ainda, no mesmo século, surgem, na Grécia, os famosos sofistas – filósofos especializados em manejar, habilmente, a arte da oratória. Diferentemente de Coráx e Tísias, cabia aos sofistas a incumbência de defender, publicamente, um novo direito do povo grego, o de requerer participação em uma sociedade democrática; e, para difundir esse direito, iam às praças públicas e inflamavam as multidões a questionar decisões superiores.

Na tentativa de criar, nos gregos, a necessidade de se tornarem cidadãos críticos, os sofistas acabaram por difundir um instrumento valioso no contexto social e político, o direito ao questionamento, e, por meio do posicionamento argumentativo, mudaram o panorama da sociedade grega.

Com a prática sofista, finda-se o período chamado pré-socrático e o foco das discussões filosóficas passa a ser o homem inserido na sociedade, como relata Oliveira (2002). A autora esclarece que a extensa crítica aos posicionamentos dos sofistas deu-se pela sua procura imediata de um resultado exitoso, ou seja, não se buscava o processo na elaboração argumentativa, os seus fundamentos, a marca sofista era resolver situações centralizadas e imediatistas, por meio dos recursos persuasivos.

Reboul (2004, p. 9) relata que a problemática do discurso sofista dá-se pela sua relação com o real,

[...] o mundo do sofista é um mundo sem verdade, em mundo sem realidade objetiva [...] Privado de uma realidade objetiva, o *logos*, o discurso humano fica sem referente e não tem outro critério senão o próprio sucesso: sua aptidão para convencer pela aparência e pelo encanto do estilo.

Porém, não podemos negar o papel dos sofistas na elaboração de uma nova forma de pensar o ser humano e sua relação com o mundo. Dentre seus expoentes, podemos citar Górgias (487 a.C. – 380a.C.), nascido na Sicília, é o fundador do estilo sofista. Conforme Oliveira (2002, p. 204), ele foi professor de Retórica, criou um método que associava o aspecto artístico da poesia à arte do bem falar, passando a utilizar determinadas figuras como as oposições (antíteses) e as repetições sistêmicas (paralelismo), era um trabalho que associava as simetrias à

arte da eloquência. Esses elementos contribuíam para o convencimento de seus ouvintes.

Oliveira (2002, p. 2004) esclarece

A arte retórica ou arte da palavra torna-se, desse modo, a arte suprema. Trata-se da capacidade de argumentar, desenvolvia-se a criticidade e obtinham-se decisões importantes nos campos da política e do direito. O trabalho dos sofistas colaborou para o desenvolvimento da retórica, pois em pouco tempo, já se apresentavam três situações diferentes de eloquência que vieram a delinear três gêneros do discurso: o forense, o político e o epidílico.

Outros pensadores foram expoentes da arte Retórica, entre eles Oliveira (2002) cita:

- Isócrates (436 – 338 a.C): concebe uma doutrina sobre estilo que priorizava o ritmo e os períodos longos; para ele, a Retórica envolvia virtudes e ideias, elaborou uma vasta obra que permeia as questões polêmicas da época; em 392 a.C, criou uma escola de oratória que influenciou outros grandes pensadores, como Cícero;
- Licurgo (396 – 324 a. C.): político e orador, deixou uma obra intitulada *Contra Leócratas*, que discutia questões políticas entre Atenas e a Macedônia;
- Demóstenes (384 – 323 a.C.): o príncipe dos oradores, opositor do soberano Felipe da Macedônia, quando esse conquista a Grécia e a subjuga, ele escreve dois importantes protestos *Filípicas* e *Olintíacas*, de sua vasta obra ainda restam muitos outros exemplos.

Nesse contexto de liberdade expressiva, atinge-se o apogeu na definição e no objeto de análise da Retórica com Aristóteles (383 – 322 a.C). Segundo Oliveira (2002, p. 206), o filósofo “[...] foi o primeiro historiador e sistematizador do pensamento grego [...]”. Sobre ele, Citelli (1994, p. 9) esclarece

[...] O exercício do poder, via palavra, era ao mesmo tempo uma ciência e uma arte, louvado como instância de extrema sabedoria; portanto não causa estranheza que surgissem aí as primeiras sistematizações e reflexões acerca da linguagem. Os pensadores Sócrates e Platão escreveram sobre o assunto, porém é com Aristóteles que o discurso será dissecado em sua estrutura e funcionamento.

Em sua obra intitulada *Arte retórica*, Aristóteles estabelece conceitos e sintetiza expectativas defendidas pela Retórica, seus escritos formam um manual que concentra as maneiras de elaborar o discurso persuasivo.

A dedicação que os gregos dedicava à oratória era extrema, todos os sujeitos envolvidos nos movimentos que delineavam a cultura clássica grega – dramaturgos, filósofos, poetas, escultores – sem exceção, valorizavam os oradores, e também defendiam sua arte por meio dos movimentos retóricos.

Por isso, ao definir o conceito de Retórica, Aristóteles valorizava o que dizer em cada momento. Oliveira (2002, p. 206) relata: “O filósofo estagirita define a retórica como a faculdade de descobrir especulativamente o que, em cada caso, é apropriado ao objetivo do persuadir.” Por essa perspectiva, em cada área do conhecimento, há um objeto definido de pesquisa, porém a persuasão é inerente a todos eles, ela circula como um delimitador de todos os discursos, independentemente, de qual vertente esse discurso se coloca; portanto a Retórica seria essa espécie de entidade, que tem como objeto as artimanhas que conduz à persuasão; para que ela seja satisfatória, deve-se estabelecer três princípios básicos: o orador, os ouvintes e o discurso, independentemente de qual esfera de atuação esses componentes emergem.

Para Aristóteles, a persuasão é resultado do entendimento de como se deve utilizar determinados argumentos, manipulando-os por meio de recursos expressivos.

Citelli (1994, p. 10) relata: “A retórica tem, para Aristóteles, algo de ciência, ou seja, é um *corpus* com determinado objeto e um método verificativo dos passos seguidos para se produzir a persuasão.” O caráter analítico que Aristóteles concebe à Retórica faz com que ela alcance, de forma justa, o *status* de ciência.

Como contribuição importante, Aristóteles estudou a estrutura, o objetivo e os respectivos alvos dos três grandes gêneros do discurso delimitados por ele: o judiciário ou forense, o deliberativo ou político e o epidítico ou cerimonial.

A respeito da importância de Aristóteles para a estruturação da ciência argumentativa, Citelli (1994, p. 13) conclui

[...] Aristóteles estava, à moda de um cirurgião, “operando” o discurso no intuito de entender o seu funcionamento. [...] Vê-se, portanto, que atribuir a Aristóteles o papel de um dos primeiros sistematizadores da teoria do discurso é mais do que justo. [...] Ele [...] analisou os discursos de seu tempo, [...] indicou a função e o espaço a serem ocupados pelos estudos retóricos.

Com a decadência do império grego e a subsequente ascensão do romano, a Retórica vê-se acuada, e os gregos, sem liberdade política, passaram a atribuir a ela um caráter didático, o ensino, o foco dos retores não é mais a prática ativa da arte, mas seu didatismo.

A Retórica passa a se desenvolver em outro espaço ideológico, em Roma, importantes oradores sucederam os gregos, como Cícero (106 – 43 a.C), com suas famosas *Catilinárias* e *Verrinas*, obras que se pautavam na denúncia de atos políticos ilícitos. E, também, o poeta Ovídio (43 – 18 d.C) que produz uma poesia norteada pelos elementos de oposição, por um lado o uso de elementos linguísticos sensíveis, e por outro, elementos violentos e opressores.

Quintiliano (20 – 100 d.C.) desenvolveu uma prática retórica associada a elementos didáticos, criou um guia sobre o processo educacional, dividiu a gramática em partes para que se fosse possível elaborar exercícios gramaticais de composição literária, seu método foi tão eficaz que perdurou até a Revolução Francesa, conforme descreve Oliveira (2002).

2.2.2 Argumentação/Retórica: do percurso medieval ao contemporâneo

Com a decadência do império romano, a Retórica se retrai, a oratória já não é mais atraente, engessa-se nos manuais didáticos, o período medieval instala-se e não há ascensão para a argumentação durante boa parte da Idade Média.

Oliveira (2004) inicia suas considerações sobre o período medieval relatando que houve carência no trato filosófico da Retórica e uma ascensão da tendência mais estética, o discurso poético predominou e clássicos poetas latinos (Homero e Virgílio) eram considerados autoridades na arte retórica. A autora relata que à Retórica destinou-se um lugar definido nas práticas escolares

Nesse período, dois importantes grupos de estudo são constituídos: o quadrivium e o trivium. O primeiro, de nível superior, compreendia assuntos de tratamento matemático: aritmética, geometria, música e astronomia; o segundo, de nível inferior, compreendia a gramática, a dialética e a retórica. (p. 110)

O embate que a Retórica trava com o Cristianismo é claro, por um lado havia o desprezo com a cultura antiga, para os cristãos, a cultura pagã deveria ser eliminada e, com ela, seu grande expoente, a Retórica; e, por outro, havia a dependência dessa cultura, Reboul (2004, p. 77) apresenta duas razões para isso:

A primeira é que a Igreja, em seu papel missionário e em suas polêmicas, não podia prescindir da Retórica, muito menos da língua (grega ou latina). Não podia deixar esses meios de persuasão e de comunicação em mãos de adversários.

A segunda razão é que a própria Bíblia é profundamente retórica [...]. Portanto, a Bíblia era um modelo, porém mais ainda: um problema. Com efeito, não bastava ser lida, precisava ser compreendida; e, para interpretá-la, nunca era demais utilizar todos os recursos da retórica.

Na alta Idade Média, isso se evidenciava, por exemplo, nos escritos de São Jerônimo e Santo Agostinho; no período, eles se firmaram como expoentes na arte retórica, principalmente, com a criação do gênero epistolar. A Retórica permaneceu viva e atuante durante todo esse período, mesmo reclusa nos limites impostos pela Igreja.

No Renascimento, a Retórica viveu seu período menos grandioso. Apesar de estar inserida no cotidiano dos ciclos escolares, na Reforma Protestante e na função catequista dos jesuítas, ela recebe um duro golpe, pois segundo Oliveira (2004, p. 114),

Pedro Ramus (Pierre de la Ramée, 1515 – 1572) é considerado um dos responsáveis por tal separação, pois desmembrou a dialética, arte da argumentação racional, da retórica, reduzida aos estudos da ornamentação e das expressões agradáveis, privilegiando a elocução.

Reboul (2004) descreve fatos importantes desse período que contribuíram, significativamente, para o declínio da arte Retórica.

Primeiro, no século XVII, Descartes, filósofo francês, renegou a dialética e o latim. Locke, filósofo empirista, chegou à mesma conclusão de Descartes, Reboul (2004, p. 80-81) relata que, para Locke, “a verdade vem da

experiência sensível, e a retórica, com seus artifícios verbais, só faz afastar da experiência [...] faz da retórica a arte da mentira”.

A influência negativa desses pensadores vai, pouco a pouco, desconstruindo o ideal retórico. Segundo Reboul (2004), no séculos XVIII e XIX, o Romantismo e o Positivismo rejeitam a Retórica por completo, o primeiro, por valorizar a sintaxe culta, e o segundo, em nome do cientificismo.

A última obra retórica data de 1827, na França, e foi escrita por Pierre Fontanier, *Les figures du discours* (As figuras do discurso), que, ironicamente, já era estudada apenas no ensino secundário e, por fim, em 1885, a disciplina desaparece do currículo francês, e entra em um estado de dormência.

Dois mil anos de história não poderiam desaparecer assim, no século XX, a Retórica é retomada pela Estilística.

Em 1905, Charles Bally (1865 – 1947), linguista suíço e um dos alunos de Saussure, publica *Précis de stylistique* (Compêndio de estilística), em seguida, em 1909, *Traité de stylistique française* (Tratado de estilística francesa), abrindo novos horizontes para as ciências da linguagem.

Oliveira (2004, p. 117) relata

Bally desenvolveu, em sua Estilística, o conceito de expressividade, domínio em que se situam as tonalidades emotivas, a ênfase, o ritmo, a simetria, a eufonia e os elementos evocativos circunscritos aos registros familiar, formal ou vulgar, refletindo as situações nas quais se atualizam.

A Estilística descritiva de Bally privilegiou a análise das funções da linguagem, primordialmente a função expressiva, realizando um estudo das figuras em bases mais científicas do que o inventário da antiga retórica.

Nessa mesma perspectiva, Oliveira (2004) cita a importância de outro linguista e crítico literário, o alemão Karl Vossler (1872 – 1949), em 1904, escreve a obra *Positivismus und Idealismus in der Sprachwissenschaft* (Positivismo e idealismo na ciência da linguagem). Ele estabeleceu, em seu estudo, uma Estilística intuitiva que a aproxima do domínio da Estética, ou seja, associava a estilística a uma perspectiva literária.

Para Oliveira (2004), cada uma delas tinha uma intenção diferente, enquanto a Estilística expressiva (Bally) funcionava dentro do sistema da língua; a do indivíduo (Vossler) focava a relação de expressividade do agente, não é pautada na norma, como a primeira, mas privilegia a expressividade.

Ambas estão, historicamente, colocadas como um retorno à prática da Retórica, porém não devem ser analisadas como equivalentes, elas mantêm suas especificidades como disciplinas que carregam novas concepções de funções da linguagem.

O século XX foi palco da reestruturação da Retórica; a chamada Nova Retórica surge com força, em 1958, com a publicação do *Tratado da argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Sobre a obra, Reboul (2004, p. 88-89) esclarece

Essa obra, que se insere na grande tradição retórica de Aristóteles, Isócrates e Quintiliano, é realmente a teoria do discurso persuasivo. Seus autores partiram de um problema, não lingüístico nem literário, mas filosófico: [...] Buscaram, pois, a lógica do valor, paralela à da ciência, e acabaram por encontrá-la na antiga retórica, completada, como convém, pela dialética. A grande descoberta desse tratado [...] é que, entre a demonstração científica e a arbitrária das crenças, há uma lógica do verossímil, **a que dão o nome de argumentação**, vinculando-a à antiga retórica. (grifo nosso)

A partir de então, concebeu-se uma nova dimensão à Retórica, sua fundamentação persuasiva ganhou nova dimensão, a argumentativa; os autores tentam demonstrar como, dentro dos domínios da linguagem, os elementos lingüísticos conduzem à adesão, sem coerção, mas de forma racional e legítima.

Sobre o *Tratado de argumentação*, Oliveira (2004, p.120) declara

Para os autores, a argumentação significa, portanto, levar a crer, é um ato de persuasão que necessita de técnicas próprias imbricadas no discurso, induzindo e mostrando, convenientemente, o argumento que vai provocar a adesão do interlocutor.

Por volta da década de 1970, os neo-retóricos conseguem firmar, com excelência, a Nova Retórica, fundamentando a teoria da argumentação.

A teoria da argumentação compartilha das concepções da teoria da enunciação de Émile Benveniste (1902 – 1976). Em Benveniste (1989, p. 82), encontramos a perspectiva de que “a enunciação é este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. Todo processo de enunciação ocorre pela instauração de um sujeito que pode se colocar como o *eu* em um discurso e, assim, a enunciação define-se como a instância de um *eu-aqui-agora*. A argumentação é um fenômeno que se instala a partir dessas considerações.

Oliveira (2004, p. 121) declara que

[...] as mais recentes investigações lingüísticas colocaram a problemática da enunciação na análise da linguagem, desenvolvendo uma nova concepção: uma teoria da linguagem como produção, isto é, um campo de questionamento mais abrangente, que capte a multiplicidade dos fenômenos instaurados na língua e a partir da língua.

Finalmente, na década de 1980, foram elaboradas considerações importantes sobre como imbricar a perspectiva enunciativa aos estudos retóricos, surge a Semântica Argumentativa, uma disciplina que abarca as questões enunciativas por meio das pressuposições retóricas/argumentativas.

2.2.3 A Semântica Argumentativa: consolidação da ciência

O surgimento da Semântica Argumentativa (doravante SA) é marcado por esse efervescer de uma nova perspectiva em análise linguística – a pragmática – assim como a LT, a SA concebe o texto como uma unidade discursiva comprometida com a interação entre fatores sócio-contextualizadores e seus sujeitos constituintes.

Conforme as pesquisas de Ferreira (2005), a SA foi institucionalizada como disciplina no curso de Pós-Graduação em Linguística da UNICAMP/SP (Universidade de Campinas), em 1975, ministrada pelo Prof. Carlos Vogt. Em 1974, o Prof. Vogt havia defendido sua tese de doutorado intitulada “*O Intervalo Semântico – contribuições para uma Teoria da Semântica Argumentativa*”, sob a orientação de Oswald Ducrot que, na época, também, ministrava disciplinas no mesmo curso de Pós-Graduação. Em 1977, a tese de Vogt é editada e passa a ser uma referência importante para os pesquisadores em SA.

Por toda década de 1970 e 1980, a argumentação constituiu o objeto de estudo desses pesquisadores. Em 1976, no auge dessas considerações teóricas, Oswald Ducrot e Jean-Claude Ascombe publicam o artigo “L’ argumentation dans la langue”, na revista *Langages*, institucionalizando a Teoria da Argumentação, nela, os autores consideram a argumentação um fator linguístico, o que a faz integrar três perspectivas fundamentais: a pragmática, a semântica e a sintática. A tríade articula-se na elaboração argumentativa.

Refletindo sobre a Teoria da Argumentação como aporte teórico para a SA, Oliveira (2004, p. 123) relata

[...] a argumentação está na própria língua e somente a estrutura do enunciado não é o bastante para realizar, totalmente, o seu sentido; mecanismos diversos estão intrinsecamente ligados à própria estrutura semântica da língua.

A Semântica Argumentativa, portanto, considerada uma ramificação da Pragmática, preocupa-se com as relações entre locutor e alocutário em determinada situação discursiva, direcionando o sentido do texto por meio de procedimentos argumentativos.

A teoria argumentativa de Ducrot foi revisitada por ele e estudada, no Brasil, por vários pesquisadores, o que contribuiu para a elaboração de um quadro teórico para um novo limiar nas pesquisas linguístico-argumentativas. Alguns desses estudiosos orientaram as pesquisas que introduziram a Teoria da Argumentação como suporte para a SA, além de Carlos Vogt, podemos citar Ingedore Koch e, inicialmente, Eduardo Guimarães com a semântica da enunciação; atualmente o semanticista brasileiro se dedica às pesquisas que articulam a História da Ideias Linguísticas (HIL) com a Semântica do Acontecimento.

Em “*O Intervalo Semântico – contribuições para uma Teoria da Semântica Argumentativa* (1977), Vogt mantém os mesmos pressupostos da Teoria da Argumentação de Ducrot e os aplica a enunciados em língua portuguesa que revelam a argumentatividade dos operadores de comparação, comprovando que a argumentação é um fator, essencialmente, linguístico.

Koch, em *Argumentação e linguagem* (1987), marca um momento importante nos estudos argumentativos, suas várias pesquisas contribuíram para a efetivação da SA, em nosso país, principalmente a articulação da disciplina com a LT. Para a autora, a língua é o ponto de encontro entre os sujeitos e, por meio dela, a persuasão se concretiza, pois

Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, [...] por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por essa razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso [...] constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, [...] A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade. (KOCH, 1987, p.19, grifos da autora)

A argumentação é, sobretudo, construída a partir das escolhas intencionais do enunciador, que estão inseridas em seu repertório linguístico e são as peças fundamentais para a produção discursiva dos enunciados.

A SA compartilha a perspectiva dialógica da linguagem, por também conceber que o eu e o outro se imbricam na produção de sentidos, a interação entre os usuários da língua promove a argumentação por parte de um sujeito/locutor e, o consequente compartilhamento dela por um sujeito/alocutário.

Esses autores firmaram como norteador para a SA o postulado por Ducrot (1989, p. 38) ao afirmar que

[...] A língua, vista como um conjunto de frases semanticamente descritas, determina, parcialmente pelo menos, as argumentações e valores argumentativos apresentados no discurso. Esta é a tese fundamental da “teoria da argumentação da língua”.

Esse postulado, ainda em uma primeira fase da teoria da argumentação da língua, orientou os estudos da SA. Posteriormente, no início da década de 1990, conforme relata Campos (2007), Ducrot ampliou essa perspectiva, a partir das pesquisas denominadas de “*Topoi Argumentativos*” e, em 1999, junto com Marion Carel, elaborou um construto teórico denominado de “Blocos Semânticos”.

Porém, em todas as fases da Teoria da Argumentação manteve-se o pressuposto máximo: a argumentação é inerente à língua, constituindo-se em uma propriedade dela. Assim, a argumentação é característica de todos os discursos, em maior ou menor grau, a argumentatividade é intrínseca aos discursos.

Koch assim define a perspectiva da SA,

[...] preocupada com a construção de uma macrossintaxe do discurso, [a SA] postula uma pragmática integrada à descrição lingüística, isto é, como um nível intermediário entre o sintático e o semântico, considerando, portanto, os três níveis como **indissoluvelmente** interligados. Em decorrência, postula que a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua. (1987, p. 21) (Grifo da autora)

No jogo argumentativo, o sujeito apropria-se da língua com o objetivo de interagir com o outro e se constitui nele, essa inter-relação é posta na formulação dos textos/discursos, a relação locutor/interlocutor é recíproca para que as representações linguísticas sejam determinadas e significadas.

Da linguagem discursiva, emergem postulados colocados pelos sujeitos, ora de forma explícita, ora implícita. Para Ducrot (1987), uma dessas perspectivas explícitas é a de locutor – sujeito empírico – responsável pela escolha do material linguístico posto na superfície textual; já a perspectiva implícita é a da figura do enunciador – pontos de abordagem diversos – proferidos pelo locutor, esse o responsável pela materialidade linguística (texto/discurso) e pelo enunciado, unidades discursivas realizadas no momento de interação entre o eu e o outro.

Retomando a teoria de Ducrot, é o material linguístico procedente das escolhas intencionais de um locutor que são incorporados como recursos ou elementos promovedores da argumentação. Ducrot (1987) afirma que esses elementos linguístico-argumentativos não podem, de forma alguma, ser analisados, isoladamente, mas sim no contexto da produção discursiva, essa foi a grande contribuição dos estudos da SA para a Nova Retórica de Perelman e Tyteca.

Segundo Ducrot (1987, p. 46),

Nessa nova perspectiva, a descrição de uma palavra (supondo que seja desejável descrever semanticamente as palavras, o que não é a *priori* necessário) não é fazer a correspondência desta palavra a uma certa noção; é antes fazer a indicação de uma regra que permita prever – ou mesmo, idealmente, calcular – o efeito desta palavra nos discursos em que é empregada.

A SA possui como foco de análise, o efeito de sentido que as palavras imprimem ao discurso, direcionando-o a determinadas conclusões pré-determinadas. O objeto de análise da SA é como se estrutura e se articula essa cadeia de elementos linguísticos, dentro da composição textual, e os efeitos alcançados fora dela, no campo enunciativo em que ela se inscreve.

Guimarães, ao adotar uma perspectiva materialista para a linguagem, define essas entidades implícitas (enunciador/enunciado/enunciação) como resultado das ações histórico-sociais, os enunciados efetivam-se por meio das formações discursivas, construídas socialmente, sobre a caracterização do enunciado ele relata

[...] o enunciado se caracteriza como elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma relação com o sujeito, mais especificamente com posições do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala. (GUIMARÃES, 1989, p. 73).

Portanto, a enunciação para Guimarães (1989) é um acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado.

Koch (1987) também contribui com a definição desses conceitos, porém em uma perspectiva cognitivista, para a autora, o falar → o dizer → o mostrar constituem os três atos fundamentais da linguagem, esses atos são, respectivamente, representados no discurso pela constituição das frases → dos enunciados → das situações enunciativas.

Para Koch, as frases – construções linguísticas articuladoras de signos – são atualizadas por meio dos enunciados – construções semânticas articuladoras dos signos à representação do real; ambas concretizam-se e tomam forma de sentidos/significados quanto são postas em cena no ato enunciativo.

A diferenciação entre as definições de Guimarães e de Koch sobre os conceitos enunciativos ocorre no quadro teórico que cada pesquisador se insere. Guimarães aborda uma perspectiva materialista da linguagem, portanto social; Koch prevê uma abordagem cognitivista da linguagem, o conhecimento acontece por meio do processamento mental das informações.

Koch (1987, p. 25) afirma “[...] É por meio delas – marcas linguísticas que são – que se poderá chegar à macrossintaxe do discurso, o que constitui o objeto da Semântica Argumentativa.”

A partir desse aparato teórico firmamos a nossa pesquisa e, com base na primeira fase da teoria argumentativa da língua, pretendemos confirmar a tese de que os discursos são, essencialmente, argumentativos e constituídos na arena de embate constituída pela linguagem.

3 CAPÍTULO
RECURSOS ARGUMENTATIVOS:
FATORES TEXTUAIS E ELEMENTOS LINGUÍSTICOS A FORMAÇÃO
DA COERÊNCIA E DA ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO

“O sentido de um texto é construído (ou reconstruído) na interação texto-sujeitos (ou texto-co-enunciadores) e não como algo prévio a essa interação.”
(Galembeck, 2005, p. 75)

No capítulo anterior, apresentamos as perspectivas pragmáticas que embasam nosso trabalho, a LT e a SA. Em seguida, descreveremos as categorias oriundas dessas duas áreas e que serão aplicadas na análise de nosso *corpus*. Denominaremos esse grupo de elementos de recursos argumentativos, pois compreendemos que tanto as categorias da LT como as da SA funcionam como mecanismos responsáveis pela argumentação. Alguns fatores textuais e determinados elementos linguísticos compõem, em nosso trabalho, esse quadro de recursos argumentativos que garantem ao texto seu *status* de discurso persuasivo.

3.1 RECURSOS ARGUMENTATIVOS

Para o contexto de análise delimitado acima, concebemos a língua como um mecanismo vivo e atuante, não apenas um sistema hermético de regras; seus usuários, enquanto enunciadores, utilizam-na como um fenômeno histórico e produtor de sentidos (Bakhtin, 1986).

A teoria da argumentação considera a palavra puramente argumentativa. Os sentidos a ela atribuídos não são definitivos, mas definitivas são as mudanças de significação que as palavras operam em um determinado contexto, produzindo um novo discurso de efeito argumentativo; os sentidos são construídos no encadeamento discursivo (Ducrot, 1987).

O foco da teoria da argumentação é único: a argumentação está na língua, ela apresenta a seus usuários escolhas infinitas que, intencionalmente utilizadas, despertam a adesão ou o envolvimento dos interlocutores. Para comprovarmos tal preceito descreveremos os recursos argumentativos por duas vertentes.

Por um lado, apresentaremos determinados fatores textuais formadores da coerência e que, diretamente, funcionam como recursos argumentativos. Assim, a situacionalidade, a intencionalidade/aceitabilidade e a intertextualidade serão definidos com o propósito de verificar como esses fatores operam no interior do discurso conduzindo o interlocutor a uma leitura pré-estabelecida.

Por outro lado, descreveremos determinados recursos linguísticos que marcam a argumentação na língua. Veremos como os elementos gramaticais e

semânticos são postos em funcionamento, no nível discursivo, ou seja, no efetivo funcionamento da palavra em seu uso.

Conceituaremos à luz da gramática normativa em contraponto à gramática de uso os seguintes elementos: adjetivação, a partir da concepção de escolha lexical; modalização; operadores argumentativos; os três tipos de dêixis; e, por fim algumas figuras de repetição como fator intensificador.

Esses elementos são constituidores da argumentação que é, sobretudo, construída a partir das escolhas intencionais do enunciador, e estão inseridas em seu repertório linguísticos, sendo peças fundamentais para a produção discursiva dos enunciados.

Bakhtin (1986, p. 92) afirma: “Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas [...] trata-se, para ele, de utilizar as formas normativas [...] num dado contexto concreto.” Para o autor, a situação concreta de enunciação solicita do enunciador o uso de elementos linguísticos que alcancem os objetivos estipulados para a produção de seus enunciados.

No entanto, o interlocutor possui um papel fundamental; nesse jogo enunciativo, é dele o trabalho de compreensão desses enunciados, não apenas a compreensão pautada nas normas gramaticais, mas também o reconhecimento do sentido da palavra em um determinado contexto, instalado em uma enunciação precisa, é isto que a faz ser única, individual, porque a enunciação é pautada na relação espaço, tempo e sujeitos históricos envolvidos em sua produção, pois para Bakhtin (1986, p. 93)

[...] o essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Em suma, trata-se de perceber seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma. Em outros termos, o receptor, pertencente à mesma comunidade linguística, também considera a forma linguística utilizada como um signo variável e flexível e não como um sinal imutável e sempre idêntico a si mesmo.

A teoria argumentativa, proposta por Ducrot (1987), culminou nos estudos da SA, como já tratado por nós em capítulo anterior, o fato essencial e foco do nosso trabalho é identificar como a argumentação é intrínseca à língua, por intermédio de determinados elementos linguísticos.

Resumindo o posicionamento de Ducrot, Guimarães (1997, p. 147-8) faz os seguintes esclarecimentos,

Sintetiza-se, assim, a idéia ou a teoria fundamental de Ducrot: o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ele trazidas, mas a frase pode comportar diversas expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma **orientação argumentativa** ao enunciado, para conduzir o destinatário em tal ou qual direção. (grifo nosso)

Dessa forma, Guimarães esclarece a orientação argumentativa encontrada em inúmeros vocábulos que são, inerentemente, argumentativos.

Koch (2004a, p. 61) contribui com essa teoria ao se referir, da seguinte forma, ao enunciador, “[...] o sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido.”

Citelli (1994) esclarece que as palavras, ao serem contextualizadas, passam por um processo de expansão e alcançam novos domínios, ganham o *status* de mediadoras entre os homens, que passam a ser formados a partir desta mediação. Estes pressupostos confirmam a teoria de Ducrot, quando ele afirma que a argumentação está na língua, ou seja, é da e na língua que os enunciadores buscam as estratégias de convencimento. Sendo assim, “a palavra deixa de ser meramente informativa, e é escolhida em função de sua força persuasiva, clara ou dissimulada.” (Carvalho, 2007, p. 18).

A seguir, descreveremos como esses fenômenos – os fatores textuais e os recursos linguísticos - instauram-se nos textos e discursos constituindo-os.

3.1.1 Situacionalidade

A situacionalidade é um dos fatores constituintes da produção e recepção dos discursos que se concretizam por meio dos textos. Esse fator comprova como os enunciados são dependentes dos contextos externos à sua produção e, mais, emergem deles.

Para Koch (2004a, p. 40), “[...] a situacionalidade refere-se ao conjunto de fatores que tornam um texto relevante para uma situação comunicativa, [...]”

O produtor do discurso tenta firmá-lo como verdade, à medida que seu contexto mais direto e o entorno dele confirmem a necessidade de sua existência. E, ao mesmo tempo, esse contexto imediato e sua ampliação, em uma perspectiva sociocultural, determinarão o tratamento que o produtor dará ao tema, as escolhas linguísticas feitas, o grau de formalidade em que o discurso será construído, o emprego das variações linguísticas, ou seja, é a partir da situacionalidade que o produtor faz as necessárias adequações ao seu discurso para ele ser recebido e se torne parte integrante desse contexto de criação, isto é, o percurso é feito do contexto ao texto. Os interlocutores consideram como os referentes textuais foram reconstruídos pelos enunciadores, pois após essa reconstituição novas enunciações são geradas. Koch e Travaglia (2001, p. 70) esclarecem

[...] o mundo textual não é jamais idêntico ao mundo real. Ao construir um texto, o produtor recria o mundo de acordo com seus objetivos, propósitos, interesses, convicções, crenças, etc. O mundo criado pelo texto não é, portanto, uma cópia fiel do mundo real, mas o mundo tal como é visto pelo produtor a partir de determinada perspectiva, de acordo com determinadas intenções.

A situacionalidade refere-se às implicações exteriores determinantes para que a discurso se efetive. Ela é percebida por fatores inerentes à produção, entre eles podemos citar:

- a intenção de cada enunciador e a escolha por determinado gênero textual;
- as características intrínsecas de cada um dos gêneros escolhidos;
- a proximidade temporal e o envolvimento pessoal com o fato representado linguisticamente;
- a escolha de determinadas funções de linguagem associadas ao gênero produzido;
- as escolhas linguísticas feitas pelos produtores;
- o espaço/tempo compartilhado pelos interlocutores.

A situacionalidade é um fator que garante à produção discursiva um viés duplo. Por um lado, ela é condicionada pelas necessidades de um contexto específico; por outro, ela recria esse contexto no interior dos discursos atribuindo aos referentes uma nova condição.

3.1.2 Intencionalidade/aceitabilidade

Um dos principais pressupostos da LT é a marcação de um sujeito/ produtor dotado de intenção, que, ao conceber seus discursos, possui, claramente, a intenção de fazê-lo, de forma premeditada, considerando seus objetivos iniciais.

Os textos são repletos de marcas linguísticas e enunciativas que deixam transparecer as intenções de seus produtores, são como *pistas* deixadas na superfície do texto, que conduzem o enunciatário ao sentido inicial pretendido pelo enunciador. Elas podem ser de várias ordens, mas todas indicam os objetivos maiores de seus enunciadores: informar, prescrever, divertir, persuadir, enfim, o sujeito, por meio de seu discurso marca suas intenções.

Koch e Travaglia (2001, p. 79) afirmam “[...] a *intencionalidade* refere-se ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados.”

Os balizadores do conceito de intencionalidade sempre o atrelaram ao conceito de aceitabilidade, ou seja, se por um lado há intenção de se produzir determinado discurso; por outro, há também o esforço, por parte do interlocutor de o aceitar. Este processo está instalado na interação entre os sujeitos para a busca da produção de sentidos.

Beaugrande & Dressler (1997) consideram que há uma relação de cumplicidade entre a intencionalidade e a aceitabilidade; ambas se complementam para que as marcas textuais de progressão e de continuidade façam sentido na exterioridade do texto, produzindo a coerência.

Ao conceituar texto, levando diversos fatores em consideração, Marcuschi (2012, p. 29-30) conclui

Um texto está submetido tanto a controles e estabilizadores *internos* como *externos*, de modo que uma LT razoável não deve considerar a estrutura linguística como fator único para a produção, estabilidade e funcionamento do texto. Nem se pode tratar o texto simplesmente como uma unidade maior que a sentença, pois ele é uma entidade de outra ordem na medida em que é uma *ocorrência na comunicação*.

A intencionalidade e a aceitabilidade estão de acordo com essa definição do pesquisador, são marcas estabilizadoras de ações externas ao texto, mas que, ao mesmo tempo, existem pautadas nas delimitações internas dele.

Apropriando-se desses conceitos, Koch e Travaglia (2001) esclarecem a tênue relação entre a intencionalidade/aceitabilidade e a argumentatividade. Uma subjaz às outras. Nas malhas da intenção produtora, o locutor envereda o interlocutor por meio da argumentação.

Esclarecendo essa teoria, os autores declaram (pág. 80)

A intencionalidade tem relação estreita com o que se tem chamado de *argumentatividade*. Se aceitamos como verdade que não existem textos neutros, que há sempre alguma intenção ou objetivo da parte de quem produz um texto, e que não é jamais uma “cópia” do mundo real, pois o mundo é recriado no texto através da *mediação* de nossas crenças, convicções, e propósitos, então somos obrigados a admitir que existe sempre uma argumentatividade subjacente ao uso da linguagem.

A intencionalidade é percebida, com muita clareza, nos textos, essencialmente, argumentativos, porém compartilhamos do preceito de que todos os textos possuem maior ou menor grau de persuasão. Sendo assim, a intencionalidade é marca de todos os textos materializados em gêneros circulantes em nossa sociedade, a análise de qualquer tipo de texto – informativo, expositivo, narrativo – permite a visualização de uma intenção maior mapeada pelo locutor e recepcionada pelo interlocutor, produzindo por meio da linguagem a coerência discursiva.

3.1.3.1 Intertextualidade

Nesse fator textual, concentra-se grande parte dos estudos da LT moderna, a intertextualidade constitui-se o foco de análise primário de muitos gêneros textuais, já que suas particularidades demonstraram ser fontes inesgotáveis para as pesquisas linguísticas.

O termo intertextualidade não surgiu a partir de pesquisas em análises linguísticas. O conceito surgiu nas observações elaboradas pela crítica literária Julia Kristeva, ainda na década de 1960. Em uma perspectiva ampla e guiada por leituras bakhtinianas, ela concebeu a ideia do sensível diálogo que diversos textos literários mantinham entre si e que essa característica era uma constante, que perpassava o tempo, os movimentos literários e os próprios autores como sujeitos sociais. (KOCH, BENTES, CAVALCANTE, 2008).

Trask, em seu *Dicionário de linguagem e lingüística*, descreve que apesar de Kristeva ter cunhado o termo a partir da observação e da aplicabilidade, em textos literários, ela projetava essa concepção a todos os demais textos circulantes em nossa sociedade, o autor relata (2008, p.147) “[...] ela [Kristeva] considera cada texto como constituindo um **intertexto** numa sucessão de textos já escritos ou que ainda serão escritos.” (grifo do autor)

É inegável a influência de outros enunciados em nossas produções, à proporção que produzimos novos conhecimentos, reafirmamos ou complementamos os saberes antigos.

A intertextualidade confirma-se na retomada de ideários já circunscritos na história da humanidade, assim, sustentamos nossos saberes por meio da ação contínua por novos conhecimentos.

Frasson (1992, p. 88), ao conceituar o fenômeno intertextual, afirma como o diálogo entre os textos acontece:

A intertextualidade configura-se como um fenômeno traduzível em termos de diálogo de textos, sendo evidente na literatura e estando presente também em outros tipos de texto. O trabalho intertextual pode referir-se a um gênero, a uma breve alusão, a uma paródia, a um signo ou conjunto de signos, pois todo texto faz parte de uma história de textos, é a continuação de textos anteriores.

O diálogo que se estabelece, através da intertextualidade, indica a presença de vozes, consoantes ou dissonantes, e permite que os locutores e enunciadore falem, façam-se ouvir, revelando pontos de vista acerca do mundo e posicionando-se diante da realidade.

Essa concepção de vincular à intertextualidade a um diálogo entre os textos é perceptível na *teoria dialógica bakhtiniana* (2006). As concepções de Bakhtin vêm ao encontro de conceitos já presentes nas pesquisas em LT que consideram o enunciado/texto como uma entidade de caráter heterogêneo; para ambas as vertentes, o texto é uma manifestação multifacetada construída a partir do

diálogo com outros textos que o antecederam. Mesmo em uma nova enunciação, os textos mantêm diálogos intrínsecos com outros que o precederam.

Koch, Bentes e Cavalcante (2008) analisaram o percurso desse fenômeno, chegaram à conclusão de que a intertextualidade é concebida à luz de diversas teorias, como a Análise do Discurso, a Linguística Antropológica, a Teoria Literária e a Semiótica, sempre a partir do princípio interacionista e respeitando as concepções que enveredam cada teoria.

A LT, porém, faz uma importante diferenciação a partir da análise dos conceitos intertextuais

Em razão desta – necessária – presença do outro naquilo que dizemos (escrevemos) ou ouvimos (lemos) é que postulamos a existência de uma intertextualidade ampla, constitutiva de todo e qualquer discurso, a par de uma intertextualidade *stricto sensu*, esta última atestada, necessariamente, pela presença de um intertexto. (KOCH, BENTES E CAVALCANTE, 2008, p. 16)

Esse é o diferencial da perspectiva da LT, ela verifica e analisa a presença intrínseca de outros textos, dentro de novas produções discursivas, quer de forma sutil, quase imperceptível, quer de forma clara e marcante, sem ignorar a existência de uma intertextualidade ampla em todas nossas manifestações languageiras.

As autoras relatam que, para a instalação da intertextualidade, na perspectiva de análise concebida pela LT, “é necessário que o texto remeta a outros textos ou a fragmentos de textos *efetivamente* produzidos, com os quais estabelece algum tipo de relação” (2008, p. 17). Para que isso ocorra, é natural que o interlocutor reconheça esse fenômeno, para construir os sentidos do novo texto.

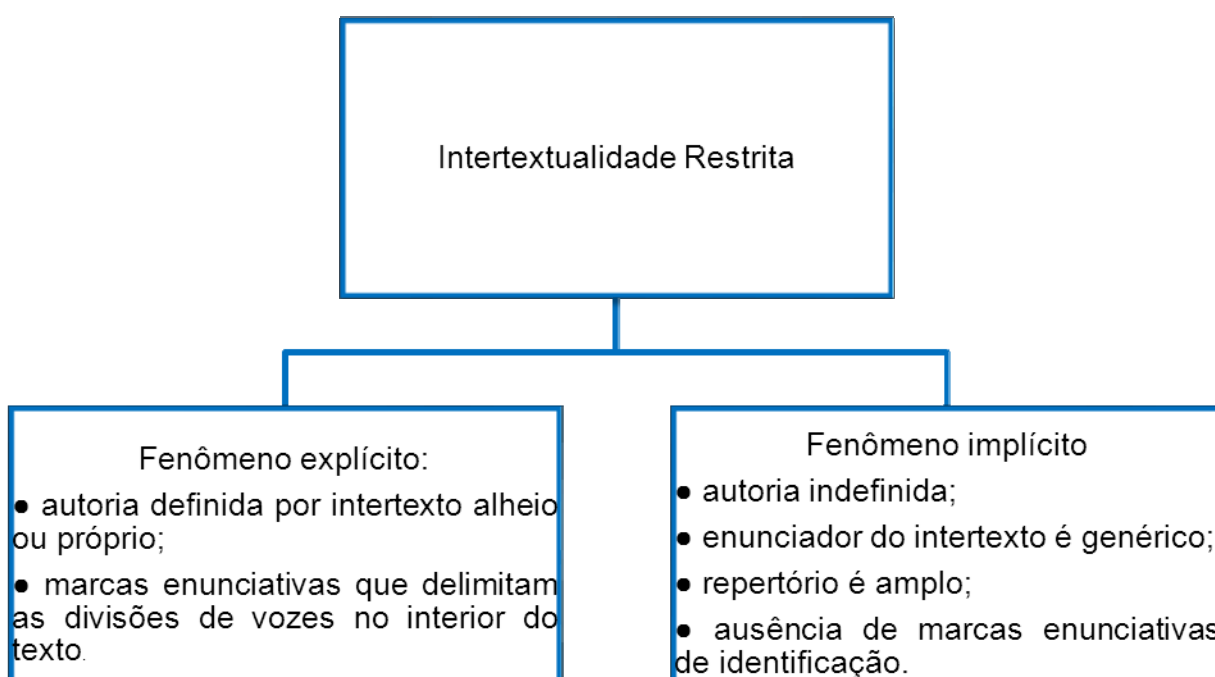
Há vários tipos de intertextualidade, as pesquisadoras citam como principais: a temática, a estilística, a implícita e a explícita. Em nosso trabalho, trataremos, mais profundamente, da intertextualidade explícita, integrante da perspectiva de uma intertextualidade restrita.

3.1.4 Intertextualidade restrita

Koch *et al* (2008) citam as pesquisas literárias de Genette acerca do conceito de intertextualidade, em textos cânones, o autor cunha o termo “*intertextualidade restrita*” para delimitar algumas ocorrências de intertextualidade.

Koch (1997b) descreveu os tipos de intertextualidade que fariam parte dessa concepção de intertextualidade restrita. Segundo ela, as marcações intertextuais podem ser: explícita ou implícita.

Em 2008, Koch *et al* reafirmam essas convicções pautadas nos estudos de Genette, e a partir deles podemos conceber o seguinte quadro explicativo:



Fonte: Koch *et al* (2008)

Entendemos por intertextualidade explícita aquela que é, claramente, identificada na nova manifestação produzida. Nesse caso, incluem-se as diversas formas de citações, desde que, de alguma forma, o texto original seja rememorado com determinadas intenções produtoras.

Em pesquisas anteriores a 2008, como no artigo "O texto e a (inevitável) presença do outro" (1997b), Koch já concebia a conceito de intertextualidade explícita, ela relata que esse tipo de intervenção, na construção do texto, é de fácil identificação, já que a ela é acrescentada marcas enunciativas que

identificam o produtor original como sua nomeação ou quando, na ausência dessa, as aspas ou outro recursos de igual valor que demonstre a presença do outro na nova produção.

Koch define assim o conceito (1997b, p. 108),

A intertextualidade será explícita quando, no próprio texto, é feita menção à fonte do intertexto, como acontece nas citações, referências, menções, resumos, resenhas e traduções, na argumentação por recurso à autoridade, bem como, em situações de interação face-a-face, nas retomadas do texto do parceiro, para encadear sobre ele ou contraditá-lo.

A autora esclarece que a intertextualidade explícita é um recurso percebível na interação entre os falantes; mas concebida anteriormente a ela. Na expressão escrita da linguagem, por exemplo, é no planejamento das ações que o enunciador concebeu o intertexto, nos textos orais, pela ausência prévia de planejamento, o intertexto explícito funcionaria como uma retomada para que os turnos prosseguissem.

Diferenciando a intertextualidade explícita da implícita, Koch et al (2008, p. 122) declaram

A intertextualidade só será explícita quando houver citação da fonte da citação no intertexto, como acontece no discurso relatado, nas citações e referências; ela será implícita quando não houver citação expressa da fonte, cabendo ao interlocutor recuperá-la na memória para construir o sentido do texto, como nas alusões, na paródia, em certos tipos de paráfrases e de ironia.

A partir das concepções de Genette, Koch e outros pesquisadores passam a traçar a importância do fenômeno intertextual como elemento participativo e integrante dos textos e fator fundamental para a compreensão dos engendramentos discursivos e sua conseqüente coerência constitutiva.

O fenômeno intertextual faz com que acionamos nossa memória cada vez que somos postos à frente de uma determinada ação de linguagem. Isso comprova que armazenamos conhecimentos tanto para a produção de novos textos, como para a compreensão daqueles em que estamos cotidianamente em contato.

Segundo Koch (2004a), esses conhecimentos são de quatro ordens:

- os linguísticos: são os aspectos fonéticos, lexicais e gramaticais da língua;

- os enciclopédicos, englobam os conhecimentos adquiridos por experiências ou por meios acadêmicos;
- os interacionais: compreendem as manifestações coletivas dos conhecimentos armazenados na memória, consideram o objetivo do enunciador, a situação em que o ato produtivo acontece, identificam e atacam possíveis falhas no caminho à compreensão;
- os modelos textuais globais: estão apoiados em nossa memória, servem para caracterizar e reconhecer os diferentes gêneros textuais, suas funções, objetivos, esfera de circulação, suportes, etc.

Esses elementos descritos são partes integrantes do que Koch (2004a) denominou de abordagem procedural, isto é, os vários tipos de conhecimentos que são acionados para a produção/recepção dos textos.

Ao conceituar a abordagem procedural, Koch afirma

[...] segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucessos. Assim, eles já trazem para a situação comunicativa determinadas expectativas e ativam dados conhecimentos e experiências quando da motivação e do estabelecimento de metas, em todas as fases preparatórias da construção textual, não apenas na tentativa de traduzir seu projeto em signos verbais [...], mas certamente também por ocasião da atividade de compreensão de textos. (2004a, p. 21)

O fato de revisitarmos nossa memória cada vez que somos postos à frente de uma determinada ação de linguagem comprova que armazenamos conhecimentos tanto para a produção de novos textos, como para a compreensão daqueles em que estamos cotidianamente em contato.

Os fatores textuais descritos acima são resultados concretos, resultantes a partir da observação das estratégias de engendramento do conhecimento procedural, ou seja, saberes ou compartilhamentos de saberes que temos arquivados na memória, constituindo a coerência textual e, conforme esses fatores são manipulados pelos enunciadores são elementos essenciais para marcar a argumentatividade dos discursos.

3.1.5 Modalizadores

De forma geral, aos advérbios e às locuções adverbiais é atribuída a função de modificar, por meio de uma circunstância específica verbos, adjetivos e outros advérbios.

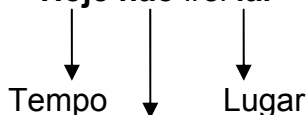
Dentre as circunstâncias que essa classe gramatical pode expressar, Bechara (2004, p. 287) cita alguns exemplos:

- **Aqui** tudo vai **bem**!



Lugar Modo

- **Hoje não** irei **lá**.



Negação

- O aluno **talvez** não tenha redigido **muito** bem.



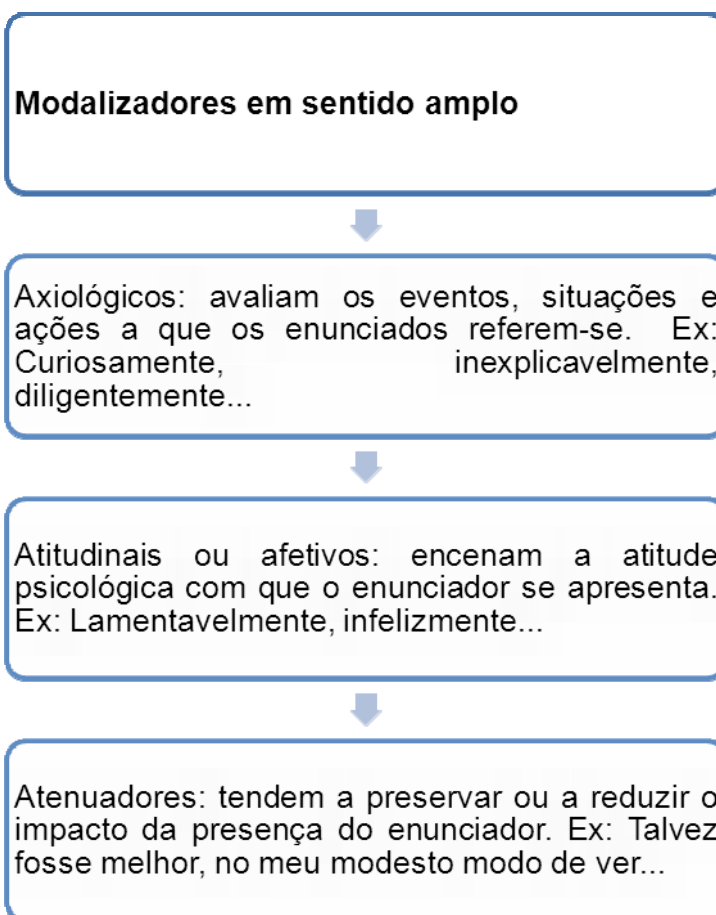
Dúvida Intensidade

Todas essas apropriações de circunstância, identificadas por meio dos advérbios, produzem, na formulação dos textos, efeitos de sentidos essenciais para a intenção dos enunciadores.

De forma especial, em uma perspectiva de análise da SA, trataremos os advérbios como modalizadores, ou seja, aqueles que atribuem aos verbos, adjetivos ou a outros advérbios as circunstâncias necessárias a uma determinada enunciação.

Koch (2004a), em um nível de discurso, conceitua os modalizadores como articuladores metadiscursivos, cuja função é introduzir apreciações do enunciador sobre o enunciado ou sobre o próprio fenômeno enunciativo.

Koch descreve os modalizadores e as locuções modalizadoras, em sentido amplo, subdividindo-os em três classes:



Fonte: Koch (2004a)

Koch (2004b, p. 50) explica a função dos modalizadores na formulação dos enunciados, “Os indicadores modais [...] são igualmente importantes na construção do sentido do discurso e na sinalização do modo como aquilo que se diz é dito”. A autora salienta a importância dos modalizadores atitudinais ou afetivos, pois eles revelam o posicionamento ou estado psicológico com que o enunciador marca sua posição diante dos enunciados.

Portanto, os modalizadores afetivos indicam aspectos subjetivos da linguagem, Koch (2004b, p. 53) afirma: “A atitude subjetiva do locutor em face de seu enunciado pode traduzir-se também numa *avaliação* ou *valoração* dos fatos, estados ou qualidades atribuídas a um referente”.

Sendo assim, verificamos que, na perspectiva de Koch (2004a, 2004b), os modalizadores em sentido amplo denominados pela pesquisadora de axiológicos, atitudinais e os atenuadores marcam a subjetividade no discurso, portanto tendem a ser mais afetivos ou avaliativos. Koch (2004a) apresenta, também, os modalizadores em sentido restrito, os denominados de aléticos,

epistêmicos ou deônticos que indicam menor grau de subjetividade. Esses modalizadores são representados por alguns advérbios e, em grande parte por adjetivos modalizadores.

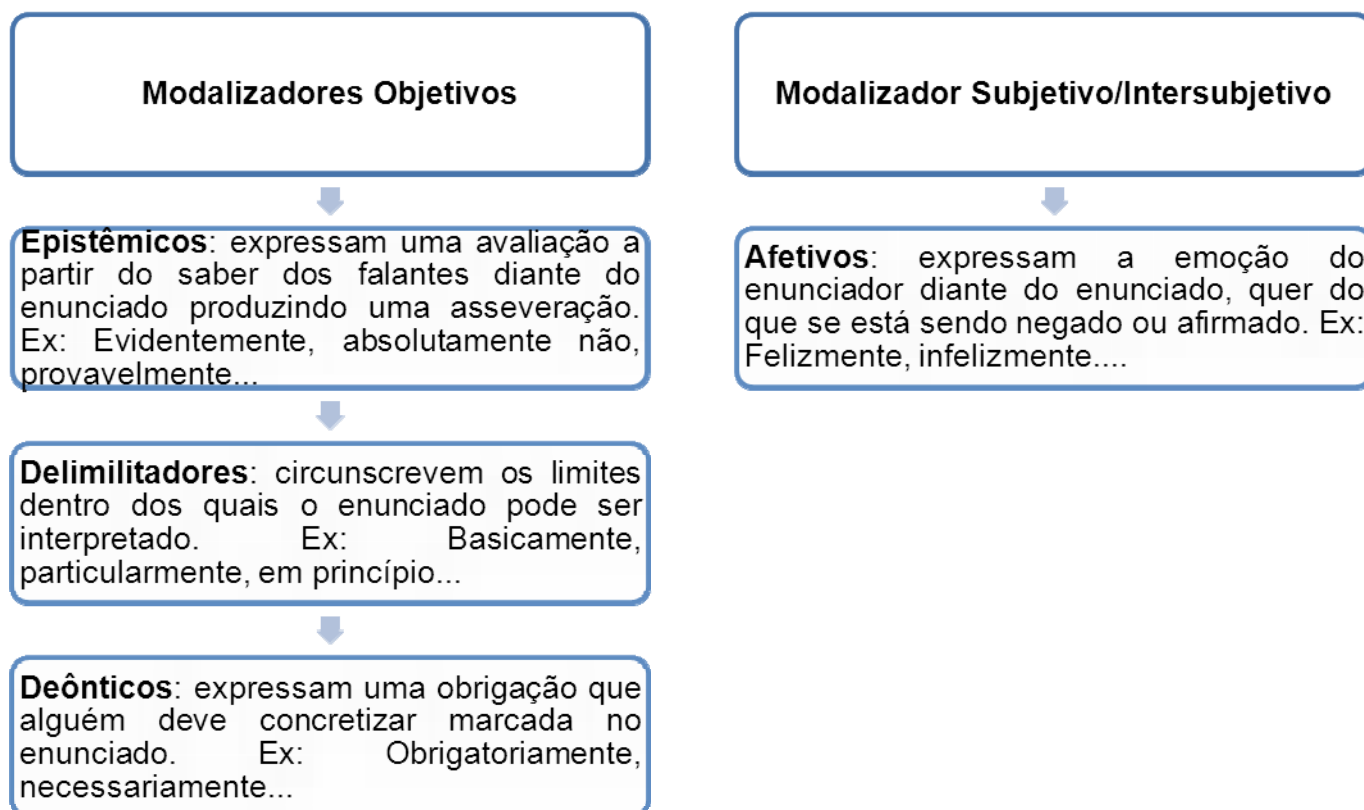
Segundo Koch (2004b), esses indicadores modais, marcados por adjetivos modalizadores, produzem efeitos de sentidos objetivos e lógicos, esses modalizadores avaliam uma sentença de forma assertiva, linguisticamente, essas “[...] modalidades estão lexicalizadas sob forma de *expressões cristalizadas* do tipo “*é + adjetivo*”.” (id., p.50) Como exemplo, podemos citar as construções “*é proibido*” “*é bom*”. A pesquisadora esclarece também (2004a, p. 137) que esses modalizadores são de caráter deôntico e “indicam o grau de imperatividade/facultatividade atribuído ao conteúdo proposicional”. Portanto, são utilizados quando o enunciador deseja avaliar um fato objetivamente sem envolvimento emocional.

Para a SA, os modalizadores subjetivos (afetivos ou avaliadores) são vistos como um importante recurso marcador da argumentação e componente linguístico evidenciador da intencionalidade do enunciador, por meio deles verificamos como a trama argumentativa é construída e desvendamos as particularidades de cada discurso.

Neves (2000, p. 244) trata da expressividade dos modalizadores ao afirmar

Os advérbios modalizadores compõem uma classe ampla de elementos adverbiais que têm como característica básica expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor de seu enunciado: modalizar quanto ao valor de verdade, modalizar quanto ao dever, restringir o domínio, definir a atitude e, até, avaliar a própria formulação lingüística.

Ao descrevê-los, a autora os subdivide em classes, segundo suas funções, seguindo critérios de sentido e ocorrência nos enunciados. Nessa perspectiva, temos a seguinte apresentação dos modalizadores:



Fonte: Neves (2000, p. 245, 250, 252, 253)

Portanto, em consonância com as delimitações de Koch, Neves, também, classifica os modalizadores a partir da avaliação que eles promovem no interior dos enunciados e, como vimos, essa avaliação pode ser de diversas naturezas. A autora também confere ao modalizador a capacidade de promover efeitos de sentidos - objetivo ou subjetivo - aos enunciados, marcando assim as intenções dos produtores.

Lapa (1970) demonstra que os modalizadores, ou seja, os advérbios terminados em *mente*, possuem forte marca de estilo, o uso dos modalizadores imprimem vivacidade aos enunciados, principalmente, quando são deslocados para o início dos períodos. O autor (1970, p. 186-187) apresenta e, em seguida analisa dois exemplos:

1. Rui agarrou *vivamente* o braço do irmão.
2. *Vivamente*, Rui agarrou o braço do irmão.

Na primeira, o advérbio está na sua ordem lógica e refere-se ao predicado; a atenção está posta sobre a pessoa de Rui e logo em seguida sobre o ato que pratica. Na segunda frase, sentimos imediatamente o soco violento, e logo a seguir, pomos com mais atenção os olhos no sujeito, que o advérbio acabou também por caracterizar.

Para Lapa, a anteposição do advérbio e seu isolamento por meio da vírgula mudou toda a relação de sentido do enunciado, 1 e 2 são exemplos estilísticos dos modalizadores que evidenciam sua perspectiva objetiva ou subjetiva.

Portanto, reconhecemos os modalizadores como recursos linguísticos que ampliam as possibilidades semântico-argumentativas dos enunciados e, utilizados de forma adequada pelos enunciadores, conduzem os interlocutores a conclusões pré-determinadas, marcadas pela elaboração de enunciados persuasivos.

3.1.6 Operadores argumentativos

Segundo Koch (1987, 2004b), os operadores argumentativos reúnem diversos termos ou expressões provenientes de diversas classes de palavra, o ponto em comum entre esses termos é que a maioria deles pertence às classes invariáveis como conjunções, preposições, advérbios, locuções adverbiais, locuções conjuntivas ou locuções prepositivas. Há, também, os pronomes indefinidos, cujo sentido é marcar a afirmação ou a negação de uma totalidade.

Esse conjunto descrito acima é considerado, em uma perspectiva discursiva, operadores argumentativos e possuem função estratégica: promover a orientação argumentativa dos enunciados, conforme delimitado por Koch (1987).

Oliveira (2003, p. 337), em artigo que caracteriza a função dos operadores argumentativos, explica

O operador argumentativo é responsável pela argumentatividade do texto (escrito ou falado); direciona os argumentos para um determinado sentido, faz com que este sentido se realize com o objetivo de produzir um efeito no interlocutor; portanto, os operadores executam, efetuam o caminho, o direcionamento dos argumentos, agindo, de forma eficaz, no raciocínio do enunciatário.

Conforme a autora, os operadores apontam o caminho para que o interlocutor chegue à conclusão delimitada pelo enunciador. Para que isso ocorra, o enunciador utiliza duas vertentes apontadas por Ducrot (1987): *as de classes*



argumentativas – diversos argumentos são postos em cena articulados pelos operadores e todos conduzem a uma mesma direção conclusiva; e *as de escalas argumentativas* – os argumentos são postos em cena articulados pelos operadores, porém em uma escala crescente de força argumentativa.

Dada a força desses termos linguísticos, por que a gramática normativa considera esses elementos como meros conectores de relação?

Segundo Koch (1987, 2004b), a gramática normativa possui uma visão estrutural e classificatória desses termos, considerado as conjunções como elementos relacionais, ou seja, sua função é apenas ligar orações, atribuindo-lhes determinadas classificações, o mesmo ocorre com as preposições, os advérbios e suas respectivas locuções, isto é, o enfoque tradicional minimiza o real valor argumentativo dessas palavras.

No entanto, reafirmamos que a macrossintaxe do discurso, que surgiu a partir dos estudos embasados pela Linguística Textual e pela Semântica Argumentativa, recupera essas marcas linguísticas e, em um nível discursivo, as denominam operadores argumentativos, que possuem a capacidade de criar efeitos de sentido e relações semânticas para conduzir o interlocutor a conclusões pretendidas pelo enunciador (KOCH, 1987).

Sendo assim, os operadores são os condutores, os fios que norteiam a argumentação. Quanto a essa dicotomia de conceitos, Ducrot (2000) a concebe da seguinte forma: as conjunções ou conectores pertencem a um nível linguístico e os operadores argumentativos pertencem a um nível discursivo.

- Conectores  nível linguístico (ELEMENTAR)
- Operadores  nível discursivo (COMPLEXO)

Segundo Ducrot (1981, p. 178), a articulação dos enunciados por meio dos operadores deixa rastros que irão mapear o enunciado, trilhar caminhos para persuadir o interlocutor, para ele,

[...] o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma **orientação argumentativa** ao enunciado, a **conduzir o destinatário em tal ou qual direção**. (Grifos nossos)

Koch reúne os principais tipos de operadores argumentativos e os subdivide, conforme a orientação semântica a eles atribuída, delimitando-os no quadro a seguir:

Tabela 2 – Koch (2004b, p. 30- 40)

Função do operador argumentativo	Exemplos de operadores	Exemplo do operador no enunciado
Operadores que assinalam o argumento mais forte em uma escala argumentativa.	Até, mesmo, até mesmo, inclusive, ao menos, pelo menos, no mínimo...	“A apresentação foi coroada de sucesso: estiveram presentes personalidades do mundo artístico, pessoas influentes nos meios políticos e até o Presidente da República.”
Operadores que somam argumentos de uma mesma classe argumentativa e conduzem o interlocutor a uma mesma conclusão.	E, também, ainda, nem (e não), não só... mas também, tanto... como, além de, além disso, a par de, aliás...	“João é o melhor candidato: além de ter boa formação em Economia, tem experiência no cargo e também não se envolve em negociatas.”
Operadores introdutórios de conclusão relativa aos argumentos apresentados.	Portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, conseqüentemente...	“O custo de vida continua subindo vertiginosamente; as condições do povo brasileiro são péssimas e a educação vai de mal a pior. Portanto , não se pode dizer que o Brasil esteja preste a se integrar no primeiro mundo.”
Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas.	Ou, ou então, quer... quer, seja... seja...	“Vamos participar da passeata. Ou você prefere se omitir e ficar aguardando os acontecimentos.”

Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, com vistas a uma dada conclusão.	Mais que, menos que, tão... como, tão... quanto..	“Márcia é tão competente quanto a Lúcia.”
Operadores introdutórios de justificativas ou explicações.	Porque, que, já que, pois...	“Não fiques triste que este mundo é todo teu Tu és mais bonita que a Camélia que morreu.” (Jardineira)
Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias.	Mas (porém, contudo, todavia, no entanto...) Embora (ainda que, posto que, apesar de (que)...)	“A equipe da casa não jogou mal, mas o adversário foi melhor e mereceu ganhar o jogo.” “ Embora o candidato tivesse se esforçado para causar boa impressão, sua timidez e insegurança fizeram com que não fosse selecionado.”
Operadores que introduzem conteúdos pressupostos.	Já, ainda, agora...	“Paulo ainda mora no Rio.”
Operadores que distribuem em escalas opostas, isto é, um deles funciona numa escala orientada para a afirmação total e o outro para a negação total.	Um pouco e pouco. Quase e apenas (só, somente).	“Ela estudou um pouco .” (tem possibilidade de passar) “Ela estudou pouco .” (provavelmente não passará)

O valor argumentativo dos operadores não se conclui aqui, há outros valores argumentativos expressos por eles com o intuito de marcar os enunciados, segundo os critérios do enunciador.

Guimarães (2007, p. 35), ao justificar o porquê de uma análise enunciativa das conjunções declara

O que normalmente se diz das conjunções é que elas ligam orações. Isto sem dúvida é verdade, mas esta classe de palavras tem, nas construções em que aparece, outras funções, seguramente tanto e até mesmo mais significativas.

São essas outras funções, inerentemente, argumentativas que nos interessamos, elas tratam do papel essencial que os operadores da argumentação desempenham no interior do texto e extrapolando para o discurso, estabelecendo unidades de sentidos entre a interioridade e a exterioridade linguística, provando que a linguagem é um fenômeno histórico que mobiliza sujeitos, seus dizeres e, conseqüentemente, suas ideologias.

3.1.6 Subjetividade dêitica

Há determinadas marcas linguístico-enunciativas que revelam as perspectivas pessoais do enunciador, diante do fato de linguagem. O locutor não consegue se dissociar, completamente, de seu enunciado e acaba por deixar pistas na superfície textual que revelam suas intenções enunciativas, são marcas subjetivas e, portanto, centradas no sujeito produtor: a subjetividade dêitica.

Definimos subjetividade dêitica como a posição do sujeito produtor diante de seu discurso postulado, é por meio da dêixis que ele se evidencia, mostra-se, deixa-se transparecer, ela é concebida por aspectos que envolvem os fatores essenciais da enunciação: o sujeito, o espaço e o tempo.

Benveniste (1989, 1995), ao estabelecer os pressupostos que embasaram a teoria da enunciação, formalizou esses três elementos fundamentais à sua teoria. Portanto, em sua perspectiva, a enunciação é o fato de se colocar a língua em funcionamento, para tal fenômeno, o sujeito se apropria desse aparelho formal – a língua- e a põe em funcionamento, porém associando-a a dois elementos exteriores – o espaço e o tempo.

Ducrot (1987) declara que a enunciação é o evento do aparecimento de um enunciado, a atividade de linguagem exercida por aquele que fala no momento em que fala, ou seja, não há como dissociar o sujeito do fenômeno histórico, que culminou na produção enunciativa.

Para Guimarães (1989), a enunciação possui caráter de irrepetibilidade, os enunciados se dialogam todo o tempo, os discursos são retomados e reatualizados, porém, em espaços e tempos diferentes, concorrendo a

objetivos diversos, por isso a enunciação é um acontecimento histórico-social, está conectada a um *eu-aqui-agora* que jamais se repetirá.

Segundo Fiorin (2005, p.55), “mesmo quando os elementos da enunciação não aparecem no enunciado, a enunciação existe, uma vez que nenhuma frase se enuncia sozinha”, intrinsecamente, esses três fatores, *eu-aqui-agora*, unem-se na produção discursiva dos enunciados.

Ducrot e Todorov (1998) afirmam que os linguistas se referiram quase sempre à enunciação com o termo *dêixis*; ou seja, a identificação dos elementos dêiticos nos enunciados faz com que seja possível visualizar a presença da enunciação que se inscreve no interior do enunciado com marcas, inerentemente, linguísticas.

A SA e a LT recuperam e identificam essas marcas, no interior dos enunciados e, as associam com a exterioridade enunciativa, como por exemplo na situacionalidade, fator de textualidade que identifica na materialidade textual uma situação específica para sua produção, ou o papel coesivo das retomadas dos referentes textuais, visualizando seu potencial argumentativo.

A subjetividade dêitica é percebida na superfície dos enunciados, por diversos elementos linguísticos, a saber:

- **Dêixis pessoal:** identifica os personagens da enunciação.
Locutor e interlocutor são marcados, por meio dos pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas, pelos pronomes possessivos de 1ª pessoa e pelas desinências verbais.
- **Dêixis espacial:** identifica o lugar da enunciação.
O espaço é marcado no texto pelo uso dos advérbios ou locuções adverbiais de lugar e pelos pronomes demonstrativos.
- **Dêixis temporal:** identifica o tempo enunciativo.
A temporalidade dos enunciados é registrada pelos verbos no presente e pelos advérbios ou locuções adverbiais de tempo.

A enunciação consiste em um dos terrenos mais produtivos da análise linguística, porque a todo momento os interlocutores travam uma batalha

entre o linguístico e o discursivo. Sobre esse aspecto, Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 193) declaram

A concepção que se tem de enunciação oscila entre uma concepção *discursiva* e uma concepção *lingüística*. Se insistimos na idéia da enunciação como acontecimento em um tipo de contexto e apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas, operamos primordialmente na dimensão do *discurso*. Mas a enunciação pode também ser considerada, em um âmbito estritamente *lingüístico*, como um conjunto de operações constitutivas de um enunciado [...].

Portanto, a delimitação que fazemos dos elementos que apontam a concepção enunciativa é que deve guiar nosso trabalho. A identificação dos elementos dêiticos como marcas linguísticas da enunciação nos guiarão a uma concepção mais ampla, a concepção discursiva dos enunciados que levarão à persuasão dos interlocutores e sua conseqüente adesão.

3.1.7 Seleção Lexical

Entendemos por seleção lexical o uso de determinados vocábulos ou expressões linguísticas, intencionalmente, tomadas pelo enunciador com o objetivo de introduzir no enunciado palavras que produzirão efeitos de sentido inusitados, criando, por meio do discurso, maneiras de surpreender o interlocutor, mantendo-o atrelado ao enunciado.

A seleção do léxico está associada à operação de determinadas classes gramaticais como os substantivos, verbos, advérbios e adjetivos, porém, em nosso trabalho, focalizaremos o uso diferenciado dos adjetivos como recurso argumentativo. Essa classe é selecionada e manipulada, pelo enunciador, a partir de sua estratégia argumentativa com o objetivo de direcionar e convencer o interlocutor.

A seguir trataremos da importância dessa classe gramatical na constituição dos enunciados, por meio dos efeitos de sentido que podem promover.

- **Adjetivos**

O adjetivo, em um nível discursivo, é a classe de palavra que melhor expressa a afetividade como recurso linguístico disponível aos sujeitos falantes.

Por isso, consideramos o adjetivo como parte integrante da seleção lexical, que faz com que dentro de uma infinidade de vocábulos o sujeito opte por determinadas palavras que desempenharão, intencionalmente, seus objetivos traçados de antemão.

A norma gramatical conceitua o adjetivo como um modificador do substantivo, a partir desse posicionamento Cunha & Cintra (2001) o subdivide em duas perspectivas: a da caracterização e a da relação. O adjetivo caracterizador indica qualidades, estados, aspectos físicos e maneira de ser; os de relação indicam os fenômenos ligados à temporalidade, à noção espacial, à finalidade, entre outras.

Bechara (2004) conceitua o adjetivo um delimitador, devido às diversas possibilidades designativas que ele possui para caracterizar o substantivo, essa delimitação são de três ordens: a explicação, que destaca uma característica do substantivo; a especialização, que marca os limites do substantivo, sem restringi-lo a uma única denominação; e a especificação, que restringe as possibilidades de referência a um substantivo.

A moderna gramática da língua portuguesa, de Bechara (2004) em sua 37ª edição, deixa claro seu objetivo ao firmar o desejo de preservar a norma linguística como fator preponderante para “elevar a cultura do país”. Ou seja, o título “moderna gramática” tem a ver com uma atualização na descrição dos conceitos ou na utilização de exemplos mais didáticos, porém isso não altera sua função primordial: a preservação da norma em um contexto moderno. No prefácio o autor declara

A orientação aqui adotada resulta de nossa convicção de que ela também pode oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical entre nós, [...] que alia a preocupação da uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, libertada do ranço do antigo *magister dixit* e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas. (BECHARA, 2004, p. 19,20)

A norma é necessária e primordial em inúmeras necessidades diárias de expressão comunicativa, seu valor é essencial e mantém a unidade de diversas nações que a usam. Porém a cristalização, a categorização e a classificação dos fenômenos linguísticos amparados na gramática normativa, por diversas situações, não demonstram toda a potencialidade da língua como um fenômeno rico e atuante.

Por esse motivo, a SA, em uma perspectiva de “uso” da língua, adota uma concepção discursiva dos enunciados, não vemos as palavras de maneira cristalizada ou classificatória, o objetivo é mais amplo, a palavra é vista em função de uma necessidade comunicativa e para tal ela se dobra frente ao contexto em que se insere.

Nessa perspectiva de língua/ação, os adjetivos, por exemplo, são analisados em uma visão pragmática, à medida que são acionados pelos sujeitos ganham novas funções e sentidos por meio da interação discursiva.

Em sua *Gramática de usos do português*, Neves (2000) traça um perfil de como, na prática linguageira, os adjetivos funcionam em função de um dizer intencional.

A autora (2000, p. 173) concebe os adjetivos como “[...] usados para atribuir uma propriedade singular a uma categoria (que já é um conjunto de propriedades) denominada por um **substantivo**” (grifo da autora). Ou seja, ela amplia o conceito ao trazer a denominação “atribuir propriedade singular”, já que cada situação enunciativa preconiza objetivos diferentes, o sujeito pode utilizar o mesmo adjetivo, mas com intenções diversas em enunciados diversos.

Neves (2000, p. 184/186) delimita os adjetivos, em função de seu uso, apontando as subclasses do adjetivo:

- Qualificadores: atribuem aos substantivos propriedades apoiadas na subjetividade ou na imprecisão. Ex: No lugar, fazia um silêncio **religioso**.
- Classificadores: atribuem aos substantivos propriedades objetivas e precisas. Ex: O jejum **religioso** é traço característico de diversas denominações.

A posição em que o adjetivo é colocado também tem muito a dizer sobre sua produção de sentidos. Em uma perspectiva estilística, Lapa (1970) analisa a posição do adjetivo como um fator fundamental de estilo do sujeito produtor, fazendo com que sua produção, quer escrita ou oral, tenha possibilidades diversas de expressão.

A ordem direta é a mais utilizada em nossa língua, porém não é a única, a inversão dessa ordem traz significativas descobertas aos enunciados. Lapa

(1970, p. 110) cita e analisa o par de exemplo: “uma **bela** rapariga” e “uma rapariga **bela**”, ele explica, “[...] quando o adjetivo está logo depois do substantivo, tende a conservar o valor próprio, objetivo, intelectual; quando está antes, tende a perder o próprio valor e a adquirir um sentido afetivo”.

A partir da mesma perspectiva, mas ampliando-a, Neves (2000) afirma que os adjetivos qualificadores podem ocupar as duas posições, anteposta ou posposta ao substantivo; e os classificadores marcam sua posição, geralmente, após o substantivo, haja vista seu caráter mais objetivo.

Portanto, Lapa (1970) e Neves (2000) concebem a adjetivação em função dos objetivos do sujeito produtor, esse utiliza a classe em função de um dizer, realizando as necessárias aplicações dentro do texto para atingir seus objetivos traçados. Ou seja, marcar sua objetividade ou seu afeto diante do que é dito.

O adjetivo, portanto, é uma classe morfológica com profundas implicações para a construção de sentidos. Em uma perspectiva objetiva (lógica e classificatória) tende a descrever os substantivos, buscando a informatividade. Por outro lado, em uma perspectiva subjetiva (afetiva ou qualificadora) tende a expor julgamentos de valores, o referente é avaliado pelo locutor.

A subjetividade afetiva, materializada pelo uso dos adjetivos, é um dos diversos recursos da linguagem analisado pela SA, por meio da subjetividade é possível verificar a orientação argumentativa dos enunciados e desvendar a intencionalidade dos enunciadores, já que esse fenômeno marcará a posição deles no discurso.

Em nossa análise, verificaremos essa dicotomia, por um lado os adjetivos em uma perspectiva descritiva, por outro em uma perspectiva opinativa.

Antunes (2007, p. 22), analisando a oposição entre as perspectivas normativas e usuais da língua, declara “A língua é muito mais que isso tudo. É parte de nós mesmos, de nossa identidade cultural, histórica, social. É por meio dela que nos socializamos, que interagimos, [...] É a língua que nos faz sentir pertencendo a um espaço.”

O adjetivo qualificador, delimitado por Neves (2000), é um dos recursos expressivos da língua exemplificador do que Antunes relata acima, as palavras marcam a interação entre os interlocutores produzindo enunciados únicos e transformadores.

3.1.8 Figuras de Repetição

O processo de intensificação é um recurso linguístico que ocorre, por meio de elementos intensificadores e da repetição ou retomada constante de itens lexicais.

A partir das diferentes maneiras que essa repetição intensificadora acontece, ela pode fazer transparecer variados efeitos de sentido, nesse trabalho, iremos associar o processo de intensificação ao uso de determinadas figuras de repetição.

Koch (2004a, p. 81) relata que a repetição é um fator de progressão textual, “A reiteração ou repetição dos itens lexicais tem por efeito trazer ao enunciado um acréscimo de sentido que ele não teria se o item fosse usado uma única vez, [...]”; cada vez que esse item é reiterado no discurso, ele acrescenta novos sentidos ao enunciado, intensificando o dito por meio do já dito.

A referida autora salienta a função argumentativa da reiteração em um discurso ao afirmar que

A presença de elementos de recorrência num texto produz quase sempre um efeito de intensificação, de ênfase, isto é, tem função retórica. “Martela-se” na cabeça do ouvinte/leitor, repetindo palavras, estruturas, conteúdos semânticos, recursos sonoros etc., de tal modo que a mensagem se torne mais presente em sua memória [...] – e ele acabe por criar um hábito ou aceite sua orientação argumentativa. (KOCH, 2004a, p. 83)

Nessa perspectiva, a intensificação, por meio da repetição, garante a progressão textual, a continuidade do discurso, o enunciador retoma, incessantemente, a ideia que o interlocutor não deve perder de vista, assim ele é conduzido pelo enunciador a uma orientação argumentativa pré-estabelecida. O uso das figuras de repetição é uma forma eficiente de utilizar a recorrência como mecanismo argumentativo. Segundo Oliveira e Azevedo (2005, p. 15), “Existem, mais ou menos, vinte e seis figuras de linguagem concernentes à repetição.” Esse dado concretiza a importância persuasiva desses elementos.

A seguir, apresentaremos um quadro síntese com algumas dessas figuras de repetição delimitadas conforme nosso *corpus*:

Tabela 3 – As descrições das figuras foram elaboradas a partir de pesquisas feitas em: Abreu (2005); Bechara (2006); Rocha Lima (2003); Azevedo e Oliveira (2005).

Figuras de linguagem	Conceito - delimitação	Exemplo
Ritornelo	Ocorre por meio da repetição integral, ou quase integral dos termos de um segmento.	<i><u>Vi uma estrela tão</u> alta, <u>Vi uma estrela tão</u> fria! <u>Vi uma estrela</u> luzindo Na minha vida vazia.</i> (M.B.)
Anáfora	Também consiste em uma das formas de marcar a repetição, estilisticamente, visa intensificar uma palavra ou expressão por meio de sua reprodução sistêmica sempre na mesma posição, no início de versos ou frases.	Amor é fogo que arde sem se ver, <u>É</u> ferida que dói e não se sente, <u>É</u> um contentamento descontente, <u>É</u> dor que desatina sem doer, <u>É</u> um não querer mais que bem querer... (C.)
Paralelismo	Consiste na reprodução seguida de uma mesma construção sintática ou semântica, a repetição é, muitas vezes, verticalizada, por isso o paralelismo é visível.	“E agora José? <i>A festa acabou A luz se apagou A noite esfriou...</i> ” (C.D.A.)

Conforme Abreu (2005, p.101) “[...] as palavras [...] não se encontram organizadas em nossa memória, como nos dicionários, mas em relações associativas, pela forma e pelo conteúdo.” Isso confirma os efeitos de sentidos produzidos a partir de uma construção figurada, a associação de significados elaborados, por meio das figuras de linguagem, é um elemento comprovador da argumentatividade delas.

As figuras de linguagem, pelo seu aspecto estilístico, conferem aos enunciados uma perspectiva subjetiva. Portanto, essas expressões também podem fazer parte da subjetividade afetiva determinada pela linguagem, moldando os enunciados a partir do interesse pré-determinado de seu enunciador, contribuindo para que a persuasão se efetive.

4 CAPÍTULO

ANÁLISE DO CORPUS

*“[...] é preciso encarar a linguagem não apenas como representação do mundo ou do pensamento ou como instrumento de comunicação, mas sim, acima de tudo, como forma de interação social.”
(Koch, 2004b, p.128)*

4.1 APRESENTAÇÃO DO CORPUS

Neste capítulo, pretendemos verificar como os recursos linguísticos e extra-linguísticos que compõem a elaboração dos textos operam, no interior do *corpus* escolhido, refletindo, diretamente, na argumentatividade do discurso.

Concebido na imanência do discurso jornalístico, o gênero coluna de opinião tem sido o carro-chefe de inúmeras publicações jornalísticas, entre elas, a *Revista Veja*. Dada a circulação, a movimentação e a produção de outros textos elaborados a partir das colunas, os editores valorizam esse gênero textual e apoiam suas publicações periódicas.

Como já exposto na parte introdutória desse trabalho, nosso *corpus* é constituído por duas colunas de opinião, produzidas pelo jornalista Diogo Mainardi, para a *Revista Veja*, em 2010.

A primeira coluna - *Com Dilma, o PT chega em quinto* – versa sobre a escalada de Dilma Rousseff, de candidata da coligação liderada pelo PT, até seu triunfo nas urnas, em 2010.

Em 2008, quando iniciaram os rumores de sua candidatura, Dilma Rousseff percorreu um caminho de quase anonimato à vitória. Esse percurso foi acompanhado e, posteriormente, analisado por Diogo Mainardi, em suas colunas de opinião quinzenais para a revista, em especial, nos meses que antecederam e sucederam a candidatura.

Durante esse período, o alvo de crítica do colunista foi, em especial, a relação de apadrinhamento entre o ex-presidente Lula e sua sucessora, Dilma Rousseff.

Porém, nessa produção, com a vitória concretizada, Mainardi muda o foco e analisa a conquista, recompondo o cenário que a propiciou, faz uma descrição do eleitorado petista e seu apoio incondicional a Dilma Rousseff, traçando um perfil de eleitor que impulsionou tal escalada vitoriosa.

A seguir, faremos a transcrição da primeira coluna de Diogo Mainardi.

Com Dilma, o PT chega em quinto – Veja, edição 2191, de 17/11/2010.

1 O leitor de VEJA já sabe o que esperar de mim: em matéria de prognósticos eleitorais,
2 eu erro fatalmente, eu erro teimosamente, eu erro rumorosamente. Nos primeiros
3 meses de 2008, prognostiquei que a candidata petista chegaria em quinto lugar. Dois
4 anos e meio depois, estou aqui reivindicando meu erro. Errei, errei, errei.
5 É bom errar. É bom repetir que errei. Só há um aspecto de meu trabalho de que
6 realmente me orgulho: eu nunca tentei compreender a mente ou o comportamento de
7 meus compatriotas. Eu me atormentaria se um dia, mesmo que por engano, acabasse
8 acertando um resultado eleitoral. Os valores aos quais sou mais apegado ruiam.
9 Quem compreende a mente e o comportamento dos brasileiros é Valdemar Costa
10 Neto. Quem compreende a mente e o comportamento dos brasileiros é a Mulher
11 Melancia. Quem compreende a mente e o comportamento dos brasileiros é Chico
12 Buarque. Eles sabem o que os brasileiros querem. Eu só sei o que os brasileiros
13 repelem. Eles repelem Antonello da Messina e Memling. Eles repelem Pitágoras e
14 Empédocles.
15 De todos os nossos escritores, o único que conseguiu compreender a mente e o
16 comportamento dos brasileiros foi Euclides da Cunha. Eu sempre recorro a ele
17 quando tenho de tratar do assunto. Ele é meu Valdemar Costa Neto particular.
18 Euclides da Cunha podia interpretar o caráter de uma pessoa a partir do formato e da
19 medida de suas orelhas ou de sua testa. Eu me pergunto como ele teria interpretado
20 o formato e a medida das orelhas de um eleitor do PT, como Chico Buarque.
21 Analisando a campanha de Canudos, Euclides da Cunha delineou perfeitamente o
22 caráter nacional. Os fanáticos de Antônio Conselheiro eram uns “brancos”, uns
23 “primitivos”, uns “retardatários”, uns “retrógrados”, uns “impotentes”, uns “passivos”.
24 Eles eram “uma turba de neuróticos vulgares”, de “desvairados”, de “desequilibrados
25 incuráveis”. Eles eram “uma gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, vezada à
26 mândria e à rapina”. Eles eram dotados de uma “moralidade rudimentar”, com uma
27 série de “atributos que impediam a vida num meio mais adiantado e complexo”. Eles
28 eram um retorno “ao estádio mental dos tipos ancestrais da espécie”.
29 Euclides da Cunha compreendeu a mente e o comportamento dos brasileiros. Ao
30 contrário de mim, ele jamais teria errado o resultado eleitoral.

O enunciador, como opositor da coligação que indicou Dilma Rousseff à presidência da república, deixa transparecer em seu texto que, durante muito tempo, não acreditou na possibilidade de vitória da candidata. Porém, com o desenrolar da corrida presidencial, ficava cada vez mais evidente que essa conquista seria concretizada e, para o colunista, restou resignar-se com tal fato.

A coluna foi publicada, exatamente, dezessete dias após a vitória consumada de Dilma Rousseff, em segundo turno das eleições, ocorrido em 31 de outubro de 2010.

Em seu texto, ele expõe argumentos que não só justificariam a vitória da candidata petista, mas também o fazia compreender os motivos que confirmavam o triunfo de Dilma Rousseff.

Na segunda coluna – *Meu adeus como colunista* – Diogo Mainardi expõe seus apontamentos finais a respeito da consolidação da vitória do PT. Com Dilma Rousseff eleita, ele se despede de seu público leitor e do espaço dedicado a ele durante anos, na revista *Veja*.

Na coluna, o enunciador elenca os motivos pelos quais ele abdicou de sua coluna e traça um panorama de como será, segundo ele, a atuação de Dilma Rousseff no poder. Ele faz isso, por meio de um quadro comparativo que ressignifica sua atuação contrária ao governo petista.

O texto foi publicado na edição de 15 de dezembro de 2010, vinte oito dias após a publicação da primeira coluna que compõe o *corpus*. Nessa temporada de reflexão, o enunciador decide encerrar um período de oito anos de produções escritas que faziam críticas abertas ao governo petista. Mas, antes disso, decide textualizar seus últimos apontamentos a respeito dessa relação conturbada com o PT.

A seguir, faremos a transcrição da segunda coluna que compõe nosso *corpus*.

Meu adeus como colunista – *Veja*, edição 2195, de 15/12/2010.

1 **“VEJA é uma Ferrari. Para poder me livrar do dilmismo, estou pronto a ceder**
2 **minha vaga na escuderia. O que eu quero, neste momento, é pilotar um kart.**
3 **De agora em diante, escreverei apenas um artigo mensal para VEJA”**
4 Esta é minha última coluna.
5 Eu passei oito anos zombando do lulismo. Se agora eu passasse a zombar do
6 dilmismo, que é uma mera pantomima do lulismo, eu me tornaria uma mera
7 pantomima de mim mesmo.
8 — Diogo é um Arlecchino! Diogo é um Pantalone! Diogo é uma Colombina!
9 O lulismo queria que eu fosse embora do Brasil. Eu fui. O lulismo queria que eu me
10 desinteressasse do presidente da República. Eu me desinteressei. O lulismo queria
11 que eu renunciasse à minha coluna. Eu renunciei. Eu sou igual a um marido que,
12 para poder se livrar da mulher amarga e rancorosa, cede todos os seus bens e vai
13 morar num flat. Eu fui morar num flat mental. Eu fui morar numa kitchenette
14 existencial. Eu sei que o lulismo está feliz de se separar de mim, mas garanto que eu
15 estou incomparavelmente mais feliz de me separar dele.
16 Rubens Barrichello compreendeu a natureza do dilmismo. Quando lhe perguntaram
17 o nome da presidente eleita, ele respondeu sabiamente:
18 — Como é que se chama a mulher?
19 A partir de hoje, esse é meu lema. Eu posso falar sobre Bartolomeo Bon. Eu posso
20 falar sobre Anco Marcio. Eu posso falar sobre Cosmè Tura. Quem mais? Eu posso
21 falar sobre Sexto Empirico. Eu posso falar sobre Pavel Chichikov. Eu posso falar
22 sobre Pepe Le Pew. Só a presidente eleita está proibida de entrar em meu flat
23 mental. Sobre ela, minha resposta será sempre a mesma:
24 — Como é que se chama a mulher?
25 Além de compreender a natureza do dilmismo, Rubens Barrichello compreendeu
26 também a natureza do automobilismo. Ele demonstrou que, se é para guiar devagar,
27 ninguém precisa de uma Ferrari. VEJA é uma Ferrari. Para poder me livrar do
28 dilmismo, estou pronto a ceder minha vaga na escuderia. O que eu quero, neste
29 momento, é pilotar um kart. De agora em diante, escreverei apenas um artigo
30 mensal para VEJA. Renuncio à coluna, portanto, mas continuo aqui, em marcha
31 lenta. Milan Kundera disse que quem anda devagar contempla as “janelas de Deus”.
32 Rubens Barrichello anda devagar e contempla as janelas de Deus. Sou bem mais
33 modesto do que ele. Para mim, basta poder contemplar as janelas da minha
34 kitchenette existencial.
35 O primeiro ato de um espetáculo grotesco, como aquele encenado pelo lulismo até
36 2006, pode despertar algum interesse. O segundo ato é inevitavelmente mais
37 sonolento. Mas é o terceiro e último ato, repetindo as mesmas galhofas dos
38 anteriores, que realmente entedia e aporrinha o espectador. Foi para poupar o
39 público desse constrangimento que resolvi sair do palco.
40 — Onde está o Arlecchino? Onde está o Pantalone? Onde está a Colombina?
41 *(Um espectador aplaude. Outro atira um tomate. Outro ronca. Luzes.)*

O enunciador manteve-se fiel ao seu estilo, mesmo em sua última produção. O texto é marcado pela forma peculiar de explorar a temática, fazendo comparações metafóricas e conduzindo o leitor a um caminho que aciona conhecimentos prévios e intertextuais que perpassam a memória discursiva de seus enunciatários.

Primeiramente, faremos a análise, a partir da estruturação do gênero textual pelo viés do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), em um recorte que analisará o contexto de produção das colunas. Em seguida, aplicaremos os conceitos teóricos da Linguística Textual (LT) e verificaremos os recursos semânticos pela perspectiva da Semântica Argumentativa (SA). Concomitantemente a essas três abordagens, colocaremos evidenciaremos três conceitos da Análise do Discurso (AD), os quais contribuirão para diagnosticar as regularidades enunciativas presentes nas colunas de opinião, são eles: cenas da enunciação, *ethos* e a memória discursiva, agindo na constituição da subjetividade enunciativa dos textos.

4.1.1 ISD: o contexto de produção

Como já descrito no capítulo I, o contexto de produção para o ISD está, diretamente, conectado à produção dos gêneros, o entorno físico e subjetivo marca e delimita os fatores que convergem a uma determinada produção escrita ou oral. Em consonância com o contexto de produção, está o conteúdo temático, que se refere ao conjunto de dados elementares disponibilizados no texto, por meio de representações linguísticas feitas pelo emissor-enunciador e acionadas por meio da memória no ato da produção.

Para o ISD, é a partir dessas delimitações que devemos analisar os gêneros textuais. Descrevemos a seguir esses três aspectos, em um primeiro momento, os que se referem ao contexto físico das coordenadas do tempo-espaco em que se originou as ações verbais, nessa fase, o foco é o sujeito empírico que norteia a produção, por isso é denominado de emissor/produtor. Em um segundo momento, o que se refere ao contexto sociossubjetivo que se instala a interação comunicativa e surge a figura enunciativa de um emissor/enunciador; e por fim, o conteúdo temático que ele intencionou promover com a concretização de seus textos.

Tabela 4 - Contexto físico das colunas de opinião selecionadas

Aspectos físicos dos textos: coordenadas espaço-temporais			
Lugar de produção ⁷ - 1ª e 2ª Textos:	Momento da produção - 1ª e 2ª Textos:	Enunciador – 1ª e 2ª Textos:	Enunciatário – 1ª e 2ª Textos:
Veneza – Itália.	Novembro/Dezembro de 2010.	O colunista Diogo Mainardi.	Os leitores de sua coluna na revista <i>Veja</i> .

Fonte: Adaptado de Bronckart (2003;2006)

Tabela 5 - Contexto socio subjetivo das colunas de opinião selecionadas

Aspectos socio subjetivos dos textos: interação comunicativa que implica o mundo social e subjetivo			
Lugar social:	Posição social do enunciador:	Posição social do enunciatário:	Objetivos:
1ª e 2ª Textos: Revista <i>Veja</i> – mídia impressa de circulação nacional.	1ª Texto: Opositor da candidatura de Dilma Rousseff ao cargo de Presidente do Brasil, nas eleições de 2010. 2ª Texto: Inconformado com a vitória de Dilma Rousseff, ele renuncia à sua posição de opositor de mais um governo petista, nas páginas da revista.	1ª Texto: Eleitores que votaram na eleição de 2010 e que teriam o poder de decisão no pleito. 2ª Texto: Leitores da coluna que mantinham algum interesse em saber o posicionamento do enunciador no novo cenário político.	1ª Texto: Expor sua insatisfação pela eleição de Dilma Rousseff que dará continuidade ao governo anterior; argumentar a respeito da falta de discernimento do povo brasileiro ao escolher seus candidatos. 2ª Texto: Anunciar o fim de suas colunas para a revista <i>Veja</i> ; justificar seu posicionamento diante do novo governo petista.

Fonte: Adaptado de Bronckart (2003;2006)

⁷ Tabela 4 - Em meados de 2010, Diogo Mainardi foi para a Itália e de lá escrevia, quinzenalmente, para *Veja*. Nesse período, ele foi considerado o principal colunista da Revista.

Tabela 6 - Conteúdo temático das colunas de Diogo Mainardi**Conteúdo temático (referente) ordenado a partir das ações de linguagem**

1ª Texto: Dilma Rousseff é eleita Presidente da República, fato que comprova a inaptidão ao voto do povo brasileiro.

2ª Texto: O governo de Dilma Rousseff não será o foco das colunas de Mainardi como foi o governo de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva.

Fonte: Adaptado de Bronckart (2003; 2006)

A união dos fatores descritos nas tabelas 1 e 2 incidirão, diretamente, na finalização do objeto referenciado e construído pelo conteúdo temático conforme descrito na tabela 3.

Para Bronckart, o contexto de produção é, justamente, “o conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como um texto é organizado”, (2003, p.93). Esses parâmetros, descritos nas tabelas 1 e 2, formam um mosaico, um pano de fundo, que apresenta e justifica a produção do texto, fazendo-o produzir sentidos, já que os envolvidos interagem a partir dessas delimitações já previsíveis.

4.1.2 As cenas enunciativas e o *ethos* discursivo

Como já exposto no capítulo I, com base na AD de linha francesa, podemos compor o quadro enunciativo do gênero coluna de opinião a partir de suas cenas enunciativas e da constituição do *ethos* discursivo, particularidades que ampliarão a perspectiva do ISD exposta acima.

Para Maingueneau (2001), os gêneros enquadram-se em diferentes segmentos discursivos, que condicionam as características do dizer e revela o posicionamento social do enunciador, isso compõe o que o analista denominou de cena englobante.

Ao mesmo tempo, a cena englobante articula-se com uma cena genérica, uma forma de dizer materializada em um gênero discursivo; por esse viés, elaboramos o seguinte quadro para o nosso *corpus*:

Com Dilma, o PT chega em quinto – Veja, edição 2191, de 17/11/2010.

Cena englobante: Discurso Jornalístico

Cena genérica: Coluna de opinião

Já a cenografia emana da própria produção. É uma forma individualizada de apresentar o discurso. O enunciador, ao elaborar sua enunciação, planeja uma maneira de apresentá-la ao coenunciador, essa maneira, muitas vezes, inusitada, faz com que o enunciatário tenha acesso ao enunciado. A cenografia é uma espécie de “pano de fundo” para que o enunciado se componha. Vejamos como é constituída a cenografia na primeira coluna.

Com Dilma, o PT chega em quinto – Veja, edição 2191, de 17/11/2010.

Cenografia: Gênero literário: romance documental

O enunciador textualiza sua opinião, por meio de uma cenografia diversa – a comparação com personagens da literatura.

A autoridade do discurso literário, como forma de manifestação artística, foi a cenografia eleita pelo enunciador para expor sua crítica aos eleitores que levaram Dilma Rousseff à presidência da República. Ao citar o escritor Euclides da Cunha e seu romance, *Os Sertões* (1902), o enunciador busca, na memória discursiva, uma maneira de legitimar sua tese de que a formação do caráter nacional é repulsiva. A comparação entre dois momentos históricos – Guerra de Canudos e eleição de Dilma Rousseff – é uma estratégia camuflada pelo enunciador para orientar sua enunciação e envolver seu enunciatário.

O enunciatário, a princípio, pelo registro do enunciado, é apresentado a um enunciador desolado que garante não compreender o caráter brasileiro:

O leitor de VEJA já sabe o que esperar de mim: em matéria de prognósticos eleitorais, eu erro fatalmente, eu erro teimosamente, eu erro rumorosamente. Nos primeiros meses de 2008, prognostiquei que a candidata petista chegaria em quinto lugar. Dois anos e meio depois, estou aqui reivindicando meu erro. Errei, errei, errei. É bom errar. É bom repetir que errei. Só há um aspecto de meu trabalho de que realmente me orgulho: eu nunca tentei compreender a mente ou o comportamento de meus compatriotas. Eu me atormentaria se um dia, mesmo que por engano, acabasse acertando um resultado eleitoral. Os valores aos quais sou mais apegado ruiam [...]. (L. 1 a 8)

Porém, esse mesmo enunciador coloca, diante de seus enunciadores, um discurso legitimado pela história e pela literatura que conceitua, segundo ele, a composição do caráter nacional:

Analisando a campanha de Canudos, Euclides da Cunha delineou perfeitamente o caráter nacional. Os fanáticos de Antônio Conselheiro eram uns “brancos”, uns “primitivos”, uns “retardatários”, uns “retrógrados”, uns “impotentes”, uns “passivos”. Eles eram “uma turba de neuróticos vulgares”, de “desvairados”, de “desequilibrados incuráveis”. Eles eram “uma gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, vezada à mândria e à rapina”. Eles eram dotados de uma “moralidade rudimentar”, com uma série de “atributos que impediam a vida num meio mais adiantado e complexo”. Eles eram um retorno “ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie”. Euclides da Cunha compreendeu a mente e o comportamento dos brasileiros. Ao contrário de mim, ele jamais teria errado o resultado eleitoral. (L. 21 a 30)

Portanto, o enunciador, ao comparar as duas situações enunciativas, demonstra um tipo de caráter nacional, no qual ele crê. No entanto, ao apresentar esse caráter por meio de uma cenografia literária, ele confere ao seu enunciado uma dimensão ampla: a definição pejorativa para as massas populares, não é dele, mas de outra enunciação legitimada. Saber identificar essas características confere ao enunciador a capacidade superior de repúdio, de distanciamento dessa massa. Apesar de marcar no enunciado seu erro, na enunciação, esse erro constitui-se em um acerto. Assim, a enunciação atual justifica seu *status* de autenticidade, ela vai se validando no e pelo discurso imbricado com a literatura.

Nesse ponto, identificamos a elaboração do *ethos* discursivo, um desdobramento do enunciador, uma espécie de figura que emana do enunciado e, que domina todas essas particularidades. Essa personalidade confiável é a forma de exposição do enunciador, é a parte de sua personalidade que se torna apreensível ao enunciatário. Por meio de seu discurso, ele se apresenta como autoridade legitimada para afirmar o dito. O coenunciador tende a aceitar essa personalidade e, conseqüentemente, corroborar com a “verdade” do enunciado. A cenografia textual atrelada a uma arte universal e a um *ethos* categórico são regularidades nas duas colunas que compõem o *corpus*.

Vejamos como as cenas enunciativas se constituem no segundo exemplo.

Meu adeus como colunista – Veja, edição 2195, de 15/12/2010.

Cena englobante: Discurso Jornalístico
--

Cena genérica: Coluna de opinião

Nesse segundo exemplo, a cenografia que decorre do enunciado é uma composição teatral. Da interioridade do dito, o enunciador elabora um quadro que remete sua argumentação a uma representação do gênero dramático.

Meu adeus como colunista – Veja, edição 2195, de 15/12/2010.

--

O enunciado é exposto, por meio de um engendramento entre a temática apresentada e a cenografia promovida por ele. Com isso ele envolve seu coenunciador. No texto em análise, a intenção do enunciador é divulgar que essa seria sua última coluna de opinião sobre o quadro político nacional, mas para fazê-lo havia a necessidade de justificar sua decisão. Assim, o enunciador elabora uma cenografia que compara sua última coluna a um espetáculo teatral. Ele inicia suas considerações no excerto a seguir:

Esta é minha última coluna.

Eu passei oito anos zombando do lulismo. Se agora eu passasse a zombar do dilmismo, que é uma mera pantomima do lulismo, eu me tornaria uma mera pantomima de mim mesmo.

— Diogo é um Arlecchino! Diogo é um Pantalone! Diogo é uma Colombina! (L.4 a 8)

Essas são as primeiras referências ao universo teatral apresentado pelo enunciador, ao nomear as figuras representativas da *commédia dell'arte* italiana, ele cria uma cenografia para justificar o fim de suas produções contrárias ao governo petista.

Esse tipo de representação cômica, a que o enunciador se refere, surgiu na Itália, por volta do século XV e, depois se expandiu para a França; era uma manifestação artística mambembe, muito popular, até o século XVIII. Os atores viajavam pelos vilarejos e se apresentavam sempre com os mesmos personagens, todos mascarados, seguiam um roteiro simples e fixo adaptado às referências locais onde se apresentavam, utilizam da mímica como meio de comunicação eficaz devido aos inúmeros dialetos falados, assim seus roteiros eram uma pantomima, uma representação teatral focada nas repetições gestuais. Como as situações eram encenadas e, portanto irreais, pantomina tornou-se também sinônimo para logro ou enganação. Esse período marcou a história da arte e criou personagens, mundialmente, conhecidos como os citados na coluna de opinião⁸.

Ao se comparar a esses personagens – “— *Diogo é um Arlecchino! Diogo é um Pantalone! Diogo é uma Colombina! (L.8)*”⁹ – o enunciador configura duas situações enunciativas: a primeira é o fenômeno polifônico, pois quem fala não é o enunciador, mas representações de vozes coletivas que simbolizam seus interlocutores; a segunda é o aspecto metafórico dessa fala coletiva, caso continue produzindo opiniões sobre o mesmo governo, o mesmo partido, a mesma forma de fazer política, ele estaria revisitando a mesma temática que fora seu alvo durante oito anos. Suas colunas se tornariam repetitivas, mecânicas, enfadonhas, pois,

⁸ Informações disponíveis no site: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/127742/commedia-dellarte>>, acessado em 06 de janeiro de 2013.

⁹ Os personagens da *commédia dell'arte italiana* eram representações das classes sociais da época. Arlecchino e Colombina sua amada representavam a classe dos servos; Pantalone representava a figura burguesa, um personagem abastado e pai de uma filha interessada em se casar rapidamente.

segundo sua projeção, as mesmas ocorrências dignas de embate textual iriam ocorrer no governo Dilma.

Como na primeira coluna, notamos a emergência de um *ethos* confiável, seguro do discurso que defende, o enunciador faz surgir uma figura que se legitima diante do enunciatário. O ato de desejar parar de escrever é colocado como uma decisão sábia e madura. O *ethos* redimensiona o posicionamento do enunciador que não quer ser reconhecido por ser uma figura cômica ou por produzir “pantomimas”, portanto, o melhor é encerrar suas produções.

Com a introdução, em que se estabelece a cenografia teatral e com a configuração de um *ethos* convincente, o enunciador cria uma estratégia eficaz para conduzir seu interlocutor a compreender os motivos que o fizeram abdicar de sua coluna, ou seja, a cenografia e o *ethos* validam-se no interior do discurso. A configuração da cenografia é a grande manobra argumentativa do enunciador e, com ela sua enunciação se constitui.

Por fim, o enunciador passa para a conclusão retomando a cenografia teatral. Ao fazer referências aos escândalos políticos que se repetiram durante a gestão do ex-presidente Lula, ele os divide em atos, a divisão de um espetáculo. Porém, ele passa a desprezar esse tipo de encenação, por meio de uma descrição pejorativa e vergonhosa dela, como exposta no trecho a seguir:

O primeiro ato de um espetáculo grotesco, como aquele encenado pelo lulismo até 2006, pode despertar algum interesse. O segundo ato é inevitavelmente mais sonolento. Mas é o terceiro e último ato, repetindo as mesmas galhofas dos anteriores, que realmente entedia e aporrinha o espectador. Foi para poupar o público desse constrangimento que resolvi sair do palco. (L.35 a 39)

Ao finalizar a apresentação de sua cenografia e confirmar o fim de suas colunas de opinião, ele apresenta o seguinte excerto:

— Onde está o Arlecchino? Onde está o Pantalone? Onde está a Colombina?
(*Um espectador aplaude. Outro atira um tomate. Outro ronca. Luzes.*) (L.40 e 41)

Novamente, o enunciador recorre ao fenômeno polifônico. No trecho acima, seus interlocutores questionam o seu desaparecimento, porém o representam, por meio da linguagem metafórica, como os personagens cômicos da

commédia dell'arte, ou seja, o enunciador continua apegado aos recursos disponíveis no ambiente cenográfico que ele criou. No entanto, na finalização da coluna, ser uma figura cômica, já não é mais uma possibilidade como era na introdução, agora é um fato; para os interlocutores, representados pelo discurso polifônico, o enunciador se constituiu em um personagem caricato.

Essa construção final pode ter sido criada, a partir de um ideário que persegue o enunciador. Durante anos, como opositor do governo petista, ele apontou, criticou, expôs, denunciou inúmeros atos de corrupção do governo Lula, nas páginas de um dos veículos de informação mais lido do país. Para ele, seu árduo trabalho propiciou diferentes reações de seus enunciatários. Para alguns, suas produções surtiram o efeito pretendido, já para outros não. O que por si só, já constitui uma estratégia do enunciador que, aparentemente, posiciona-se como sobrepujado, mas que, na verdade, é vitorioso, porque conseguiu, de alguma forma, gerar incômodo a seus enunciatários.

O fato de na última linha do texto, a cenografia teatral ser finalizada com a seguinte rubrica – “*(Um espectador aplaude. Outro atira um tomate. Outro ronca. Luzes.) (L.41)*” confirma nossas afirmações. A reação de seus interlocutores é novamente colocada em evidência, com as ações de aplaudir, atirar tomates ou roncar, próprias de uma encenação polêmica. O enunciador textualiza, exatamente, a posição de diversos de seus interlocutores durante o tempo em que ele expôs o governo petista: o apoio dado a ele, as críticas e ações judiciais levantadas, o descrédito, a indiferença, mas acima de tudo o fato de que houve movimentações sociais a partir de seus discursos. Ou seja, o enunciador constitui uma enunciação em que ele evidencia sua superioridade, sua vitória.

Apesar disso, o enunciador consegue redimensionar, nessa finalização, como ele próprio se configura, após todos esses anos de intensos embates nas páginas do veículo e fora delas, surge a necessidade de parar. Ele justifica os motivos dessa obrigação, por meio de mais uma comparação metafórica que nos leva às linhas iniciais de seu texto, fechando uma espécie de círculo argumentativo, ao afirmar:

“VEJA é uma Ferrari. Para poder me livrar do dilmismo, estou pronto a ceder minha vaga na escuderia. O que eu quero, neste momento, é pilotar um kart. De agora em diante, escreverei apenas um artigo mensal para VEJA. (L.1 a 3)

A abdicação de sua coluna política vem ao encontro de seu desejo de não tratar mais de assuntos referentes a mais um governo comandado pelo PT. Após essa produção, o colunista escreveu mais dois artigos para *Veja* e encerrou sua participação como colunista da revista.

4.1.3 Recursos argumentativos: os fatores textuais

A coerência está, diretamente, associada ao fato de se atribuir sentidos a uma produção discursiva. Por um lado, ela é um aspecto que engloba o texto como um todo, sendo concebida por meio do estabelecimento de relações ou encadeamentos de sentidos entre os diversos elementos textuais, possibilitando que o interlocutor construa unidade de significação.

Por outro lado, o leitor necessita acionar determinados fatores, de ordem cognitiva, os quais são construções enunciativas históricas e individuais, que lhe proporcionarão atribuir sentidos diversos aos textos, são os fatores que pertencem à macroestrutura textual. Para Koch & Travaglia (2001, p. 59), “a construção da coerência decorre de uma multiplicidade de fatores das mais diversas ordens: linguísticas, discursivas, cognitivas, culturais e interacionais.” Os elementos textuais emergem do texto, mas só se efetivam fora dele, por serem dependentes de diversas relações de troca entre os parceiros, no ato comunicativo, por isso a coerência pertence ao campo denominado macroestrutura.

Nessa dissertação, articularemos o contexto de produção do ISD e as cenas enunciativas da AD a determinados fatores textuais que se fundaram como premissas da coerência, a saber: situacionalidade, intencionalidade/aceitabilidade e a intertextualidade; pois esses fatores contribuem ao compartilhamento de dados entre enunciador e enunciatário.

4.1.3.1 Situacionalidade

Ao analisarmos esse mecanismo constituinte da coerência, pretendemos comprovar que a construção textual é resultado de uma contextualização histórica determinada pelo enunciador e compartilhada pelos interlocutores. Para tal análise, transcreveremos algumas linhas da primeira coluna:

“O leitor de VEJA já sabe o que esperar de mim: em matéria de prognósticos eleitorais, eu erro fatalmente, eu erro teimosamente, eu erro rumorosamente. Nos primeiros meses de 2008, prognostiquei que a candidata petista chegaria em quinto lugar. Dois anos e meio depois, estou aqui reivindicando meu erro. Errei, errei, errei.” (L. 1 a 4)

A introdução do texto faz com que o leitor situar-se no tempo/espaço de uma enunciação marcada pelo emissor. A apropriação de um determinado momento histórico faz com que aquela produção tenha sentido consumado dentro daquele recorte temporal; pois tanto o produtor como seus interlocutores compartilhavam de todo um processo histórico que justificaria a produção escrita.

Ao iniciar suas considerações, o enunciador faz questão de identificar os envolvidos nesse processo de interlocução. Seu enunciatário é delimitado como “*o leitor de Veja... (L.1)*”, portanto, um leitor específico, de um veículo único, e a ele é atribuída a capacidade de antecipação dos fatos que serão enunciados, o enunciador complementa: “*já sabe o que esperar de mim...(L.1)*”. Por meio de um recurso argumentativo denominado por Koch (2004b) de marcador de pressuposição, identificado no recorte inicial do texto pela expressão – *já sabe* (advérbio + verbo factivo) – o enunciador direciona seu discurso, mesmo que as informações sejam novas o interlocutor torna-se uma espécie de cúmplice ou parceiro no processo enunciativo.

Outra forma de marcar a pressuposição é o uso da forma verbal no futuro do pretérito como no trecho a seguir retirado do excerto acima, “*Nos primeiros meses de 2008, prognostiquei que a candidata petista chegaria em quinto lugar*”, (L. 2 e 3). Ao tratar dos tempos verbais, Koch esclarece que há tempos verbais que são próprios do mundo comentado. A partir das características assinaladas pela pesquisadora, podemos associar os gêneros argumentativos, de caráter mais subjetivo, ao mundo comentado com função persuasiva. Koch afirma

No *mundo comentado*, o locutor responsabiliza-se, compromete-se com aquilo que enuncia, isto é, há uma adesão máxima do locutor ao seu enunciado, o que cria uma “tensão” entre os interlocutores que estão diretamente envolvidos no discurso; [...]. (2004b, p. 54)

No *corpus*, é o presente que se constitui como o tempo marcador da argumentação. Porém, em algumas passagens dos textos, encontramos formas

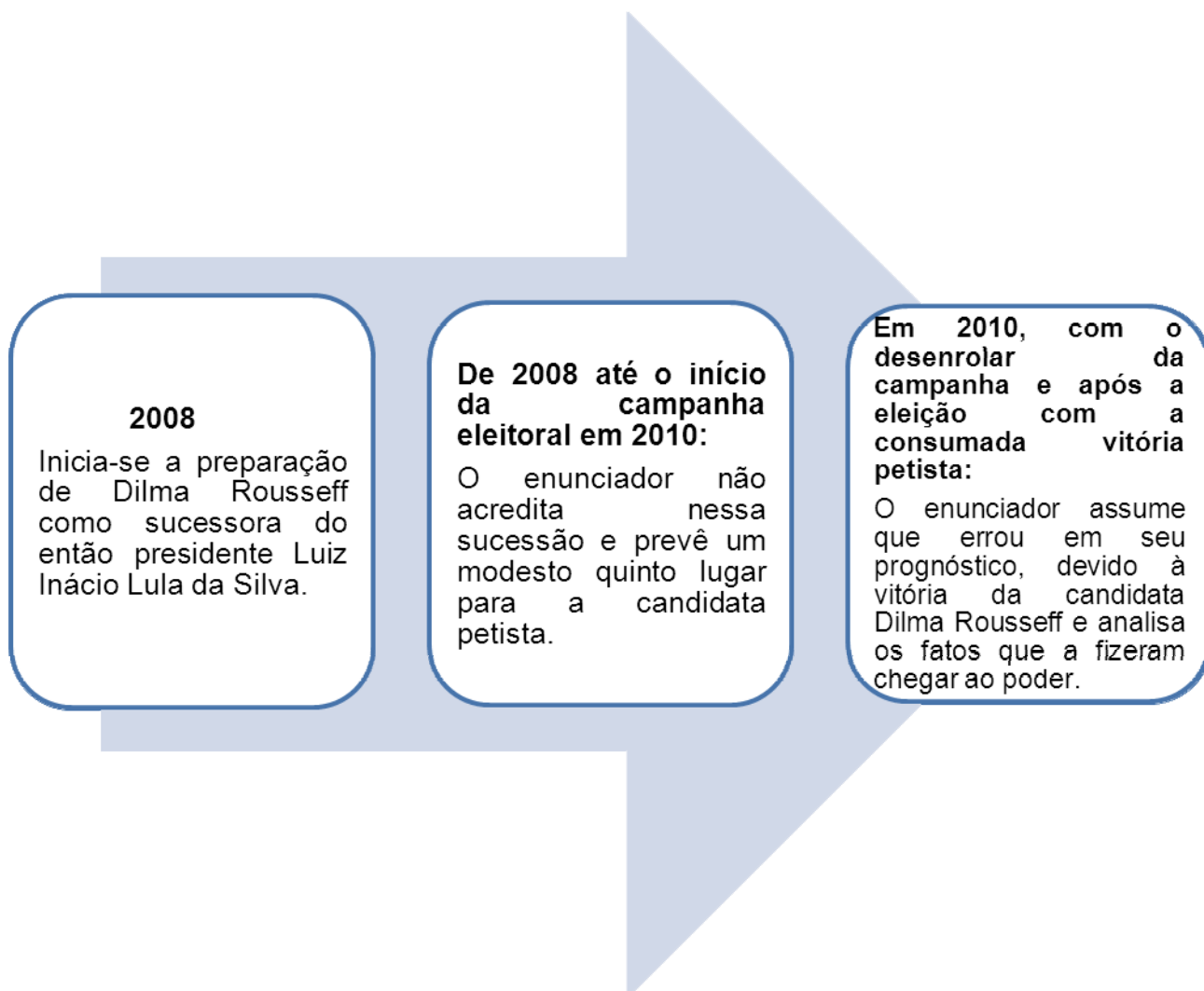
verbais conjugadas no futuro do pretérito, elas delineiam uma forma especial de o enunciador marcar a pressuposição de um fato. Koch (2004b, p. 57) esclarece “[...] o emprego de um tempo do mundo narrado em um texto do mundo comentado significa menor comprometimento, distância, irrealidade, cortesia, etc.”

Essas considerações fundamentam o fato de que, no primeiro trecho em análise (L.1 a 4), o enunciador assume como erro o fato de não ter acreditado que Dilma Rousseff chegaria à presidência da República, antes disso; ele acreditava em um modesto quinto lugar para ela: “[...], *prognostiquei que a candidata petista chegaria em quinto lugar (L.3).*”, seu posicionamento era de distanciamento ou não comprometimento com essa possibilidade. Ao ter a confirmação dele, seu erro é marcado, por meio da retrospectiva histórica que tenta explicar os motivos desse equívoco e marcando a situacionalidade, a emergência de se tratar desse tema.

Ao elaborar essas construções, o enunciador ativa a memória discursiva de seus enunciatários. Suas produções são rememoradas pelos seus parceiros de interlocução, evidenciado o mesmo tratamento dado ao tema e, o consequente posicionamento do enunciador diante dele. Isso configura uma representação sequencial e cronológica do tema. O enunciador mantém a coerência intelectual de seus registros, formando um quadro temático que pode ser acionado em outras circunstâncias produtoras. A temática político/brasileira, associada ao governo petista, foi seu foco durante oito anos, nas páginas de *Veja*.

Ao observarmos outros trechos grifados no excerto, notamos a importância que o produtor confere à cronologia no desenrolar dos fatos. O período de dois anos e meio justifica e motiva a produção.

No traçado a seguir, visualizamos os caminhos percorridos pelo enunciador para concretizar sua produção escrita, por meio de determinadas sequências de fatos marcados cronologicamente:



Na segunda coluna, a situacionalidade também é um fenômeno aparente, transcreveremos algumas passagens que justificam esse nosso posicionamento:

Eu passei oito anos zombando do lulismo. Se agora eu passasse a zombar do dilmismo, que é uma mera pantomima do lulismo, eu me tornaria uma mera pantomima de mim mesmo. (L. 5 a 7)

— Como é que se chama a mulher? A partir de hoje, esse é meu lema. (L. 18 e 19)

O primeiro ato de um espetáculo grotesco, como aquele encenado pelo lulismo até 2006, [...] (L. 35 e 36)

Ao verificarmos que a produção data de 2010, notamos que o trecho, “Eu passei oito anos zombando do lulismo. Se agora eu passasse a zombar do dilmismo, que é uma mera pantomima do lulismo, eu me tornaria uma mera pantomima de mim mesmo” (L. 5 a 7), situa o enunciatário entre os anos de 2002 e 2010, que correspondem ao período em que Luiz Inácio Lula da Silva esteve à frente da presidência da república.

As marcações temporais são reforçadas pelas formas como são nomeados os governos do PT. Com a inserção dos vocábulos “lulismo e dilmismo”, o enunciador busca rememorar, por meio dos sentidos do sufixo ISMO, a formação partidária de Lula e Dilma, aproximando-os no sentido de que compactuam da mesma doutrina ou corrente de pensamento político. É fundamental para essa reflexão evidenciar o sentido pejorativo que o enunciador atribui a essa posição política. Para ele, lulismo e dilmismo são pantomimas ou cópias. Em sua acepção popular e figurada, a palavra pantomima significa um embuste, logro¹⁰, portanto, é a partir desses sentidos que o enunciador aproxima as duas formas de governar.

Por isso, no excerto acima, o enunciador retoma, por meio da memória, o tempo que permaneceu com a função social de colunista da revista *Veja* e opositor de Lula. Ao atualizar o discurso, trazê-lo para o presente e, com isso a possibilidade de continuar produzindo suas colunas em oposição ao PT, seu trabalho seria, também, uma cópia, uma reprodução do que já havia feito anteriormente e, conseqüentemente, ele estaria logrando seus interlocutores.

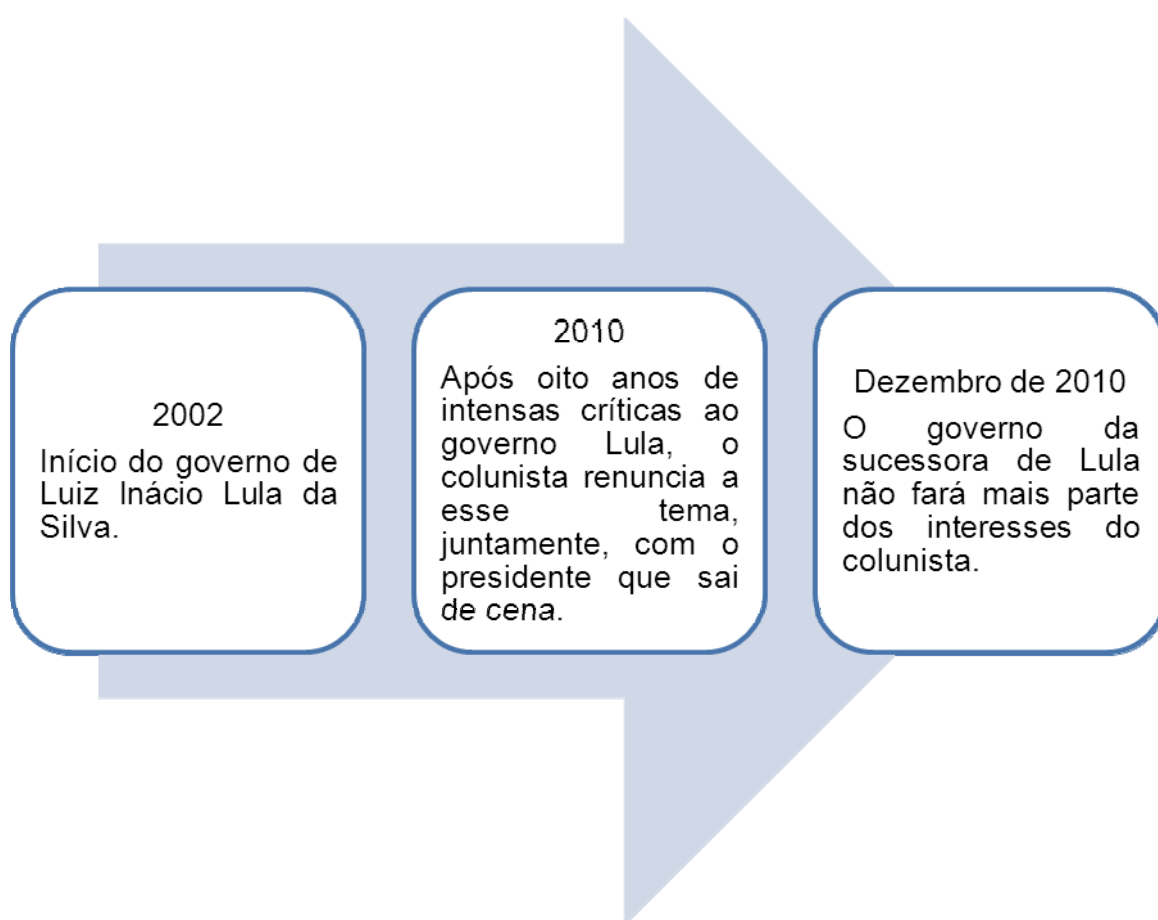
O enunciador reforça essa ideia ao, novamente, selecionar um verbo no futuro do pretérito, “eu me tornaria uma mera pantomima de mim mesmo” (L. 6 e 7), utilizando no enunciado um marcador de pressuposição. Isso nos leva à conclusão de que o enunciador precisa romper a conexão com essa temática, pois continuar nesse mesmo ofício o tornaria igual a seus opositores, algo que o enunciador jamais aceitaria. Deixar de escrever sobre essa temática é atitude honrosa, abdicar de sua coluna o torna vencedor.

O enunciador, nesse período, delimita fatores temporais que são memorados pelos seus parceiros, como o citado na finalização do texto – “O primeiro ato de um espetáculo grotesco, como aquele encenado pelo lulismo até 2006, [...]” (L. 35 e 36), nesse trecho, possivelmente, ele faz referência ao escândalo

¹⁰ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa*. Marina B. Ferreira e Margarida dos Anjos (coordenação e edição) 3ª Ed. Curitiba: Positivo, 2004.

político denominado pela mídia de “Mensalão”, ou seja, ao textualizar determinados fatos ocorridos na gestão de Lula, o enunciador reconstrói esse momento em uma nova enunciação que justifica seu posicionamento crítico e, ao mesmo tempo, estabelece um novo posicionamento: o de se abster em relação à nova gestão petista, ao questionar e afirmar: “— Como é que se chama a mulher? A partir de hoje, esse é meu lema.” (L. 18 e 19).

Essa atitude do enunciador pode ser situada no tempo da seguinte maneira:



Portanto, a situacionalidade é o fator que considera o momento histórico como justificativa para a produção escrita; os excertos marcam situações temporais e enunciativas específicas que foram lembradas pelo locutor, para que sua produção se fundamentasse. Os elementos demarcados acima confirmam que a situacionalidade é um fator textual que marca o contexto sócio-histórico de uma produção, incidindo, diretamente, nas condições de produção de um determinado discurso.

Costa Val (1991) concebe a perspectiva de que a situação ou contexto imediatos podem orientar tanto a produção como a recepção de um discurso, já que entre esses parceiros – produtores e receptores – há uma espécie de cooperação mútua para que sejam ativados os conhecimentos necessários ao estabelecimento da coerência, como o conhecimento prévio, compartilhado, enciclopédico ou de mundo. As colunas em análise são produtos de um agir de linguagem determinado pela situacionalidade que induziu sua elaboração e sua consequente recepção.

Atrelado a esses aspectos referentes à situacionalidade e sua convergência direta com as condições de produção temos a perspectiva já exposta do ISD que define o contexto de produção, como constituído por aspectos físicos e subjetivos que determinam o discurso. Esses aspectos envolvem as coordenadas temporais e espaciais da produção, bem como as posições sociais ou coletivas atribuídas ao enunciador e ao enunciatário.

Verificamos que a LT, ao estabelecer o conceito de situacionalidade e o ISD ao levantar aspectos referentes ao contexto de produção, dialogam entre si e convergem à mesma conclusão: não há como conceber a produção de um enunciado sem descontextualizá-lo de sua exterioridade de produção.

Portanto, em outro momento histórico, determinado por outras condições de produção, as justificativas e os objetivos do enunciador para elaborar sua enunciação não surtiriam os mesmos efeitos de sentido que os alcançados no momento da produção. A teoria da enunciação formulada por Benveniste é marco para essas nossas considerações, pois a tríade *eu-aqui-agora* é a perspectiva primária de qualquer produção enunciativa.

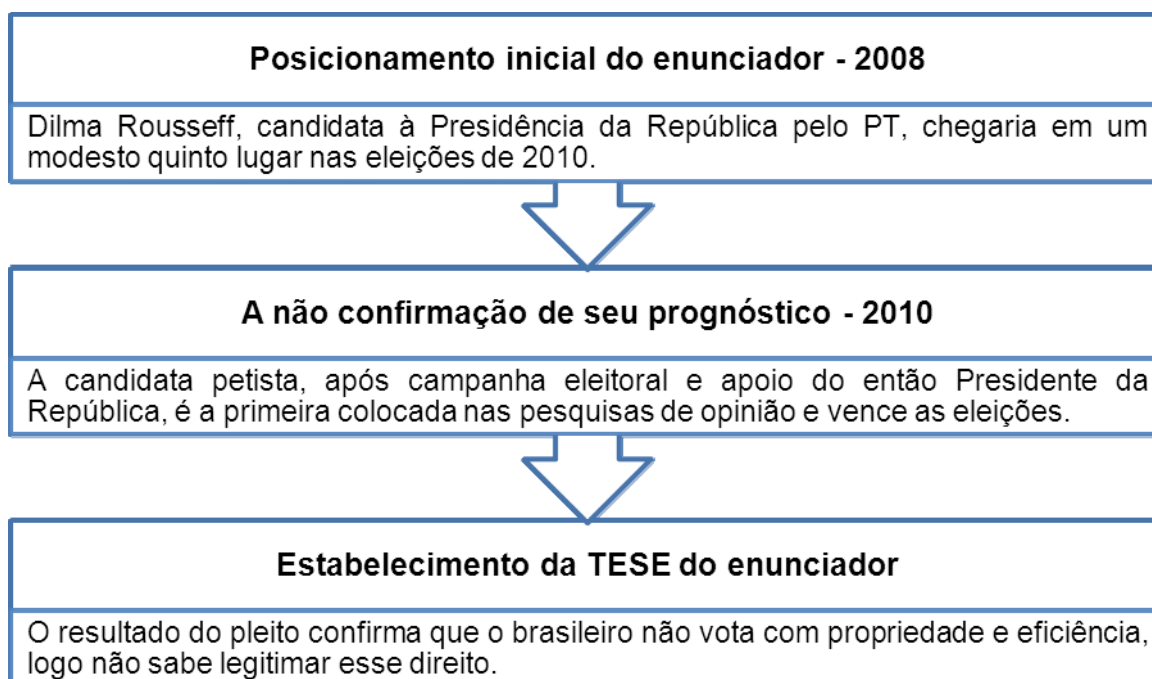
4.1.3.2 Intencionalidade/aceitabilidade

Este fator considera o grau de intenção que um enunciador deposita em sua produção, a intencionalidade conduz o interlocutor a decifrar os caminhos percorridos pelo enunciador, compreender seu discurso implícito, identificar as marcas textuais que confirmam seus propósitos e, sobretudo, confirmar a não existência de neutralidade nos discursos.

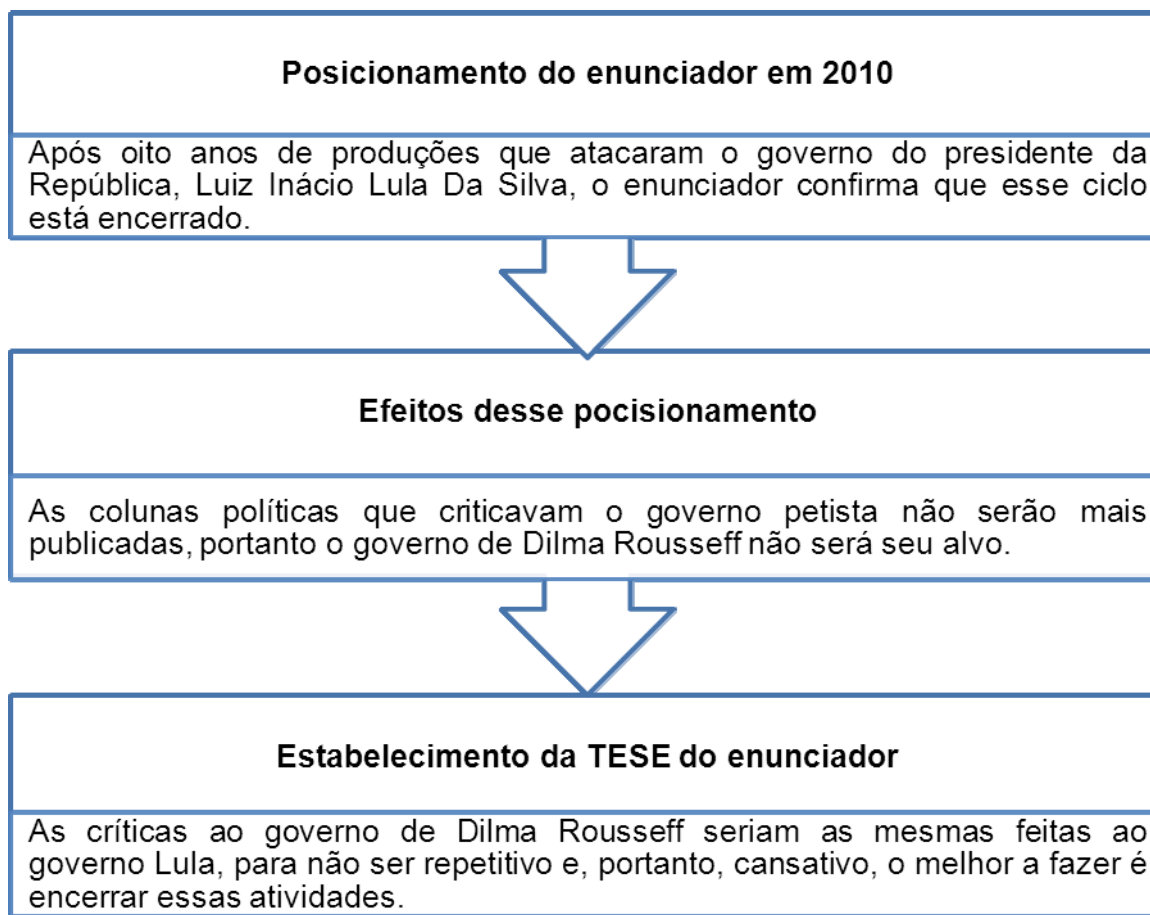
Todo discurso é conduzido por uma ideologia marcada e a intencionalidade é a clara identificação dessa ideologia que envereda o texto por um

caminho pré-estabelecido pelo enunciador. Ao desvendarmos suas intenções, identificamos sua ideologia, que emerge do texto, por meio de pistas deixadas por ele.

A seguir, identificaremos a intencionalidade do enunciador e, em seguida, os argumentos que a fazem transparecer, por vezes, em um discurso implícito, primeiramente, na coluna *Com Dilma, o PT chega em quinto*:



Na segunda coluna, as intenções do enunciador são explícitas, há uma posição clara frente ao governo petista, portanto, com um discurso que revela seu desdém, ele se propõe a não produzir nenhuma manifestação diante do governo de Dilma Rousseff. Suas intenções na coluna, *Meu adeus como colunista*, podem ser concebidas da seguinte forma:



As intenções que movem as produções são moldadas conforme as condições contextuais vão sofrendo alterações. A intenção de elaborar e registrar argumentos que defendam as teses – *o brasileiro não está apto ao voto consciente e abster-se de questionar o governo de Dilma Rousseff* – é um objetivo marcado pelo enunciador, cuja intenção é orientar o interlocutor a chegar a essas teses pré-estabelecidas.

Com o estabelecimento das teses, o enunciador define seu objeto de análise e configura, intencionalmente, um quadro representativo dela, ou seja, de forma consciente, ele utilizará expedientes diversos para convencer seu interlocutor e esses recursos serão representados linguisticamente.

É necessário conduzir o interlocutor a um propósito e, no gênero coluna de opinião, a linguagem, puramente, argumentativa desempenhará esse papel. Porém, esse feito é possível mediante a disponibilidade de aceitabilidade por parte do interlocutor que poderá validar ou não essa argumentação, ser ou não conduzido por ela. A constituição de um discurso que seja corroborado por seus interlocutores é o anseio do enunciador.

4.1.3.3 Intertextualidade

A intertextualidade é o fator que, textualizado com maestria, estabelece a coerência e faz o enunciatário compreender o valor argumentativo do recurso na estratégia persuasiva.

Sobre a intertextualidade, Koch (2006, p. 145-146) relata: “A intertextualidade *stricto sensu* ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte de uma memória social de uma coletividade ou da memória discursiva (...) dos interlocutores.” Ou seja, o intertexto constitui-se a partir de uma construção histórico-enunciativa, pois é retomado para ser reconstruído em nova situação discursiva.

Na coluna em análise, o intertexto é, por excelência, o fator textual mais expressivo utilizado pelo enunciador para confirmar sua tese e fazer o interlocutor chegar à sua conclusão previamente estabelecida. Nas linhas 15 a 22 e 24 a 38, o enunciador retoma um discurso constituído, historicamente, como argumento para sua tese, fazendo com que o fenômeno seja um recurso enunciativo para o estabelecimento de sua argumentação.

No excerto, o enunciador cita, de forma explícita, o escritor e jornalista Euclides da Cunha e trechos de sua obra *Os Sertões* (1902), com o objetivo de criar um argumento que justificasse uma identidade histórica para uma parte do povo brasileiro, identidade que está imbricada na concepção da população nacional, parcela tão expressiva que, segundo ele, foi o que garantiu a vitória de Dilma Rousseff.

Seguindo a tradição da visão cientificista da época, constituída por Euclides da Cunha, o enunciador transpõe tempo e espaço com o intuito de comparar fatos históricos distintos: a campanha de Canudos e a eleição para presidente da república em 2010. Porém, mais especificamente, o que estava em análise comparativa eram duas perspectivas de brasileiros, os seguidores de Antonio Conselheiro e os eleitores petistas que conduziram Dilma Rousseff ao poder, sua comparação tinha objetivo de asseverar que estes dois grupos, na verdade, eram iguais, pois demonstravam o mesmo caráter em sua constituição.

No primeiro excerto, identificamos o argumento intertextual explícito:

“De todos os nossos escritores, o único que conseguiu compreender a mente e o comportamento dos brasileiros foi Euclides da Cunha. Eu sempre recorro a ele quando tenho de tratar do assunto. [...] Euclides da Cunha podia interpretar o caráter de uma pessoa a partir do formato e da medida de suas orelhas ou de sua testa. Eu me pergunto como ele teria interpretado o formato e a medida das orelhas de um eleitor do PT,...” (L. 15 a 20)

No segundo excerto, temos a retomada do texto de Euclides da Cunha:

“Analisando a campanha de Canudos, Euclides da Cunha delineou perfeitamente o caráter nacional. Os fanáticos de Antônio Conselheiro eram uns “brancos”, uns “primitivos”, uns “retardatários”, uns “retrógrados”, uns “impotentes”, uns “passivos”. Eles eram “uma turba de neuróticos vulgares”, de “desvairados”, de “desequilibrados incuráveis”. Eles eram “uma gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, vezada à mândria e à rapina”. Eles eram dotados de uma “moralidade rudimentar”, com uma série de “atributos que impediam a vida num meio mais adiantado e complexo”. Eles eram um retorno “ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie”.

Euclides da Cunha compreendeu a mente e o comportamento dos brasileiros. Ao contrário de mim, ele jamais teria errado o resultado eleitoral.” (L. 21 a 30)

Constatamos, assim, a intenção do autor com seu argumento intertextual:

Partidários de Antonio Conselheiro – descrição de Euclides da Cunha	Partidários de petistas – descrição comparativa do enunciador
Branco, primitivos, retardatários, retrógrados, impotentes, passivos, desvairados, desequilibrados...	“De todos os nossos escritores, o único que conseguiu compreender a mente e o comportamento dos brasileiros foi Euclides da Cunha. Eu sempre recorro a ele quando tenho de tratar do assunto. [...] Euclides da Cunha podia interpretar o caráter de uma pessoa a partir do formato e da medida de suas orelhas ou de sua testa. Eu me pergunto como ele teria interpretado o formato e a medida das orelhas de um eleitor do PT, ...”

Turba de neuróticos vulgares, gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, vezada à mândria e à rapina, de moralidade rudimentar, retorno aos ancestrais da espécie...

“Euclides da Cunha compreendeu a mente e o comportamento dos brasileiros. Ao contrário de mim, ele jamais teria errado o resultado eleitoral.”

De forma explícita, o enunciador utiliza o texto modernista como uma espécie de argumento de autoridade para que concebamos o seguinte ideário – uma grande parcela da população brasileira herdou as características dos ancestrais de Canudos, o voto em um(a) candidato(a) petista exemplificaria esse apelo ao argumento intertextual.

Os Sertões (1902), de Euclides da Cunha, caracteriza-se como um romance documental, a obra está atrelada a uma perspectiva determinista e cientificista da realidade ainda em vigor no início do século XX. O romance narra a extrema desigualdade social existente no Brasil da época, entre o litoral urbanizado, representante do progresso; e o sertão esquecido, representante do atraso, a massa sertaneja que habitava essa região era desprovida de qualquer bem material ou social, assim se constituíram em presa fácil para o fanático Antônio Conselheiro.

Com uma visão técnica, herdada de sua profissão, Euclides da Cunha consegue aplicar com maestria as concepções realistas e naturalistas àquela situação, elaborando um quadro literário baseado nos aspectos cientificistas. A população de Canudos era uma continuidade, uma extensão do meio inóspito em que ela surgiu, associada a um período de guerra e extremas privações, aqueles homens eram condicionados ao princípio da animalização.

Essa perspectiva é adotada pelo enunciador da coluna ao recriar uma cena literária para comparar a população de Canudos e os eleitores petistas. Ao afirmar: *“Euclides da Cunha compreendeu a mente e o comportamento dos brasileiros. Ao contrário de mim, ele jamais teria errado o resultado eleitoral.”* (L.29 e 30) O enunciador atribui a Euclides da Cunha a capacidade de identificar, reconhecer, analisar e prever as escolhas dos eleitores brasileiros. A população de Canudos e a massa dos eleitores do PT, que conduziram Dilma Rousseff ao poder, são postos, no enunciado, no mesmo patamar de igualdade. A conclusão do enunciador aponta para o fato de que Euclides da Cunha teria percebido esses detalhes fundamentais.

Esse é o ponto essencial que norteou a elaboração do quadro intertextual pelo enunciador. Nas marcas linguísticas presentes no enunciado, ele afirma que não compreende a mente e o comportamento dos brasileiros, no entanto, não é isso que percebemos na enunciação, pois ao elaborar o quadro intertextual, o discurso retomado marca o repúdio do enunciador por pessoas com as características dos habitantes de Canudos. Com essa estratégia discursiva, o enunciador se distancia dos comparados a eles, ou seja, os eleitores petistas e, aproxima-se dos opositores. Ao analisarmos esse trecho, percebemos que o que é posto no enunciado não corresponde ao que é posto na enunciação. Dessa aparente oposição surge o *ethos* legitimado e apoiado por um discurso histórico: o intertexto de Euclides da Cunha.

Portanto nessas produções, a identificação da intertextualidade é essencial para a compreensão das informações que ela veicula. Segundo Bentes, Cavalcante e Koch (2008, p. 31),

Para serem as fontes de intertextos, de maneira geral, trechos de obras literárias, de músicas populares bem conhecidas ou textos de ampla divulgação pela mídia, bordões de programas humorísticos de rádio ou TV, assim como os provérbios, frases feitas, ditos populares etc, tais textos-fonte fazem parte da memória coletiva (social) da comunidade, imaginando-se que possam, em geral, ser facilmente acessados por ocasião do processamento textual – embora, evidentemente, não haja nenhuma garantia de que isso venha realmente a acontecer.

Os excertos de Euclides da Cunha retomados pelo enunciador, em uma nova enunciação, são colocados entre aspas, indicando que o discurso é alheio. Nesse caso, o interlocutor identifica, com clareza, que se trata de um intertexto; marcando a intertextualidade explícita. Porém, somente a pontuação, não é garantia que o fenômeno seja, adequadamente, compreendido como planejou o enunciador. Isso dependerá, em grande parte, do repertório armazenado na memória do interlocutor e de como essa memória trabalhará na constituição da nova enunciação. Esse fato prevê que enunciatário e enunciador compartilhem dos mesmos conhecimentos para que a enunciação se valide.

Mais amplo do que a textualização intertextual é a cenografia constituída pelo enunciador ao utilizar-se do recurso intertextual. O enunciador consegue criar uma base sólida, uma planificação estabelecida no e pelo discurso para que a nova enunciação se estabeleça.

O mesmo fenômeno ocorre nos diversos trechos, nas duas colunas, em que o enunciador nomeia determinadas pessoas, inclusive figuras históricas, com efeitos persuasivos. Sua intenção é traçar uma planificação cenográfica, para que a partir dela, o discurso se justifique. Na coluna, “*Com Dilma, o PT chega em quinto*”, o enunciador define, por meio de comparações, a formação do perfil do brasileiro, para tanto, ele enuncia a presença de determinadas figuras que servirão como base, como elementos que emergem da cenografia elaborada por ele para que o interlocutor consiga visualizar a comparação desejada. Um exemplo disso está presente nas linhas 9 a 14 da coluna, transcritas a seguir:

Quem compreende a mente e o comportamento dos brasileiros é Valdemar Costa Neto. Quem compreende a mente e o comportamento dos brasileiros é a Mulher Melancia. Quem compreende a mente e o comportamento dos brasileiros é Chico Buarque. Eles sabem o que os brasileiros querem. Eu só sei o que os brasileiros repelem. Eles repelem Antonello da Messina e Memling. Eles repelem Pitágoras e Empédocles. (L.9 a 14)

Por meio de uma repetição sistêmica e intencional, o enunciador tenta colocar duas vertentes em oposição. Ao estabelecer comparações entre o popular e o erudito¹¹, ele cria um referente que identifica o perfil do povo brasileiro: despreparado, mal informado e avesso à cultura, por meio da cenografia textual, o enunciatário visualiza essas figuras e é guiado pelo enunciador a corroborar com sua projeção.

As nomeações estabelecidas pelo enunciador possuem a função de criar dois estereótipos. Por um lado, as figuras populares, que remetem a uma representação negativa do eleitorado petista; por outro, as figuras eruditas, projetando uma imagem positiva que o enunciador faz de si mesmo; o denominado

¹¹ **Valdemar Costa Neto** (São Paulo, 1949-), político brasileiro. Em 2005, envolveu-se no escândalo de corrupção petista, denominado de “mensalão”, alvo de diversas acusações, para não ser cassado, renunciou ao cargo de deputado federal, em 1º de agosto de 2005.

Andressa Soares, conhecida como Mulher Melancia, (Rio de Janeiro, 1988-), dançarina de *funk*.

Francisco Buarque de Hollanda (Rio de Janeiro, 1944-), cantor, compositor e escritor. Partidário do PT.

Antonello di Giovanni d'Antonio, conhecido como Antonello de Messina, (Messina, 1430-1479), pintor italiano renascentista.

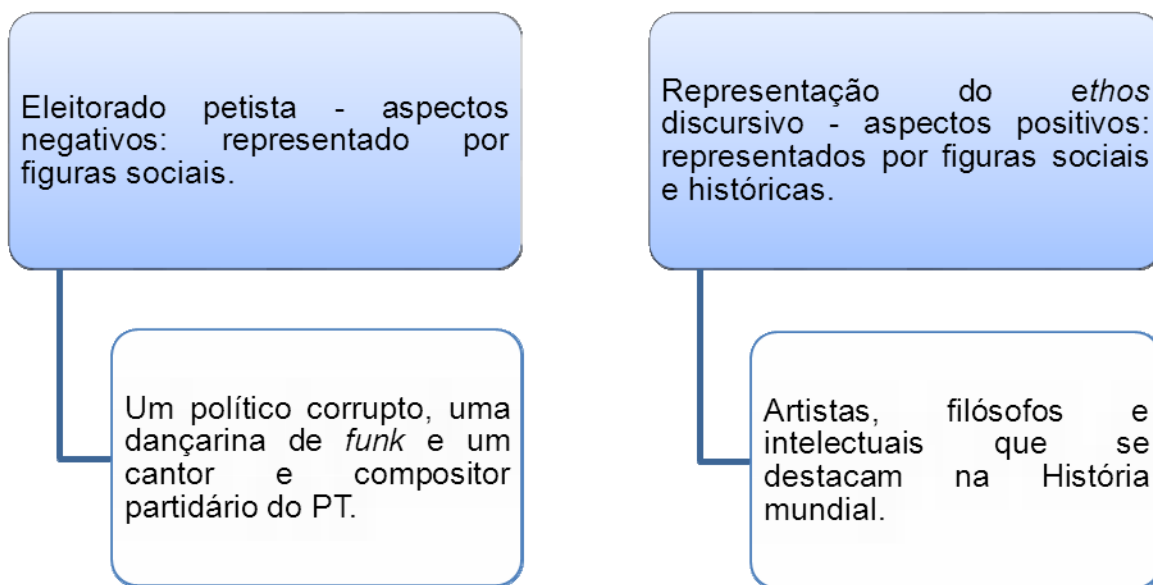
Hans Memling (Seligenstadt, 1430/1440-1494), pintor alemão.

Pitágoras de Samos (Samos, 570 a.C. Metaponto, 496 a.C.), filósofo e matemático grego.

Empédocles (495- 430 a.C.), filósofo, médico, legislador, professor e defensor da democracia grega.

ethos discursivo, a aproximação com esse *ethos* favorecerá um afastamento daquilo que é negativo.

Podemos apresentar a comparação dessas figuras da seguinte maneira:



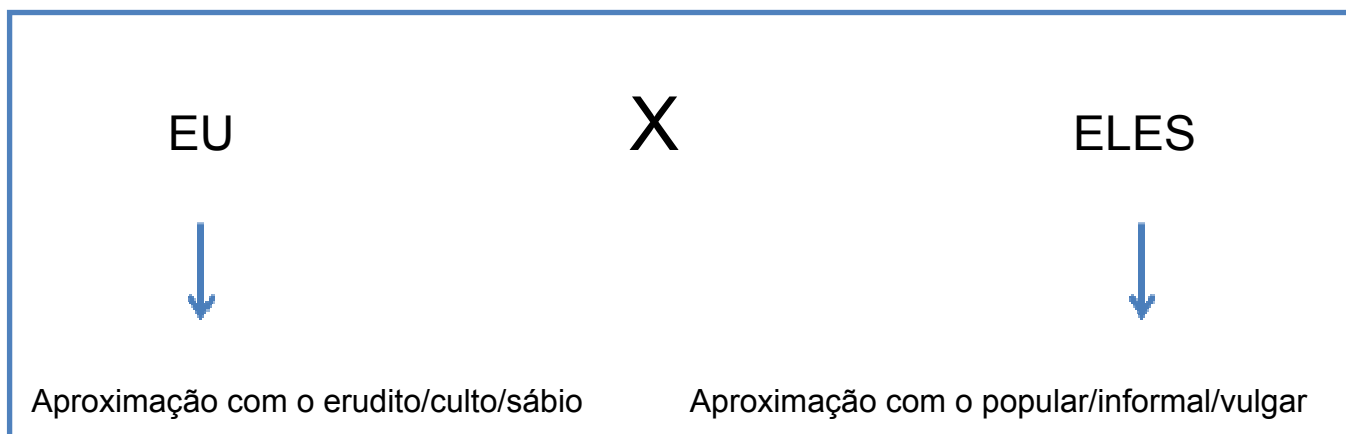
Com a mobilização desse quadro, o enunciador, por um lado, apresenta-se com uma imagem desejável; ao se apoiar em figuras de feitos notáveis, há uma autopromoção do enunciador, emergindo do enunciado e tentando persuadir seus enunciatários. Por outro lado, há um agenciamento negativo levantado pelas figuras sociais que ele evoca ao associá-las ao PT. Como a figura de Chico Buarque que é nomeada pelo apoio declarado do artista ao ex-presidente Lula¹² ou as demais que foram escolhidas, especialmente, porque seu estilo de vida ou seus feitos são desaprovados pela sociedade em geral ou pelo comportamento adequado que muitos acreditam que deveria reger as movimentações sociais.

Concluimos que o ideário que o enunciador deseja transmitir é a oposição e o distanciamento entre uma espécie de *EU & ELES*.

¹² Em 2006, em entrevista à *Folha de São Paulo* e a *Revista Trip*, Chico Buarque manifestou seu apoio à Lula. As entrevistas estão disponibilizadas nos links abaixo:

Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u60177.shtml>>, acesso em 12 de dezembro de 2012.

Disponível em <http://www.chicobuarque.com.br/texto/entrevistas/entre_trip_0406.htm>, acesso em 12 de dezembro de 2012.



Esse tipo de artifício é uma regularidade nas produções que estamos analisando. Na coluna, “*Meu adeus como colunista*”, ocorre o mesmo fenômeno, ao textualizar seu desdém em relação ao governo petista de Dilma Roussef, o enunciador pontua:

A partir de hoje, esse é meu lema. Eu posso falar sobre Bartolomeo Bom. Eu posso falar sobre Anco Marcio. Eu posso falar sobre Cosmè Tura. Quem mais? Eu posso falar sobre Sexto Empirico. Eu posso falar sobre Pavel Chichikov. Eu posso falar sobre Pepe Le Pew. Só a presidente eleita está proibida de entrar em meu flat mental. Sobre ela, minha resposta será sempre a mesma:
— Como é que se chama a mulher? (L.19 a 24)¹³

Nesse trecho da segunda coluna, o enunciador evoca outras personalidades, novamente, as imagens históricas e eruditas são acionadas – artistas, filósofos, poetas, músicos – com o objetivo de aproximar a figura do enunciador às personalidades de caráter memorável, criando, por meio da cenografia textual, um *ethos* positivo e nobre. No excerto acima, há um aspecto curioso, o enunciador vai de uma gradação, iniciando com as figuras históricas, até chegar a uma figura do entretenimento, o personagem animado Pepe Le Pew. Com

¹³ **Bartolomeo Bon** (ou **Buon**; falecido depois de 1464 na Itália), escultor e arquiteto italiano.
Anco Márcio (Roma, 675 - 616 a.C), pertenceu à série de reis lendários que governaram Roma até 509 a.C.
Cosimo Tura (1430 - 1495), pintor italiano do começo da Renascença e considerado um dos fundadores da Escola de Ferrara.
Sexto Empirico, médico e filósofo grego que viveu entre os séculos II e III a.C.
Pavel Chichikov (Washington-DC), poeta e fotógrafo, sua grande inspiração é de origem católica sacra.
Pepé Le Pew ou **Pepe Le Gambá** é um personagem fictício, criado pela Warner Bros. Entertainment para o universo Looney Tunes. Foi idealizado por Chuck Jones, em 1930. De nacionalidade francesa, tem como características o seu mau cheiro peculiar e seu romantismo exacerbado.

essa evocação, o enunciador revela que qualquer assunto interessará a ele, menos os que se referem à nova presidente.

Com a intenção enunciativa de se opor com superioridade em relação aos apoiadores do PT, o enunciador estabelece planos cenográficos com o objetivo de buscar a aceitação de seus interlocutores e, conseqüentemente, persuadi-lo a acreditar nelas como verdade absoluta, por meio do compartilhamento de informações oriundas de outras enunciações. Portanto, esse fenômeno enunciativo, que se repete nas produções por nós analisadas, é concebido a partir de referências intertextuais ou pela retomada de discursos anteriores que legitimam a produção de um novo ato enunciativo.

No primeiro trecho analisado, o enunciador, ao expor seu ponto de vista, cria um referente de brasileiro baseado em estereótipos e, como todo discurso que se veicula pode ou não ser bem aceito, o colunista foi criticado e questionado, na época, por muitos leitores de suas produções, principalmente, pela maneira heterogênea de se referir aos brasileiros, por vezes, foi acusado e inquirido judicialmente pela forma como expressava suas opiniões e, principalmente, por nomear seus desafetos. Porém, mesmo com essas polêmicas acirradas, o sucesso de suas produções era inegável, muitos o liam quer para compartilhar da mesma opinião, quer para criticá-lo, inclusive, suas colunas alimentavam diversos outros gêneros na revista como entrevistas, carta do leitor, charges, entre outros.

4.1.4 Recursos argumentativos: elementos linguísticos

Em seguida, analisaremos o texto pelo viés da Semântica Argumentativa, por meio da identificação dos vocábulos que contribuem para que o grau de argumentatividade do texto seja desvendado.

4.1.4.1 Modalizadores

São chamados de modalizadores determinados advérbios ou locuções adverbiais que, no nível do discurso, contribuem para a argumentação, ao avaliarem, substancialmente, a ação do enunciador diante de alguns fatos expressos por ele.

O enunciador, ao utilizar esse recurso argumentativo, faz uma avaliação convincente, ou seja, a modalização confere ao enunciado os valores que o locutor deseja e permite que o leitor se identifique, demonstrando suas crenças, emoções, atenuações, imposições, entre outras formas avaliativas de se expressar.

Essa classe gramatical contribui para que, no nível discursivo, haja a identificação do posicionamento do enunciador diante de uma ação descrita por ele, por meio dos advérbios modalizadores, notamos sua avaliação objetiva (lógica) ou subjetiva (afetiva) dos fatos.

São exemplos de modalizadores na primeira coluna:

O leitor de VEJA já sabe o que esperar de mim: em matéria de prognósticos eleitorais, eu erro fatalmente, eu erro teimosamente, eu erro rumorosamente. (L. 1 e 2)

É bom errar. É bom repetir que errei. Só há um aspecto de meu trabalho de que realmente me orgulho: eu nunca tentei compreender a mente ou o comportamento de meus compatriotas. (L. 5, 6 e 7)

Analisando a campanha de Canudos, Euclides da Cunha delineou perfeitamente o caráter nacional. (L. 22 e 23)

Por meio do uso dos modalizadores, identificamos uma ressignificação atribuída aos verbos *errar*, *orgulhar* e *delinear* nos três exemplos descritos.

O verbo *errar*, no primeiro exemplo, é naturalmente intransitivo não necessitando de complementos que seriam essenciais à sua compreensão, porém ao agregar a ele uma circunstância modalizadora específica, o enunciador cria um efeito de sentido único, a ação de errar passa por uma continuidade subjetiva que vai se intensificando por meio da tripla modalização. O ato de errar é redimensionado e atinge proporções que envolvem o enunciador emocionalmente.

“[...] eu erro ⇒ fatalmente,

eu erro ⇒ teimosamente,

eu erro ⇒ rumorosamente.



Modalizadores subjetivos

A repetição sucessiva de advérbios terminados com o sufixo *mente*, é um fenômeno explicado por Cunha & Cintra (2007) como uma forma de intensificação ainda mais argumentativa, o verbo *errar*, que está sendo modificado pela ação tripla dos modalizadores, tem sua significação reconstruída por meio de uma avaliação intensificadora e exagerada, mas convincente e apropriada para o enunciado elaborado, marcando a subjetividade do enunciador diante da ação por ele descrita, principalmente, por haver uma coincidência entre sujeitos, o mesmo sujeito gramatical expresso na oração é o sujeito que enuncia a informação.

No segundo exemplo, o modalizador é acionado, também, para imprimir o efeito avaliativo que o enunciador deseja dar ao período. No entanto, é a partir dessa construção subjetiva que compreendemos o efeito de sentido pretendido, a significação atribuída a *errar* não é negativa, como se supõe uma primeira leitura, mas positiva. Ao relermos o trecho, identificamos o efeito de sentido pretendido pelo enunciador:

É bom errar. É bom repetir que errei. Só há um aspecto de meu trabalho de que realmente me orgulho:



Modalizador subjetivo

... eu nunca tentei compreender a mente ou o comportamento de meus compatriotas. (L. 6 a 9)

O erro, para o enunciador, é concluir que não compreende o voto em Dilma Rousseff; e tal incompreensão não é negativa, mas positiva. Para ele, seu erro é bom, agradável e lhe causa orgulho, ele transmite a certeza de que jamais compartilhará dos mesmos ideais de um eleitor petista. Logo, seu erro não se constitui um desvio, mas um acerto. Por isso, os vocábulos inscritos no interior do enunciado são ressignificados na essência do discurso.

A função avaliativa dos modalizadores contribui para a construção desses novos sentidos. O modalizador, “*realmente*” no período, marca um julgamento proferido pelo enunciador sobre os aspectos envolvidos em seu trabalho, marcando a subjetividade textual.

O último exemplo dessa série de modalizadores realiza, também, uma avaliação subjetiva do enunciado, porém, nesse exemplo, o sujeito gramatical não se refere ao enunciador, mas a um dos referentes textualizados no enunciado:

Analisando a campanha de Canudos, Euclides da Cunha delineou perfeitamente o caráter nacional.



Modalizador subjetivo

Nesse período, a evocação da cena literária e da figura histórica do pré-modernista Euclides da Cunha, textualizados em uma cenografia formulada nessa enunciação, revela que só o autor conseguiria expor o caráter dos brasileiros, eleitores do PT, assim como compreendeu o caráter dos partidários de Antônio Conselheiro, na Guerra de Canudos.

O modalizador utilizado pelo enunciador atribui ao verbo *delinear* uma função ainda mais precisa, o perfil de caráter nacional traçado por Cunha é avaliado, pelo enunciador, com o modalizador *perfeitamente*, indicando a maneira criativa com que ele eternizou, por meio de um romance, características que permaneceram vivas na constituição de uma parcela dos brasileiros.

Na segunda coluna, também, encontramos exemplos de como o enunciador se apropria dos modalizadores em função da argumentatividade e da produção de sentidos. Analisaremos os seguintes excertos do texto:

Eu sei que o lulismo está feliz de se separar de mim, mas garanto que eu estou incomparavelmente mais feliz de me separar dele. (L. 14 e 15)

Rubens Barrichello compreendeu a natureza do dilmismo. Quando lhe perguntaram o nome da presidente eleita, ele respondeu sabidamente:

— Como é que se chama a mulher? (L. 16 a 18)

O primeiro ato de um espetáculo grotesco, como aquele encenado pelo lulismo até 2006, pode despertar algum interesse. O segundo ato é inevitavelmente mais sonolento. Mas é o terceiro e último ato, repetindo as mesmas galhofas dos anteriores, que realmente entedia e aporrinha o espectador. Foi para poupar o público desse constrangimento que resolvi sair do palco. (L. 35 a 39)

Nesse trecho, o enunciador privilegia o uso de modalizadores que passam a avaliar, subjetivamente, seus enunciados, constituindo uma regularidade em seu discurso. No primeiro exemplo, temos a seguinte composição mediada por um modalizador:

Eu sei que o lulismo está feliz de se separar de mim, mas garanto que eu estou incomparavelmente mais feliz de me separar dele. (L. 14 e 15)



Modalizador subjetivo + Intensificador

A novidade, em relação a essa modalização, é a presença do intensificador (*mais*), ou seja, a escolha do modalizador (*incomparavelmente*) não foi o suficiente para o enunciador expressar sua satisfação em deixar de propagar juízos sobre a atuação do ex-presidente Lula; portanto, ele intensifica sua avaliação ao modificá-la de forma ativa, por meio do intensificador. Ao ler o período, o enunciatário visualiza os aspectos afetivos que pairam no enunciado, mediante essas escolhas do enunciador.

Essa artimanha linguística, para Koch (2004a), é um recurso persuasivo, é uma forma de criar uma parceria entre os interlocutores, o enunciatário é envolvido pelos aspectos emocionais oriundos da construção elaborada pelo enunciador.

A mesma avaliação é feita no segundo exemplo selecionado:

Rubens Barrichello compreendeu a natureza do dilmismo. Quando lhe perguntaram o nome da presidente eleita, ele respondeu sabiamente:



Modalizador subjetivo

— Como é que se chama a mulher? (L. 16 a 18)

O discurso do piloto Rubens Barrichello, não é somente citado, sua transcrição vem acompanhada de uma apreciação modalizadora. O fato de o piloto não saber o nome da presidente eleita quando questionado, é para o enunciador uma atitude sábia. Não temos subsídios para afirmar que a resposta de Rubens Barrichello foi elaborada por desprezo à presidente eleita, mas o uso que o enunciador desejou fazer dessa enunciação foi exatamente esse, o de marcar, linguisticamente, seu desdém, sua desconsideração com a recém-eleita Dilma Rousseff.

A dupla de modalizadores usada no último exemplo trata de apreciações subjetivas feitas pelo enunciador sobre os escândalos políticos que envolveram o governo Lula. Vejamos o trecho a seguir:

O primeiro ato de um espetáculo grotesco, como aquele encenado pelo lulismo até 2006, pode despertar algum interesse. O segundo ato é inevitavelmente mais



Modalizador subjetivo + Intensificador

sonolento. Mas é o terceiro e último ato, repetindo as mesmas galhofas dos anteriores, que realmente entedia e aporrinha o espectador.



Modalizador subjetivo

Foi para poupar o público desse constrangimento que resolvi sair do palco. (L. 35 a 39)

Neste trecho conclusivo da coluna, é evidente a visualização da cenografia elaborada pelo enunciador para compor sua exposição argumentativa. A cenografia teatral é retomada na finalização do texto, e a divisão do gênero dramático em atos é acionada para memorar os escândalos políticos ocorridos durante a gestão do PT na presidência da República¹⁴.

¹⁴ Reportagem da Folha de São Paulo, disponibilizada para o site www.uol.com.br, em que os grandes casos de corrupção política, no Brasil, são lembrados, dentre eles os que ocorreram no mandato de oito anos de Lula. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/969547-maiores-casos-de-corrupcao-do-pais-ainda-se-arrastam-na-justica.shtml>>, acesso em 12 de dezembro de 2012.

A princípio, podemos supor que essa divisão em atos faça referência a três casos de corrupção política ocorridos entre 2005 e 2008 que abalaram a opinião pública, no Brasil. Primeiro, o esquema ilícito de pagamento de propina a políticos que ficou conhecido como *Mensalão*, em 2005 e 2006. O segundo veio a público, também em 2006, e ficou conhecido como a *Máfia dos Sanguessugas*, um esquema de superfaturamento na compra de veículos utilizados na saúde; e, por fim, em 2008, a *Operação Navalha*, investigação policial que confirmou e expôs casos de corrupção envolvendo um programa de expansão do governo.

Esses casos foram debatidos em várias colunas publicadas pelo enunciador, nas páginas da revista *Veja*; ao supor que o governo de Dilma Rousseff seria uma continuação do governo Lula, ele retoma esse quadro cenográfico para justificar o fim de suas produções escritas e finaliza com a retomada da cenografia teatral, ao afirmar que “[...] *Foi para poupar o público desse constrangimento que resolvi sair do palco.(L.41)*”. Ele não mais desejaria escrever sobre os mesmos problemas novamente.

Essas colocações são avaliadas por meio dos modalizadores subjetivos usados pelo enunciador. Em uma gradação, o enunciador chama o primeiro escândalo de corrupção de “espetáculo grotesco”, despertando seu interesse; porém o segundo, como já era esperado por ele, foi considerado como “*inevitavelmente mais sonolento*” e, por fim o terceiro chega ao ápice e “*realmente entedia e aporrinha o expectador*”.

Ao textualizar dessa forma, o enunciador descreve sua indiferença decorrente do fato de que os escândalos de corrupção se sucediam de tal forma que se tornaram corriqueiros, naturais, e escrever sobre ele seria cada vez mais enfadonho e obsoleto.

A partir da análise dos modalizadores presentes no texto, concluímos que, em sua totalidade, eles possuem caráter avaliativo, delineando um perfil subjetivo dos enunciados, e que o uso deles é uma regularidade no corpus. Isso confirma que os modalizadores subjetivos identificam, com mais clareza, a opinião do enunciador e os caminhos por ele percorridos, para conduzir, argumentativamente, o interlocutor a determinadas conclusões.

Neves (2000) faz dois apontamentos essenciais quanto ao uso dos modalizadores. O primeiro refere-se ao fato de que os advérbios, de forma generalizada, são elementos satélites, ou seja, agem em torno de um núcleo, porém

essa função satélite acarreta inúmeras modificações a esse núcleo que pode ser um verbo, um adjetivo e, inclusive outro advérbio. O ato enunciativo de associar um advérbio a uma dessas outras classes é uma escolha intencional e linguística feita pelo enunciador, tal ação passa a modificar ou a ressignificar os enunciados como comprovado acima. O segundo é o caráter emotivo ou afetivo oriundo do uso dos modalizadores descritos por nós nos excertos do *corpus*.

Sobre esse tipo de modalização emotiva, Neves (2000, p. 253) afirma que “Essa manifestação pode ser apenas subjetiva, isto é, envolver simplesmente as emoções ou sentimentos do falante, [...], mas pode, também, ser intersubjetiva, interpessoal, isto é, envolver um sentimento que se defina pelas relações entre falante e ouvinte [...]”.

No último caso por nós analisado, a relação entre enunciador/enunciatário, por meio dos modalizadores chega a ser intersubjetiva ou interpessoal. O enunciador afirma que se tornará repetitivo para seu público se continuar na mesma linha crítica já marcada há oito anos. Ao acreditar nisso, ele prefere não mais repetir o mesmo discurso.

4.1.4.2 Operadores argumentativos

Os operadores argumentativos funcionam como marcas linguísticas e argumentativas da situação enunciativa, eles para determinar o valor persuasivo de uma construção linguística; por meio de seu uso identificamos a *orientação argumentativa* (Koch, 1987) dos enunciados, antecipando as conclusões delimitadas pelo enunciador.

Para Koch (1987), a escolha de determinados operadores situam a argumentação em uma espécie de *escala argumentativa*, a qual marcará os argumentos com maior ou menor grau de argumentatividade dentro do discurso.

Ao optar pelo uso de determinados operadores, o enunciador deflagra intenções que são marcadas, linguisticamente, já que ele seleciona classes gramaticais que, no nível discursivo, desempenharão o papel de fios condutores de sua argumentação, objetivando a consequente adesão do interlocutor.

A seguir, analisaremos alguns excertos das colunas que compõem o *corpus* e são marcados pelo uso de operadores argumentativos:

- **Operador restritivo**

1ª Coluna

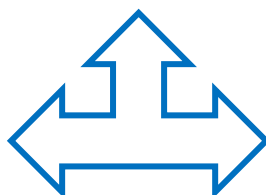
Só há um aspecto de meu trabalho de que realmente me orgulho... (L.5 e 6)

No exemplo, o vocábulo *SÓ* é um satélite que direciona para um núcleo. Nesse caso, o verbo haver é o núcleo, portanto, ele possui a função de modificar o efeito de sentido desse verbo, funciona como uma avaliação subjetiva do enunciador diante da existência de diversos aspectos que cercam seu trabalho.

Ao optar pela expressão, o enunciador, argumentativamente, restringe um único aspecto de seu trabalho em oposição aos demais, sua intenção é que o interlocutor seja guiado pelo seguinte esquema norteador:

/SÓ/ me orgulho de um

Há vários aspectos em meu trabalho



nunca ter tentado compreender a mente ou o comportamento dos brasileiros.

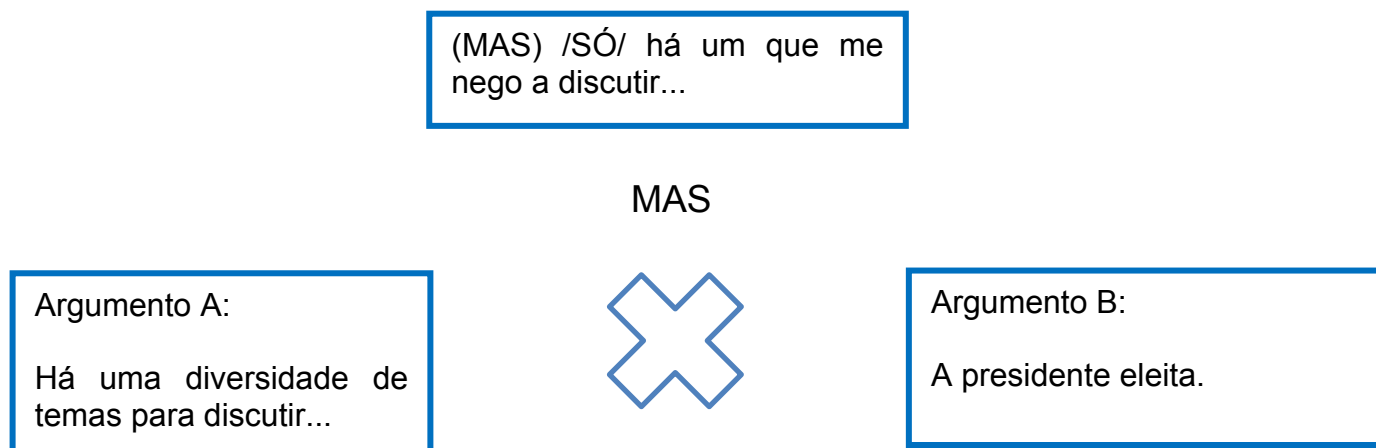
Na segunda coluna, também, há a presença do mesmo operador e com o mesmo efeito de sentido. A seguir transcreveremos o trecho:

2ª Coluna

Eu posso falar sobre Bartolomeo Bon. Eu posso falar sobre Anco Marcio. Eu posso falar sobre Cosmè Tura. [...] Eu posso falar sobre Sexto Empirico. Eu posso falar sobre Pavel Chichikov. Eu posso falar sobre Pepe Le Pew. Só a presidente eleita está proibida de entrar em meu flat mental. (L. 19 a 23)

Nesse caso, o enunciador elenca várias personalidades que foram escolhidas com o intuito de salientar que essa diversidade pode fazer parte de seu repertório discursivo; mas, ao restringir a figura da presidente eleita, ele cria uma espécie de oposição entre a variedade de temas que poderá discutir e a negação

em escrever sobre a presidente. A compreensão do período pode ser assim esquematizada:



Subentendemos a presença de um operador de sentido adversativo nessa construção, a inferência dele marcaria a oposição atribuída, pelo enunciador, entre a diversidade de temáticas disponíveis em relação àquela que ele se restringe a não falar.

O vocábulo *SÓ*, em um nível discursivo, é denominado de operador argumentativo de valor restritivo, porque é essa relação de sentido que seu uso faz emergir no enunciado.

Neves (2000, p. 304) marca o operador *SÓ* como tendo uma propriedade *exclusivo-restritiva* quando associado a uma negação. É necessário considerar esse fato, já que as duas conclusões a que o enunciador nos direciona possuem valores negativos – “*nunca ter tentado compreender a mente ou o comportamento dos brasileiros*” – “*a presidente eleita está proibida de...*” – mesmo que *NUNCA* e *PROIBIDA* sejam, respectivamente, classificados como advérbio de tempo e participio do verbo proibir, eles carregam em sua carga semântica a noção de negação.

- **Operador alternativo**

O operador foi encontrado na primeira coluna, retomamos o período abaixo:

...eu nunca tentei compreender a mente ou o comportamento de meus compatriotas.
(L. 6 e 7)

A palavra *OU* é, gramaticalmente, uma conjunção coordenativa alternativa, isto é, o produtor relaciona duas possibilidades de mesmo valor semântico. A conjunção *OU* possui características semânticas de alternância ou de escolha, no exemplo acima, a conjunção comporta uma disjunção de caráter alternativo.

O desmembramento do período permite a observação desse fenômeno:

Eu nunca tentei compreender a mente dos meus compatriotas.

OU

Eu nunca tentei compreender o comportamento dos meus compatriotas.

Os períodos simples são construídos a partir de uma perspectiva que marca o paralelismo sintático e semântico do enunciado. As orações mantêm entre si uma relação de disjunção, pois o enunciador quer orientar o interlocutor a concluir que ambas as orações possuem o mesmo efeito de sentido, a mesma relação semântica. Para Koch (1987, p. 128), “A disjunção inclusiva [...] é verdadeira se uma das preposições ou ambas forem verdadeiras. O **ou** [...] no caso, significa **um ou outro, possivelmente ambos.**” (grifo da autora)

Ao delimitar um tipo de construção, utilizando determinado operador argumentativo, o enunciador concretiza a progressão textual, por meio da coesão sequencial e, neste caso, ao usar a estratégia do paralelismo sintático e semântico, conferiu ao enunciado um efeito de sentido intencionado por ele.

- **Operador condicional**

Para Koch, as conjunções condicionais marcam relações lógicas de sentido e promovem uma junção entre as proposições, o fato de promover uma junção indica que as conjunções subordinativas mantêm relações de sentido entre as orações que elas unem. “Condicionais são proposições formadas de duas partes ligadas pela conjunção *se*, em que a primeira, que encerra a condição, constitui o antecedente e a segunda, o conseqüente.” (1987, p. 126) (grifos da autora)

O operador está presente na primeira coluna em análise, nela encontramos a seguinte ocorrência:

...Eu me atormentaria | se um dia [...] acabasse acertando um resultado eleitoral. (L. 7 e 8)



Proposição Antecedente



Proposição Consequente

O efeito de sentido dos operadores argumentativos condicionais pressupõe uma hipótese ou uma implicação para que a proposição consequente aconteça de fato, pois segundo Koch (1987, p. 129),

[...] um enunciado condicional afirma que seu antecedente implica seu conseqüente [...]. Ele não afirma que o antecedente é verdadeiro, mas tão somente que, sendo o antecedente verdadeiro, o conseqüente também o será. Também não afirma a verdade do conseqüente, mas apenas que ele será verdadeiro se o antecedente o for. É por essa razão que o seu significado essencial reside na relação de implicação que se afirma existir entre o antecedente e o conseqüente.

Porém, pelo exemplo acima, concluímos que a possibilidade consequente marcada pelo enunciador é irreal, ele não acredita no fato de que possa fazer prognósticos eleitorais eficientes, essa compreensão vem da análise do operador condicional em relação ao contexto em que o enunciado está inserido; chegamos a essa conclusão, a partir de outras marcas enunciativas presentes nas proposições como os verbos no futuro do pretérito (período antecedente) e no modo subjuntivo (período consequente) atestando o critério de impossibilidade marcado pelo enunciador.

- **Operador concessivo**

O mesmo enunciado colhido na primeira coluna e analisado acima traz, entre as duas proposições, um enunciado introduzido por um operador argumentativo que marca um efeito concessivo de sentido, no caso, uma locução conjuntiva de valor concessivo:

...Eu me atormentaria | [...] mesmo que por engano, | acabasse acertando um resultado eleitoral. (L. 7 e 8)



Proposição concessiva

Neves (2000, p. 865) caracteriza o período introduzido por um elemento conector de valor concessivo da seguinte forma: “numa construção concessiva, o fato (ou a noção) expresso na oração principal é asseverado, a despeito da proposição contida na oração concessiva.” Ou seja, acertar um prognóstico eleitoral é, marcadamente, impossível para o enunciador, mesmo que fosse por engano (proposição concessiva).

- **Operador aditivo**

O efeito de sentido produzido a partir do uso do operador de adição é somar argumentos de uma mesma ordem significativa. Esse efeito de sentido pode ocorrer a partir de vários tipos de construções sintático-semânticas, desde a união de simples elementos de composição até a união de enunciados. (NEVES, 2000).

No exemplo a seguir, extraído da primeira coluna integrante de nosso *corpus*, analisaremos o sentido que a conjunção coordenativa *E* produz ao unir palavras que se somam para garantir a conexão de termos de uma mesma função sintática.

1ª Coluna:

Quem compreende a mente <u>e</u> o comportamento dos brasileiros é... (L.9)	} Bloco A
Quem compreende a mente <u>e</u> o comportamento dos brasileiros é... (L.10)	
Quem compreende a mente <u>e</u> o comportamento dos brasileiros é... (L.11)	
Eles repelem Antonello da Messina <u>e</u> Memling.(L.13)	} Bloco B
Eles repelem Pitágoras <u>e</u> Empédocles. (L.13)	

Os blocos A e B são marcados pela repetição, por meio de um paralelismo sintático com seus termos unidos pelo conector *E*, responsável pela soma das expressões de igual valor sintático.

Esses blocos também se opõem a partir de um paralelismo semântico, pois eles apresentam concepções contrárias, a saber: o que os brasileiros querem em oposição ao que eles repelem.

Na segunda coluna, há um operador com o mesmo efeito de sentido, ou seja, soma argumentos com o objetivo de direcionar o enunciado para a mesma conclusão.

2ª Coluna:

Além de compreender a natureza do dilmismo, Rubens Barrichello compreendeu também a natureza do automobilismo. Ele demonstrou que, se é para guiar devagar, ninguém precisa de uma Ferrari. VEJA é uma Ferrari. Para poder me livrar do dilmismo, estou pronto a ceder minha vaga na escuderia. (L.25 a 28)

O operador *além de* foi utilizado para somar duas habilidades que, segundo o enunciador, foram atribuídas à personalidade que ele traz para seu discurso, essas habilidades fizeram-no chegar à seguinte conclusão:

“VEJA é uma Ferrari. Para poder me livrar do dilmismo, estou pronto a ceder minha vaga na escuderia.”



*“Rubens Barrichello compreendeu a natureza do dilmismo. Quando lhe perguntaram o nome da presidente eleita, ele respondeu sabiamente:
— Como é que se chama a mulher?” (L.16 a 18)*



“Rubens Barrichello compreendeu a natureza do automobilismo. Ele demonstrou que, se é para guiar devagar, ninguém precisa de uma Ferrari.” (L.25 a 27)

Como podemos visualizar, os dois argumentos do enunciador conduzem o enunciatário à mesma conclusão, a saber – por não querer mais se pronunciar sobre o novo governo do PT e Dilma Rousseff, o enunciador abandonará sua coluna em *Veja*. O operador escolhido para introduzir esse período *ALÉM DE* possui, exatamente, esse efeito de sentido enunciativo, somar ideias que concorrem para a mesma conclusão.

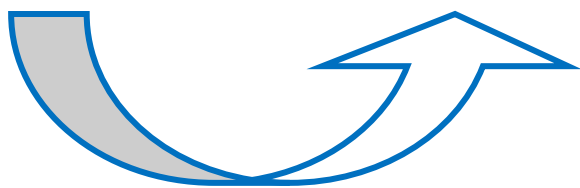
1ª Coluna:

- **Operador de afirmação total**

Alguns pronomes de indefinidos são os únicos que possuem a função de, no nível discursivo, serem denominados de operadores argumentativos.

Segundo Koch (2004b), esse tipo de operador, em uma escala argumentativa, aponta para a consolidação de uma afirmação total, ou seja, seu efeito de sentido é marcar uma afirmação plena. Como no exemplo, a seguir, retirado da primeira coluna:

De todos os nossos escritores, o único que conseguiu compreender a mente e o



comportamento dos brasileiros foi Euclides da Cunha. (L.15 e 16)

Porém, para compreendermos o efeito de sentido desse operador no contexto empregado, devemos relacioná-lo ao adjetivo *ÚNICO*.

Em oposição, no enunciado, estão o pronome *TODOS*, referindo-se à totalidade de escritores brasileiros, e o adjetivo *ÚNICO*, referindo-se ao escritor Euclides da Cunha; esses elementos em oposição criam uma orientação argumentativa, direcionando o leitor para os argumentos intertextuais que virão em seguida, atestando os motivos pelos quais o autor aponta Euclides da Cunha como o único conhecedor da formação do caráter nacional.

2ª Coluna:

- **Operador de negação total**

Em oposição ao argumento de afirmação plena delimitado acima em um exemplo extraído da primeira coluna, há a presença de um operador de negação total na segunda coluna:

Rubens Barrichello compreendeu também a natureza do automobilismo. Ele demonstrou que, se é para guiar devagar, ninguém precisa de uma Ferrari. (L.25 a 27)

Ao explicar uma de suas comparações, o enunciador utiliza o pronome indefinido *NINGUÉM* com a função de criar um efeito de sentido de negação total. Seu objetivo é comparar o fato do ex-piloto de Formula 1, Rubens Barrichello, ter abandonado a escuderia italiana, por outra não tão veloz, com o fato de Mainardi estar diminuindo suas publicações periódicas em *Veja*.

O operador tem a função de conduzir o enunciatário a compreender que a decisão de desacelerar não combina com um veículo potente. Escrever sobre os temas que emergem da política brasileira precisariam de um veículo como *Veja*; e já que não é mais desejo do enunciador continuar nessa linha, ele se despede como colunista, apoiando sua decisão, novamente, em enunciação já consolidada. Nesse sentido, evidenciamos como o jogo comparativo *Ferrari/Veja* produz sentidos dentro de seu discurso.

- **Operador de conclusão**

É papel dos operadores de conclusão marcar a finalização de um enunciado. Após uma série argumentativa defendida e apresentada ao longo de um texto, como é o *corpus* em análise, o operador de conclusão conduz o enunciatário a uma espécie de fechamento enunciativo. Da segunda coluna retiremos o seguinte excerto que utiliza um operador conclusivo e um de oposição em sequência.

Renuncio à coluna, portanto, mas continuo aqui, em marcha lenta.

Para finalizar a argumentação que expõe os motivos que o fizeram desistir de escrever colunas políticas para a revista *Veja*, o enunciador arremata o texto com um categórico “*Renuncio à coluna, portanto, [...]*”. A posição do operador de conclusão é, usualmente, no início do enunciado, ao coloca-lo em uma posição posterior, o enunciador promoveu uma união do operador conclusivo com o operador de oposição, criando uma estratégia persuasiva de suspense, apesar de estar anunciando o fim de suas colunas, ele pode retomá-las a qualquer momento, não oferecendo situação de conforto às personalidades políticas que sempre foram atacadas por ele.

- **Operador de oposição**

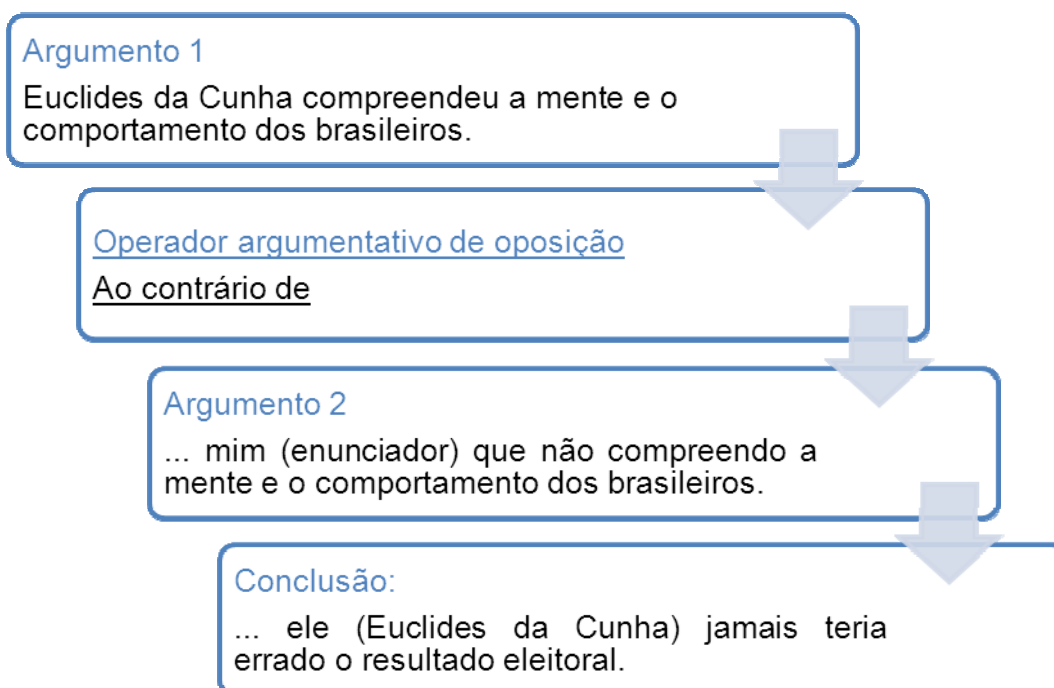
Os operadores adversativos, de contraste ou de oposição são os que, em uma escala argumentativa, possuem maior força persuasiva e conduzem o interlocutor a compreender um efeito de sentido marcado pela negação de uma premissa.

Apesar de não ter a força argumentativa de um operador do tipo *MAS* ou *PORÉM*, no excerto a seguir retirado da primeira coluna em análise, temos uma locução prepositiva que indica circunstância de valor opositivo, direcionando a conclusão pretendida pelo enunciador. A seguir temos a transcrição do excerto.

1ª Coluna:

Euclides da Cunha compreendeu a mente e o comportamento dos brasileiros. Ao contrário de mim, ele jamais teria errado o resultado eleitoral. (L. 29 e 30)

A circunstância expressa no período é, claramente, uma circunstância de oposição, pois o efeito de sentido da locução, como operador argumentativo, é opor as duas construções, como observamos no esquema a seguir:



Pelo esquema acima, visualizamos a forma como o operador consegue dimensionar e produzir oposição entre os argumentos e a conclusão pretendida pelo enunciador.

Na segunda coluna, há exemplos do uso do operador opositivo *MAS* em três momentos.

2ª Coluna:

Eu sei que o lulismo está feliz de se separar de mim, mas garanto que eu estou incomparavelmente mais feliz de me separar dele. (L.14 e 15)

Renuncio à coluna, portanto, mas continuo aqui, em marcha lenta. (L.30 e 31)

O segundo ato é inevitavelmente mais sonolento. Mas é o terceiro e último ato, repetindo as mesmas galhofas dos anteriores, que realmente entedia e aporrinha o espectador. (L.36 a 38)

A característica marcante do operador *MAS* – operador por excelência, na perspectiva de Ducrot (1987) – é conduzir o enunciador a uma orientação contrária ao que, aparentemente, era a posição do enunciador. Portanto esse tipo de operador coloca em oposição os argumentos de um mesmo enunciado.

Analisaremos o primeiro exemplo extraído do *corpus* para confirmar esse pressuposto:

Argumento A:

Eu sei que o lulismo está feliz em se livrar de mim...

MAS


Argumento B:

[...] garanto que eu estou incomparavelmente mais feliz de me separar dele.

Nos outros dois exemplos, ocorre a mesma orientação argumentativa. Segundo Koch (2004b), a estratégia argumentativa utilizada com o operador *MAS* origina um efeito de surpresa sobre o enunciado. O interlocutor constrói uma aparente conclusão que é, imediatamente, invalidada com a introdução do segundo argumento, que, realmente, possui o papel de marcar a conclusão desejada pelo enunciador.

Portanto, é papel fundamental dos operadores argumentativos induzirem o interlocutor a percorrer um caminho que vai da decodificação à produção de sentidos, eles são recursos persuasivos essenciais, seu uso confirma que a efetivação de todo texto é processo de mão dupla, que somente é concluído na interação entre os pares, eles conduzem um processo cognitivo que perpassa conhecimentos complexos que vão desde o saber linguístico a elementos que envolvem a exterioridade da linguagem e, principalmente, a adesão do outro, já que ao interlocutor cabe a função de aceitar, estar disposto a manter essa troca.

4.1.4.3 Subjetividade dêitica

Os elementos dêiticos marcam o fenômeno considerado como subjetividade dêitica, e é expressa por marcas linguísticas que definem a posição dos interlocutores diante do fato que está sendo expresso. A dêixis possui a função de evidenciar, de mostrar, de deixar transparecer o sujeito por meio de seu discurso, ela é concebida por aspectos que envolvem os fatores essenciais da enunciação: o enunciador, o espaço e o tempo.

Identificamos a seguir, alguns exemplos em que a subjetividade dêitica está presente nas colunas que compõem o *corpus*, por meio de determinadas marcas linguísticas utilizadas, argumentativamente, pelo enunciador, ele tente construir uma imagem de si para o enunciador.

- **Dêixis pessoal**

1ª Coluna:

O leitor de VEJA já sabe o que esperar de mim: em matéria de prognósticos eleitorais, eu erro fatalmente, eu erro teimosamente, eu erro rumorosamente. (L 1 e 2)

(...) eu nunca tentei compreender a mente ou o comportamento de meus compatriotas. (L. 6 e 7)

Eu me atormentaria se um dia, mesmo que por engano, [eu] acabasse acertando um resultado eleitoral. (L. 7 e 8)

Eu só sei o que os brasileiros repelem. (L. 12 e 13)

Eu sempre recorro a ele quando tenho de tratar do assunto... (L.16e 17)

Ele é meu Valdemar Costa Neto particular. (L. 17)

Eu me pergunto como ele teria interpretado... (L. 19)

Ao contrário de mim, ele jamais teria errado o resultado eleitoral. (L. 29 e 30)

2ª Coluna:

Eu passei oito anos [...]. Se agora eu passasse [...], eu me tornaria [...] de mim mesmo. (L.5 a 7)

O lulismo queria que eu fosse embora do Brasil. Eu fui. [...] eu me desinteressasse do presidente da República. Eu me desinteressei. [...] renunciasse à minha coluna. Eu renunciei. Eu sou [...]. Eu fui morar num flat mental. Eu fui morar numa kitchenette existencial. Eu sei que o lulismo está feliz de se separar de mim, mas garanto que eu estou [...]. (L.9 a 15)

A partir de hoje, esse é meu lema. Eu posso [...]. Eu posso [...]. Eu posso [...]. Eu posso [...]. Eu posso [...]. Eu posso [...]. Só a presidente eleita está proibida de entrar em meu flat mental. (L. 19 a 23)

Para poder me livrar do dilmismo, estou pronto [...]. O que eu quero, [...], escreverei apenas um artigo mensal para VEJA. Renuncio à coluna, portanto, mas continuo aqui, [...] Sou bem mais modesto do que ele. Para mim, basta [...]. (L. 27 a 34)

Nos recortes acima, verificamos como é importante para o enunciador marcar-se nos enunciados. O *EU* e outras formas de identificá-lo são uma regularidade nas duas colunas.

Os pronomes pessoais, possessivos e os verbos com sujeito elíptico identificam o enunciador e seu posicionamento diante do que é expresso no discurso, afetando, diretamente, o conteúdo de seu dizer. Esses elementos são marcas linguístico-enunciativas da presença do sujeito na constituição do enunciado.

Nos textos em análise, essas marcas de 1ª pessoa inscrevem o sujeito no quadro enunciativo. A intensa reiteração do *EU* direciona o interlocutor a reconhecer a estreita relação que o enunciador mantém com seu discurso, pois a força argumentativa dessa marca imprime ao enunciador a autoridade e a responsabilidade do que é dito.

Além disso, nesse quadro, retomamos a constituição do *ethos*, o enunciador, por meio da inscrição do *EU* no discurso, faz emergir uma imagem positiva de si mesmo. Na primeira coluna, mesmo estando em posição de ataque, o enunciador direciona o interlocutor a compreender “a aceitação de seu erro” ou “um esforço de sua parte” para descrever os motivos que conduziram o PT a mais uma vitória. Na segunda coluna, a imagem que o enunciador confere ao *ethos* é de aceitação de uma “aparente derrota”. Em ambos os textos, o interlocutor se vê em frente a um *ethos* que se comporta de maneira inflamada, passional, emotiva, mas deixa claro seu distanciamento e sua superioridade em relação ao *ELES*, ou seja, aos referentes que ele ataca.

- **Dêixis temporal**

A dêixis marcadora de aspectos temporais é identificada pela ocorrência dos verbos no presente e dos advérbios e locuções adverbiais de tempo, os quais delimitam a enunciação em um tempo específico.

As marcações dêíticas temporais são recursos argumentativos, pois delimitam a enunciação dentro de determinada inserção histórica. Apresentaremos os exemplos encontrados nos textos desse fenômeno argumentativo.

1ª Coluna:

Nos primeiros meses de 2008, prognostiquei que a candidata petista chegaria em quinto lugar. Dois anos e meio depois, estou aqui reivindicando meu erro. Errei, errei, errei. (L. 2 a 4)

(...) eu nunca tentei compreender a mente ou o comportamento de meus compatriotas. (L. 6)

Eu sempre recorro a ele quando tenho de tratar do assunto... (L.16 e 17)

Ao contrário de mim, ele jamaís teria errado o resultado eleitoral. (L. 29 e 30)

2ª Coluna:

Eu passei oito anos zombando do lulismo. Se agora ... (L. 5)

A partir de hoje, esse é meu lema... (L.19)

O que eu quero, neste momento, é pilotar um kart. De agora em diante, escreverei apenas um artigo mensal para VEJA. (L. 28 a 30)

Nos exemplos retirados da primeira coluna, as locuções adverbiais de tempo delimitam a enunciação, o discurso refere-se a um tempo pré-determinado (dois anos e meio depois, a contar dos meses iniciais do ano de 2008). Essa informação é essencial, pois se refere ao período em que os dirigentes do partido político em questão conseguiram preparar uma sucessora à Presidência da República, fato esse que é objeto de análise do enunciador.

Ainda na primeira coluna, o segundo e o quarto exemplos da subjetividade dêitica utilizam os advérbios de tempo *NUNCA* e *JAMAIS*, gramaticalmente, são advérbios que expressam a temporalidade enunciativa, porém, há relação desses vocábulos com a circunstância de negação, pois em sua estrutura significativa, eles carregam em si o princípio da negatividade. Segundo Neves (2000, p. 268), esses advérbios são equivalentes a “em momento nenhum”, ou seja, não há como dissociar essas duas referências desse recurso argumentativo, pois o enunciador deseja que compreendamos que a negação reforça a relação de temporalidade no enunciado.

No terceiro exemplo, com o advérbio *SEMPRE* a orientação argumentativa é, completamente, oposta de *NUNCA* e *JAMAIS*. Neves (2000, p. 268) afirma que o efeito de sentido é o equivalente a “em todos os momentos”.

Na segunda coluna, a noção de tempo é aliada do enunciador, pois a partir de agora, ele deseja marcar um rompimento com seu foco de muitos anos, ele textualiza o desligamento de seu referente. Os advérbios e locuções adverbiais – *OITO ANOS, AGORA, A PARTIR DE HOJE, NESSE MOMENTO, DE AGORA EM DIANTE* – associados ao momento da produção, ano de 2010, reforçam o recorte temporal feito pelo enunciador para marcar o início e o fim de suas produções focadas na temática política do Brasil.

Essas marcas enunciativas demonstram a subjetividade do enunciador diante dos fatos expressos e delimitam a enunciação em uma temporalidade específica, direcionando o interlocutor a compreender que esse discurso é produto de uma inscrição na história.

- **Dêixis espacial**

Menos numerosa que a presença dos elementos dêiticos pessoais e temporais, encontramos poucos exemplos de dêixis espacial no *corpus*, mas os poucos exemplos são essenciais para marcar a enunciação em um lugar social e histórico.

Os exemplos serão transcritos a seguir:

1ª Coluna:

Dois anos e meio depois, estou aqui reivindicando meu erro. Errei, errei, errei. (L. 3 e 4)

2ª Coluna:

Renuncio à coluna, portanto, mas continuo aqui, em marcha lenta. (L.30 e 31)

— Onde está o Arlecchino? Onde está o Pantalone? Onde está a Colombina? (L.40)

Gramaticalmente, a dêixis espacial é identificada pelos pronomes demonstrativos e os advérbios de lugar e seu papel é orientar o espaço em que o enunciador se coloca em relação ao seu referente.

No exemplo retirado da primeira coluna, o enunciador relata que havia feito uma projeção futura que não se concretizou, para assumir seu erro, ele associa as relações de tempo (*dois anos e meio depois*) e espaço (*aqui*) que direcionam o interlocutor à conclusão pretendida por ele, admitir seu erro e, em seguida, argumentar sobre o fato de ter errado. O *AQUI* descrito pelo enunciador é o lugar social onde a enunciação acontece e onde ela se justifica.

Nos exemplos retirados da segunda coluna, a subjetividade dêitica é observada da mesma maneira, ou seja, a busca do enunciador em marcar o espaço enunciativo. No primeiro excerto, verificamos, novamente, a presença do elemento linguístico *AQUI*, fazendo referência ao espaço onde a enunciação justifica-se. Mesmo renunciando a esse espaço, o enunciador revela a existência atemporal dele, ou seja, a qualquer momento esse espaço enunciativo pode se reconfigurar, dependendo, apenas, de seu retorno.

Da mesma forma, o enunciador, na penúltima linha do texto, faz referência a seu desligamento dessa temática, ao mobilizar o coro de vozes representando seus interlocutores que questionam o seu desaparecimento.

Dessa forma, o enunciador retoma a metáfora teatral, construída por ele, por meio de sua cenografia textual e dela emerge seus interlocutores que questionam: — Onde está o *Arlecchino*? Onde está o *Pantalone*? Onde está a *Colombina*? Fazendo referência à sua própria configuração, por meio de uma representação de personagens do universo teatral, ironicamente, o enunciador elabora uma construção, que se refere, ao mesmo tempo, ao seu desligamento da cena política brasileira (comparada a um espetáculo dramático) e aos expectadores desse espetáculo, seus interlocutores (que questionam seu desaparecimento da cena enunciativa).

Portanto, ao analisarmos esses exemplos, verificamos que o autor identifica-se, de forma recorrente no texto, por meio da subjetividade dêitica, quer pessoal, temporal ou espacial, fazendo com que essas marcas linguísticas tornem-se recursos argumentativos e partes integrantes de sua estruturação persuasiva.

4.1.4.4 Seleção lexical

- **Adjetivos**

Um dos recursos argumentativos mais expressivos encontrados na primeira coluna em análise é a maneira como o enunciador escolhe os adjetivos e a relação de sinônimos que irão descrever, em sua perspectiva, o eleitor que apoiou a candidatura de Dilma Rouseff, por dois aspectos: primeiro, os adjetivos foram selecionados a partir da leitura de *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, portanto, pertencem a um intertexto; segundo, o enunciador os pontua a partir de uma perspectiva ascendente de significados, elaborando o que Fávero (2006) denominou de modelos de cognição global que podem também ser chamados de frames, esquemas ou *scripts*.

Para o enunciador, o caráter do brasileiro que elegeu mais um candidato petista pode ser comparado ao caráter dos fanáticos que se aliaram a Antonio Conselheiro na campanha armada de Canudos. Essa comparação é feita a partir da seleção de adjetivos e de uma série sinonímica que deixam transparecer sua percepção subjetiva do referente descrito.

Primeiramente, o enunciador descreve os fanáticos de Antônio Conselheiro e, conseqüentemente, os eleitores do PT como:

Broncos ⇒ Primitivos ⇒ Retardatários ⇒ Retrógrados ⇒ Impotentes ⇒
Passivos ⇒ Desvairados ⇒ Desequilibrados incuráveis

É relevante considerar que os adjetivos expostos formam uma gradação de significados de “*brancos a desequilibrados incuráveis*”, há uma escala que vai de um extremo a outro, expondo a fragilidade intelectual do referente descrito. Podemos, inclusive, explicitar que esses vocábulos pertencem ao mesmo campo lexical da alienação ou da loucura.

Fávero (2006, p. 65), ao tratar dos modelos cognitivos globais, relata que essas expressões formam “blocos de conhecimentos [...] e representam de forma organizada nosso conhecimento prévio armazenado na memória.” Conseguimos delimitar, por meio de conhecimentos memorados, que esses

adjetivos, da forma como foram extraídos do discurso documental e literário de Euclides da Cunha e, transferidos para um novo discurso, formaram uma espécie de nova rede de relações significativas aplicadas a um novo referente, no caso, os eleitores petistas.

A autora (2006) estabelece que essa rede significativa forma um *frame*, uma espécie de conhecimento comum sobre um determinado conceito, e que ele não mantém nenhuma *relação lógica ou temporal*, é dentro do contexto explicitado e delimitado pelo enunciador que ele relaciona-se significativamente. É importante ressaltar que a compreensão desse fenômeno depende, também, da capacidade cognitiva do interlocutor, é seu papel reconhecer todo esse processo, que às vezes pode não ocorrer.

Neves (2000) denomina essa adjetivação utilizada pelo enunciador como de caráter classificatório, descrevendo, assertivamente, o referente textual.

Porém, em um segundo momento, o enunciador passa a estabelecer uma relação avaliativa e opinativa, emprega sinônimos associados a adjetivos, atribuindo valores subjetivos ao referente.

[...] gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, vezada à mândria e à rapina;
 [...] Eles eram dotados de uma moralidade rudimentar, com uma série de atributos que impediam a vida num meio mais adiantado e complexo;
 [...] Eles eram um retorno ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie.
 (L. 25 a 28)

O enunciador continua com a mesma estratégia argumentativa, utiliza o discurso alheio, elaborado para caracterizar determinadas pessoas em um momento histórico, os correligionários de Antônio Conselheiro, e aplica, comparativamente, esse discurso para descrever o caráter do brasileiro eleitor petista.

A comparação intertextual é, por excelência, a estratégia argumentativa do enunciador. Porém nesse excerto, ele opta por uma adjetivação qualificadora (Neves, 2000), impondo uma avaliação, inclusive, pejorativa do referente, revelando, conscientemente, valores ideológicos por meio da manipulação do discurso alheio como um argumento de autoridade.

A seleção lexical por meio da diversidade de elementos caracterizadores ora classificatórios, ora qualificadores associados aos sinônimos (de ordem lexical) e ao uso do pronome referencial também são importantes mecanismos para a construção textual, esses recursos linguísticos vão promovendo a reiteração textual, fator importante de coesão textual, assim a repetição passa a ser uma aliada na construção da coerência (Koch, 2004a), além de revelar o grau de argumentatividade intencional do discurso.

Como podemos confirmar nos excertos descritos a seguir:

Referente textual	Descrição classificatória e qualificadora do referente
Os fanáticos de Antônio Conselheiro eram uns...	...brancos, primitivos, retardatários, retrógrados, impotentes, passivos...
Eles eram “uma turba...	...de neuróticos vulgares, de “desvairados”, de “desequilibrados incuráveis”...
Eles eram “uma gente...	...ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, vezada à mândria e à rapina”...
Eles eram...	...dotados de uma “moralidade rudimentar”, com uma série de “atributos que impediam a vida num meio mais adiantado e complexo”...
Eles eram...	...um retorno “ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie”.

A associação desses elementos, com o intuito de descrever o referente, elabora um quadro comparativo revelado, por meio da cognição e da compreensão leitora do interlocutor, que faz uma relação mental orientada pelo enunciador entre os fanáticos descritos por Euclides da Cunha, no início do século XX e os eleitores petistas que levaram Dilma Rousseff ao poder, em 2010.

4.1.4.5 Figuras de repetição

As figuras de linguagem são recursos argumentativos importantes identificados ao longo de nosso *corpus*. Trataremos das figuras de linguagem que possuem como característica a repetição. Elas funcionam como elementos coesivos

sequenciais, já que reiteram uma mesma ideia, contribuindo para a progressão textual.

Essas figuras são utilizadas como construções altamente argumentativas, são fatores de intensificação, marcam os enunciados de forma especial, atribuindo-lhes valores semânticos inconfundíveis, principalmente, porque são construídas em forma de paralelismo, a mesma estrutura repete-se ao longo do texto, criando um encadeamento discursivo.

Sobre a importância das figuras de repetição como mecanismo intensificador, Azevedo e Oliveira (2005, p.10) relatam que “O processo de intensificação é um recurso persuasivo que enfatiza a carga significativa de uma palavra, de uma expressão ou de um texto, evidenciando seu caráter emotivo-argumentativo.”

Identificamos, no texto em análise duas principais figuras de repetição que possuem função argumentativa: o ritornelo e a anáfora; outro fator significativo é que algumas dessas construções foram elaboradas, por meio de outra figura de repetição: o paralelismo.

- **Ritornelo**

O ritornelo é uma figura de linguagem que marca a repetição, neste caso, a reprodução é de uma oração por inteiro ou quase em sua totalidade, caracterizando um ideal proposto pelo locutor.

Encontramos exemplos da figura nas seguintes passagens na primeira coluna:

...eu erro fatalmente, eu erro teimosamente, eu erro rumorosamente... (L.2)

Errei, errei, errei. (L. 4)

Quem compreende a mente e o comportamento dos brasileiros é Valdemar Costa Neto.

Quem compreende a mente e o comportamento dos brasileiros é a Mulher Melancia.

Quem compreende a mente e o comportamento dos brasileiros é Chico Buarque. (L. 9 a 12)

Nas partes grifadas, encontramos exemplos evidenciadores do ritornelo, as orações se repetem integralmente ou quase, marcando a mesma ideia

que o enunciador quer enfatizar – a ação *ERRAR* – ao reiterá-la o interlocutor, também a ressignifica, no sentido de que errar, neste contexto, possui valor positivo para o enunciador. Discursivamente, o ideário do enunciador, por meio da reiteração sistêmica do verbo errar, é que seu erro, na verdade, constituiu-se em acerto. Essa análise justifica-se a partir dos apontamentos que o enunciador profere a seguir – “*É bom errar. É bom repetir que errei.*” (L.5) – logo, para ele, seu erro é prova de que ele se distancia de seus compatriotas que conduziram Dilma Rousseff ao primeiro lugar nas pesquisas e, conseqüentemente, à eleição presidencial.

Nas linhas 9 a 12 do texto, o enunciador continua com a mesma estratégia, a repetição das estruturas linguísticas cria um quadro enunciativo de afastamento entre o enunciador e os sujeitos representativos das massas que elegeram Dilma Rousseff. Com a reiteração dessas estruturas paira no enunciado a ideia de que existe um *ELES* (popular, desinformado, eleitores do PT) em oposição a um *EU* (culto, elitizado, opositor do PT).

Essas construções linguísticas aparecem no enunciado, inclusive, de forma paralela criando um efeito de sentido intensificador e reiterante, próprio dos processos de repetição. Verificaremos a seguir, como essas estruturas paralelas configuram outra figura de linguagem: o paralelismo sintático.

- **Paralelismo**

O excerto da linha 2, já analisado de forma discursiva acima, também é reiterante, por meio de sua estrutura sintática, vejamos:

eu	erro	fatalmente,
eu	erro	teimosamente,
eu	erro	rumorosamente... (L.2)
↓	↓	↓
Sujeito Simples	Verbo Intransitivo	Adjunto Adverbial de Modo

Por meio do paralelismo sintático, reitera-se a ideia do erro, dando-lhe força significativa. No caso, específico de nosso *corpus*, as construções paralelas tornaram-se marca de estilo do enunciador, pois elas são recorrentes em suas colunas, tornando-se até uma regularidade. Confirmamos tal fato com excertos apresentados a seguir retirados da segunda coluna.

O lulismo	queria	que	eu fosse embora do Brasil. (L.9)
O lulismo	queria	que	eu me desinteressasse [...]. (L.9 e 10)
O lulismo	queria	que	eu renunciasse [...]. (L.10 e 11)
↓	↓	↓	↓
Sujeito	Verbos Transitivos Diretos	Conjunção Integrante	Orações Subordinadas Objetivas Diretas

Nesse caso, a construção paralela, em que se evidencia também a figura retórica denominada ritornelo, foi elaborada pelo enunciador com o intuito de justificar o fim de suas produções relativas ao governo Lula. Essa reiteração cria um efeito de sentido de entrega ou de uma aparente derrota do enunciador, como se ele tivesse “perdido a batalha” contra o governo petista e estivesse conformado com o fato de renunciar ao posto de opositor político do PT, fato que é negado pelo enunciador com o desenvolvimento de sua exposição. Com a construção a seguir, concluímos que é opção do próprio enunciador não mais tratar sobre os assuntos referentes ao governo petista:

É bom errar. (L. 5)

É bom repetir que errei. (L.5)

Eles repelem Antonello da Messina e Memling. Eles repelem Pitágoras e Empédocles. (L. 13 e 14)

Eles eram “uma turba de neuróticos vulgares”, de “desvairados”, de “desequilibrados incuráveis”.

Eles eram “uma gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, vezada à mândria e à rapina”.

Eles eram dotados de uma “moralidade rudimentar”, com uma série de “atributos que impediam a vida num meio mais adiantado e complexo”.

Eles eram um retorno “ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie”. (L. 24 a 28)

Nos exemplos acima, além da anáfora, encontramos também o paralelismo sintático nas orações confirmando as considerações que fizemos acima. Esses casos exemplificam a ocorrência da repetição como fenômeno argumentativo, ela reproduz, no interlocutor, a sensação de retomada constante de uma colocação que o enunciador não quer que o leitor esqueça ou passe despercebido durante a leitura. Esse fenômeno linguístico e de estilo faz com que o interlocutor fique preso à trama textual e aos aspectos que o enunciador considera essenciais para a persuasão. Nesse caso, o enunciador, primeiramente, confirma o aspecto positivo de “seu erro” (L.5), fazendo-nos compreender que o efeito de sentido transmitido é que “seu erro” lhe traz tranquilidade, pois confirma sua oposição em relação aos partidários petistas, seus opositores.

Porém, é na continuação das retomadas do texto (L. 13/14, 24 a 28) que o enunciador textualiza um afastamento significativo entre o *EU* e o *ELES*, seu referente opositor, que representa, a princípio, duas coletividades – os partidários de Antônio Conselheiro, na guerra de Canudos e os partidários do PT, na eleição de 2010. No entanto, toda argumentação elaborada pelo enunciador, na primeira coluna, possui o objetivo de aproximar essas duas coletividades, por meio da comparação entre elas e, conseqüentemente, de se afastar dessa coletividade. Assim, ele passa a criar uma identidade para o *EU*, projetada a partir da descrição de uma identidade do *ELES*, seus oponentes.

A textualização, por meio das figuras de repetição, é um fenômeno de reiteração textual, que reflete, diretamente, no efeito discursivo intencionado pelo

enunciador, por meio da trama textual, emergem os princípios enunciativos que direcionam os interlocutores e marcam os objetivos de uma construção argumentativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao enquadrarmos nosso trabalho em uma perspectiva pragmática e discursiva da linguagem, desenvolvemos uma pesquisa, na qual demonstramos como os elementos linguísticos e extralinguísticos são acionados e articulados pelo enunciador com o objetivo de produzir discursos persuasivos.

Para confirmar esse posicionamento, optamos por trabalhar com dois exemplares do gênero coluna de opinião. As colunas que compuseram nosso *corpus* compartilhavam os mesmos enunciadores, contexto imediato e histórico, temática e os possíveis enunciatários, assim pudemos verificar quais eram as regularidades das produções em questão.

Nossa escolha em trabalhar com o gênero coluna de opinião originou-se a partir da observação da influência que esses gêneros e seus enunciadores possuem nos veículos midiáticos. Atualmente, a mídia jornalística utiliza o gênero em grande escala e nas versões impressa ou *online*. Os textos ocupam espaço de destaque em jornais ou revistas e, são publicados com regularidade. Seu público leitor é fiel e constante. As colunas de opinião alimentam a produção de outros gêneros dentro do veículo que as fazem circular: cartas do leitor, charges, notas de esclarecimento, reportagens, são exemplos de gêneros publicados nas edições seguintes após a circulação das colunas.

Para manter essa circulação articulada de opiniões, os enunciadores das colunas, inseridos em um contexto sócio-histórico delimitado, buscam, em diversos recursos linguísticos e enunciativos, suporte para sustentar o poder de sua argumentação e tentar persuadir seu enunciatário. Dessa forma, os enunciadores das colunas de opinião elaboram estratégias peculiares e inovadoras para questionar, confrontar e inquerir seus desafetos, quer sejam indivíduos, quer sejam estâncias legitimadas, quer sejam questões específicas.

A escolha em realizar uma pesquisa tendo como foco principal a Semântica Argumentativa e a Linguística Textual foi adequada. Por meio dessas bases teóricas, extraímos subsídios essenciais para a análise do *corpus*. Os mecanismos argumentativos explorados nas análises nos propiciaram afirmar dois pontos importantes, primeiro, o enunciador, ao produzir e fazer circular determinado discurso, deixa transparecer suas intenções que são detectadas por meio de suas estratégias de manipulação da linguagem; segundo, ao enunciatário é dada a

capacidade de elaborar um mapeamento discursivo do que lê e, com isso atribui ao discurso a coerência necessária para a construção de sentidos.

Para complementar e aprofundar nossas análises, descrevemos alguns pressupostos teóricos de duas importantes vertentes em pesquisas linguísticas contemporâneas: o Interacionismo Sociodiscursivo e a Análise do Discurso de linha francesa. Nosso objetivo ao articular essas teorias foi demonstrar como o contexto de produção imediato, social e histórico influi na produção do gênero e ampliar essa questão delimitando as cenas enunciativas em suas três dimensões: na disposição das esferas discursivas, nas composições dos gêneros textuais e no interior dos discursos de onde emergem cenografias textuais evidentes em nosso *corpus*.

É importante ressaltar que nosso *corpus* permitiu a articulação dessas grandezas teóricas, já que, a princípio, não há uma relação direta entre a AD e sua abordagem discursiva com a SA, LT e o ISD e suas abordagens centradas na materialidade textual, porém nossas análises nos conduziram a esse viés de articulação, pois na constituição, na efetivação e na recepção das produções analisadas, observávamos a possibilidade da interação dessas teorias com a identificação de diversos pormenores que configuravam pontos de inserção entre elas.

Para cada uma dessas abordagens teóricas, dedicamos um espaço para resgatar os fundamentos dos pressupostos teóricos que compunham nosso recorte de interesse. Dessa forma, no primeiro capítulo, traçamos um perfil do discurso jornalístico, para evidenciar nossa preferência pelo gênero coluna de opinião. Discorremos sobre a formação das esferas de circulação (para o ISD) ou cenas englobantes (para a AD) como o espaço social em que se delimita a produção do gênero coluna e apontamos a importância da teoria dialógica da linguagem, segundo Bakhtin e seu círculo (2006), para a produção do gênero. Evidenciamos a influência do contexto físico e sócio-subjetivo na elaboração de um gênero textual como descrito por Bronckart (2003, 2006), sendo esse contexto a base primária para a análise de textos pelo viés do ISD.

Assim, com as contribuições dessa teoria, confirmamos que a produção de um gênero textual é resultado direto das formações sócio-históricas do indivíduo e, que essas formações incidirão em seu agir de linguagem como um fenômeno circular e infinito, as práticas languageiras são individuais, porém estão

conectadas e são dependentes do que se pratica socialmente, o conjunto delas é regido pelo contexto de ações coletivas, o homem e seu agir de linguagem é controlado por regras sociais.

Ainda no primeiro capítulo, discorreremos sobre as contribuições da AD de linha francesa para complementar nossa análise. Para essa abordagem, os gêneros são composições estruturadas por cenas enunciativas. Maingueneau (2001, 2005) utiliza a metáfora teatral para afirmar que os gêneros são manifestações sociais originadas em agrupamentos determinados por cenas englobantes, delas as cenas genéricas emergem e configuram-se em gêneros textuais, que, por sua vez, são compostos únicos que se apresentam aos enunciatários por meio de cenografias específicas.

A análise, por esse viés, comprovou que cada discurso é manifestado de forma única, cada um dos exemplos por nós apresentado, levou-nos à conclusão de que a cenografia é fator essencial para o engendramento global do enunciatário que se vê à frente de uma estrutura imponente para subsidiar o dito.

Segundo Maingueneau (2001, p. 87), “Todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima.” Portanto, afirmamos que a exposição das cenografias textuais elaboradas, no *corpus*, pelo enunciador, confirma que o objetivo maior do enunciador é convencer seus interlocutores, por meio de cenas que legitimam seu discurso. Ao expor os elementos linguístico-argumentativos e, conseqüentemente, direcionar o enunciatário a um ponto determinado, o enunciador conduz o discurso de forma sutil e confiável, deixando transparecer um *ethos*, uma figura em potencial, legitimada a proferir o discurso posto, por ele, como verdadeiro.

No segundo capítulo, definimos as bases teóricas que guiarão nossa pesquisa. Descrevemos os pressupostos que firmaram a Linguística Textual e a Semântica Argumentativa como ciências da linguagem. Da primeira, resgatamos suas origens desde as primeiras fases denominadas de análises transfrásticas e gramáticas de texto até as pesquisas de Beaugrande e Dressler (1997) que mudaram o panorama da ciência, abrindo portas para embasar estudos pragmáticos do texto. No Brasil, a participação de importantes linguistas contribuiu para a consolidação da LT, internacionalmente. Embasamos a teoria a partir dos estudos de Koch (1987, 2004a), Vilela & Koch (2001) e Marcuschi (1998, 2012).

Da SA, resgatamos as bases históricas da Retórica de Aristóteles (2007), precursora desse saber, até a formulação da Nova Retórica por Perelman & Olbrechts-Tyteca, em 1958. No século XX, em 1976, uma importante contribuição para se fundamentar a SA foi a teoria da argumentação na língua, dos linguistas franceses Anscombe & Ducrot, ela tornou-se o fundamento da SA. No Brasil, Vogt (1980) e Koch (1987) realizaram pesquisas que identificam determinados elementos linguísticos como peças-chave para a orientação argumentativa dos enunciados.

Alguns desses elementos são o foco de nosso terceiro capítulo, nele, fundamentamos os elementos oriundos da língua que serviram de base para nossa análise. A partir dos pressupostos da LT e da SA, marcamos alguns fatores textuais e elementos linguísticos que, segundo nossa avaliação, determinaram a orientação argumentativa do nosso *corpus*. Confirmamos, assim, dois posicionamentos de Koch (1987, p.23) já expostos anteriormente, “[...] a argumentatividade está inscrita no uso da linguagem, [...] a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso [...].”

E, finalmente, no último capítulo, realizamos as análises que validaram esse trabalho. Concluímos que o fator gerador das produções selecionadas surgiu a partir do contexto sócio-histórico em que elas estavam inseridas, portanto esse contexto delimitou a produção e a circulação de sentidos impostos pelos discursos. Detectamos, também, que as cenas enunciativas constituem um quadro que fornece subsídios para o enunciador articular o contexto de produção atual com enunciações anteriores para que essas possam ser retomadas e encenadas nas produções em análise.

A constituição das cenografias é uma regularidade nos exemplos analisados, inclusive o *ethos* constituído no interior delas. Os três exemplos apresentados ao longo do trabalho compartilham esses mesmos fenômenos. Concluímos, portanto, que as cenografias textuais foram elaboradas pelo enunciador para embasar e legitimar sua argumentação, o estabelecimento delas, nos textos, funciona como um recurso persuasivo. Ao firmar seu discurso com a reconstituição de discursos anteriores, o enunciador, no *corpus*, elaborou uma espécie de argumento de autoridade para justificar a argumentação atual.

Ao realizarmos as análises dos fatores textuais: situacionalidade, intencionalidade e intertextualidade, outra recorrência no *corpus*, concluímos que esses fenômenos são essenciais para a constituição da coerência textual. As

marcações espaço-temporais, nos textos, justificam as produções e as inserem em um contexto delimitador. As datas, as referências a lugares determinados e o fator histórico – no caso, a eleição presidencial – textualizados, são marcas da situacionalidade apontadas, por nós, nas produções analisadas.

A intencionalidade dos discursos é revelada por meio dos recursos usados pelo enunciador ou por meio de inferências feitas pelos interlocutores. Esses fatores marcam a ideologia intencionada pelo enunciador, que está atrelada ao discurso e se deixa transparecer. A intencionalidade confirma a não existência de discursos neutros, eles podem ser mais ou menos persuasivos, porém jamais neutros.

A intertextualidade, retomada, também nas cenografias textuais, confirma o grau de complexidade das produções analisadas e, ao mesmo tempo, desvenda os caminhos para sua compreensão. A partir dos elementos intertextuais, verificamos que os discursos mantêm uma relação direta com outros dizeres, essa interação passa a constituir um novo discurso, uma nova enunciação. Esse fenômeno é complexo, pois sua efetivação concretiza-se na interação entre os interlocutores.

A análise dos fatores textuais comprovou que todo gênero é um construto autenticado pelos pares no momento da interação, a coerência se legitima nessa interação. Portanto, os fatores textuais funcionem, no interior dos discursos, como elementos persuasivos, porém para que produzam relações de sentido deverá haver reciprocidade de saberes, tanto linguísticos como extralinguísticos, entre enunciador e enunciatário.

Por fim, analisamos as opções do enunciador por determinadas marcas linguísticas, com o objetivo de produzir efeitos de sentido, previamente, estabelecidos por ele, ou seja, a argumentação está associada aos elementos oriundos da língua. No *corpus*, o uso dos modalizadores para avaliar uma expressão, dos operadores para conduzir um argumento, dos dêiticos para marcar a subjetividade dos enunciados, da seleção do léxico para a escolha do melhor vocábulo significativo e das figuras de repetição marcadoras da reiteração é, segundo os fundamentos da SA, exemplos de práticas de linguagem que conferem às unidades linguísticas novas possibilidades de significação que se constroem no encadeamento dos discursos; e neste processo discursivo, a persuasão efetiva-se.

Ao definir o princípio argumentativo da linguagem, Koch (2004b, p.29) confirma nossas conclusões, ao expor:

É por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa.

Em manifestações enunciativas, como as analisadas em nossa dissertação, o enunciador cria estratégias persuasivas, que mobilizam a atenção do leitor, buscando sua adesão. Reconhecer, compreender e analisar essas estratégias é de fundamental importância para os pesquisadores da argumentação, pois compreendemos que, a cada nova produção enunciativa, novos discursos são postos em prática e a intencionalidade dos textos é desvendada. Nesse caso, o enunciador é visto como um estrategista, um ser dotado de intencionalidade, manifestada a partir de suas produções discursivas.

A aplicação das vertentes teóricas optadas por nós, em exemplares do gênero textual coluna de opinião, publicado em um veículo midiático formador de opiniões, propiciou-nos levantar algumas considerações finalizadoras:

- as colunas de opinião analisadas são gêneros mantenedores de unidade temática, diretamente vinculada à exterioridade imediata, porém mantenedora de relações diretas com enunciados anteriores comprovando seu aspecto dialógico;
- as colunas de opinião foram mediadas por fatos cronológicos responsáveis pela continuidade das produções: o fim do segundo mandato do governo Lula, a escolha de Dilma Rousseff como sua sucessora, a campanha eleitoral do PT, a vitória de Dilma Rousseff e, por fim, a sucessão presidencial;
- as produções mantiveram-se conectadas à sua temática, por meio de um processo contínuo e, manteve-se fixado a ele até sua conclusão, condicionada por fatores extratextuais.
- os exemplos de nosso *corpus* fazem parte de uma memória coletiva determinada pelas práticas enunciativas regidas pelo contexto sócio-

histórico em que eles foram produzidos, as análises do contexto de produção e das cenas enunciativas confirmam isso;

- os fatores textuais e os elementos linguísticos foram utilizados pelo enunciador como recursos argumentativos que possuem a função de orientar os interlocutores a conclusões definidas pelo enunciador;
- o efeito argumentativo, no *corpus* analisado, é resultado direto da articulação dos dados fornecidos pelo contexto sócio-histórico da produção, configurados pelas cenas enunciativas e textualizadas a partir de elementos linguísticos eleitos pelo enunciador com a finalidade de conduzir seus interlocutores por meio de um discurso de caráter persuasivo.

Em uma perspectiva discursiva, os textos analisados, a partir de unidades semântico-argumentativas, revelam a autoridade de um enunciador que possui a função de direcionar um discurso. Em contrapartida há o posicionamento de enunciatário de permitir ou não que esse discurso seja validado, por meio de sua aceitação, crítica, questionamento ou, inclusive, por sua rejeição. Portanto, é na forma como recepciona o discurso alheio que o interlocutor define a maneira que foi afetado por ele. Assim, o ciclo dialógico da linguagem perpetua-se, novos discursos são postos em prática, à medida que há a apropriação ou o embate com enunciados anteriores. A argumentação é parte integrante de todas as manifestações discursivas e, por meio dela, firmamo-nos como seres dotados da capacidade de manipular nossa principal característica: a linguagem.

Temos consciência de que não esgotamos a análise dos textos selecionados para esta dissertação, no entanto, desejamos que nosso trabalho possa ser inspirador de futuros estudos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 8 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. L' argumentation dans la langue. **Langages**, n. 42, 1976. P. 5-27.

ANTUNES, Irlandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 1 ed. Tradução de: Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Rideel, 2007.

AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Tradução de: José Horta Nunes. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.

AZEVEDO, Melissa C. H. R; OLIVEIRA, Esther G. Mecanismos intensificadores no discurso publicitário. **Entretextos**. v.1. P. 9-20, jan./dez. 2005.

_____; _____. NASCIMENTO, Suzete S. Recursos lingüístico-argumentativos no discurso publicitário. **Línguas e letras**. v. 9, n. 16, 2008.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. 4 ed. v. 1, São Paulo: Ática, 1990a.

_____. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. 4 ed. v 2. São Paulo: Ática, 1990b.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de: Michael Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Estética da criação verbal**. Tradução de: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introducción a la lingüística del texto**. Tradução espanhola. 1 ed. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1997.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.

BENTES, Anna Cristina. Lingüística textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. 7 ed. v. 1. São Paulo: Cortez, 2007.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. Tradução de: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.

_____. **Problemas de lingüística geral I**. 4 ed. Tradução de: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. Campinas: Pontes, 1995.

BLASQUE, Roberta Maria Garcia. **As relações semântico-argumentativas de coordenação e subordinação em títulos de propagandas veiculadas em revistas**. 2011. 206f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

BONINI, Adair. O conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais: um estudo introdutório. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão-SC. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da UNISUL, v. 2, n.1, jul. 2001.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Tradução de: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Tradução de: Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.

_____. **Atividades de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Tradução e organização de: Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes M. Matêncio. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

CAMPOS, Claudia Mendes. O percurso de Ducrot na teoria da argumentação na língua. **Revista da Abralin**. v. 6, n. 2, 139-169, jul./dez. 2007.

CARVALHO, Nelly de. **Publicidade: a linguagem da sedução**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2007.

CHARAUDEAU, Patrik; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução de: Fabiana Komesu (Coord.). 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 8 ed. São Paulo: Ática, 1994.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

CORDEIRO, Isabel Cristina. **Argumentação e leitura: uma relação de complementaridade**. 2007. 312f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

CUNHA, Euclides Rodrigues Pimenta. **Os sertões: Campanha de Canudos**. 27 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica lingüística**: dizer e não dizer. Tradução de: Carlos Vogt (e outros). São Paulo: Cutrix, 1977.

_____. **Provar e dizer**: leis lógicas e leis argumentativas. Tradução de: Maria Aparecida Barbosa (e outros). São Paulo: Global, 1981.

_____. **O dizer e o dito**. Tradução de: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. Argumentação e “topoi” argumentativos. Tradução de: Eduardo Guimarães. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes. 1989.

_____. Enunciação. **Enciclopédia Einaudi**. v. 2. Linguagem-Enunciação. Tradução de: Maria de Bragança. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

_____. TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. Tradução de: Alice Miyashiro (e outros). 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. V. **Lingüística textual**: introdução. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **Coesão e coerência textuais**. 11 ed. São Paulo: Ática, 2006.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. **Um nome de teoria estabilizado, sentidos em movimento : a semântica argumentativa na história**. 2005. 210f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2 ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Elementos de análise do discurso**. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de: Luiz F. B. Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FRASSON, Regina Mafalda Denardin. A intertextualidade como recurso de argumentação. **Letras** n. 4. Santa Maria-RS, 1992, p. 85-96.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. A lingüística textual e seus mais recentes avanços. **Caderno do CNLF (CIFEFIL)**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 04, p. 65-75, 2005.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo: Hacker Editores/EDUSP, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, Eduardo. (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

_____. **História da semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Texto e argumentação**: um estudo das conjunções do português. 4 ed. São Paulo: Pontes, 2007.

GUIMARÃES, Elisa. Figuras de retórica e argumentação. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: EDUSP, 1997.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997a.

_____. O texto e a (inevitável) presença do outro. **Letras**. n. 14, UFMS-RS, 1997b, p. 107-124.

_____. **Introdução à linguística textual**: trajetórias e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004b.

_____; BENTES, Anna Cristina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Cortez, 2006.

_____; _____. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

_____; TRAVAGLIA, Luis Carlos. **A coerência textual**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LAPA, Manoel Rodrigues. **Estilística da língua portuguesa**. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 6 ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1998.

MAINARDI, Diogo. Yabadabadoo. **Revista Veja**. ed. 2155. p. 147. São Paulo: Editora Abril, 10 de março de 2010.

_____. Com Dilma, o PT chega em quinto. **Revista Veja**. ed. n. 2191. P. 147. São Paulo: Editora Abril, 17 de outubro de 2010.

_____. Meu adeus como colunista. **Revista Veja**. ed. n. 2195. P. 227. São Paulo: Editora Abril, 15 de dezembro de 2010

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de: Freda Indursky. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Termos-chave da análise do discurso**. Tradução de: Márcio Venício Barbosa e Maria E. A. T. Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOUSSY, Ruth (Org.) **Imagem de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. P. 69-92.

_____. **Cenas da enunciação**. Sírio Possenti e Cecília P. de Souza-e-Silva (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. Sírio Possenti e Cecília P. de Souza-e-Silva (Org.). Tradução de: Adail Sobral. et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Rumos atuais da Lingüística Textual. Texto de conferência pronunciada no LXVI Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo. **Anais...** do GEL, São José do Rio Preto, 1998.

_____. Gênero textual: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & ensino**. São Paulo: Lucerna, 2005.

_____. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criadora. In: MARCUSCHI, Luiz A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Linguística de Texto: o que é como se faz?** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MARQUES, Luis Henrique. **Teoria e prática de redação para jornalismo impresso**. Bauru: EDUSC, 2003.

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2 ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro.** 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português.** São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **A gramática: história, teoria e análise.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. A argumentação na Antigüidade. **Signum: estudos lingüísticos.** Londrina, n.5, dez. 2002.

_____. Aspectos diferenciais dos operadores argumentativos e dos marcadores discursivos. In: SANTANA NETO, João Antonio; MACEDO, Joselice; ROCHA, Maria José Campos (Org.). **Discursos em análise.** Salvador, UCS, 2003. P. 231-243.

_____. Argumentação: da Idade Média ao século XX. **Signum: estudos lingüísticos.** Londrina, n.7/2, dez. 2004.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento.** Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação: a Nova Retórica.** Tradução de: Maria Ermantina Galvão G. Pereira, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica.** Tradução de: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA LIMA; Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 43 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola.** Tradução de: Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

TRASK, Robert Lawrence. **Dicionário de linguagem e lingüística.** Tradução de: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

TRINGALI, Dante. **Introdução à retórica: a retórica como crítica literária.** São Paulo: Duas Cidades, 1988.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem.** Tradução de: Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** Tradução de: Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 2001.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra (Portugal): Livraria Almedina, 2001.

VOGT, Calos. **O Intervalo Semântico**: contribuições para uma Teoria da Semântica Argumentativa. São Paulo: Atica, 1977.

_____. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec/FUNCAMP, 1980.

WEINRICH, H. **Tempus**: estructura y función de los tempos en el language. Tradução de espanhola de: Frederico Latorre. Madrid: Editora Gredos, 1968.

ANEXOS

1ª Coluna: *Com Dilma, o PT chega em quinto*, publicado na edição nº. 2191, em 17/11/2010, p. 147.

LITTLE BLACK SAMBA

COR PROIBIDA Little Black Samba, animação com estereótipos raciais dos anos 30: parte da história

tar, em DVD, filmes dos anos 30 e 40 que acabaram banidos por representar estereótipos negros. Essas obras, diz McWhorter — que por acaso é negro —, são parte da história (e sua estereotipia não seria muito diferente daquela que se vê em cliques de rap). “Manter esses desenhos trancados faz os negros parecerem fracos”, diz McWhorter. No cerco a Monteiro Lobato, há mais do que fraqueza. Há uma perversidade muito própria da burocracia estatal, quando esta é aparelhada por uma linha ideológica. *Caçadas de Pedrinho*, por acaso, inclui uma hilariante sátira à estupidéz governamental, representada pelo estrafalento Departamento Nacional de Caça ao Rinoceronte — que se esforça para não capturar o dito rinoceronte, pois tal sucesso representaria o fim do departamento e o desemprego de todos os seus funcionários e “encostados”. Perseguindo fantasmas de racismo na obra do melhor autor de literatura para crianças do país, a Secretaria da Igualdade Racial e o Conselho Nacional de Educação são os novos caçadores de rinocerontes do Brasil. ■

Mainardi
Diogo

publicado em
www.veja.com.br

Com Dilma, o PT chega em quinto

O leitor de VEJA já sabe o que esperar de mim: em matéria de prognósticos eleitorais, eu erro fatalmente, eu erro teimosamente, eu erro humorosamente. Nos primeiros meses de 2008, prognostiquei que a candidata petista chegaria em quinto lugar. Dois anos e meio depois, estou aqui reivindicando meu erro. Errei, errei, errei.

É bom errar. É bom repetir que errei. Só há um aspecto de meu trabalho de que realmente me orgulho: eu nunca tentei compreender a mente ou o comportamento de meus compatriotas. Eu me atementaria se um dia, mesmo que por engano, acabasse acertando um resultado eleitoral. Os valores aos quais sou mais apegado rutilam. Quem compreende a mente e o comportamento dos brasileiros é Valdemar Costa Neto. Quem compreende a mente e o comportamento dos brasileiros é a Mulher Melancia. Quem compreende a mente e o compor-

tamento dos brasileiros é Chico Buarque. Eles sabem o que os brasileiros querem. Eu só sei o que os brasileiros repelem. Eles repelem Antonello da Messina e Memling. Eles repelem Pitágoras e Empédocles.

De todos os nossos escritores, o único que conseguiu compreender a mente e o comportamento dos brasileiros foi Euclides da Cunha. Eu sempre recorro a ele quando tenho de tratar do assunto. Ele é meu Valdemar Costa Neto particular. Euclides da Cunha podia interpretar o caráter de uma pessoa a partir do formato e da medida de suas orelhas ou de sua testa. Eu me pergunto como ele teria interpretado o formato e a medida das orelhas de um eleitor do PT, como Chico Buarque.

Analisando a campanha de Caramelo, Euclides da Cunha delineou perfeitamente o caráter nacional. Os fanáticos de Antônio Conselheiro eram uns “brocos”, uns “primitivos”, uns “retardatários”, uns “retrogrados”, uns “impotentes”, uns “passivos”. Eles eram “uma turba de neuróticos vulgares”, de “desvalrados”, de “desequilibrados incuráveis”. Eles eram “uma gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, vezada à mândria e à rapina”. Eles eram dotados de uma “moralidade rudimentar”, com uma série de “atributos que impediam a vida num meio mais avançado e complexo”. Eles eram um retorno “ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie”.

Euclides da Cunha compreendeu a mente e o comportamento dos brasileiros. Ao contrário de mim, ele jamais teria errado o resultado eleitoral.

veja | 17 DE NOVEMBRO 2010 | 13

2ª Coluna: *Meu adeus como colunista*, publicado na edição nº. 2195, em 15/12/2010, p. 227.



Diogo Mainardi
publicat em
www.veja.com/diogramainardi

Meu adeus como colunista

Esta é minha última coluna. Eu passei oito anos zombando do lulismo. Se agora eu passasse a zombar do dilmismo, que é uma mera pantomima do lulismo, eu me tornaria uma mera pantomima de mim mesmo.

— Diogo é um Arlecchino! Diogo é um Pantalone! Diogo é uma Colombina!

O lulismo queria que eu fosse embora do Brasil. Eu fui. O lulismo queria que eu me desinteressasse do presidente da República. Eu me desinteressei. O lulismo queria que eu renunciasse à minha coluna. Eu renunciei. Eu sou igual a um marido que, para poder se livrar da mulher amarga e rancorosa, cede todos os seus bens e vai morar num flat. Eu fui morar num flat mental. Eu fui morar numa kitchenette existencial. Eu sei que o lulismo está feliz de se separar de mim, mas garanto que eu estou incorparavelmente mais feliz de me separar dele.

“VEJA é uma Ferrari. Para poder me livrar do dilmismo, estou pronto a ceder minha vaga na escuderia. O que eu quero, neste momento, é pilotar um kart. De agora em diante, escreverei apenas um artigo mensal para VEJA”

Rubens Barrichello compreendeu a natureza do dilmismo. Quando lhe perguntaram o nome da presidente eleita, ele respondeu sabiamente:

— Como é que se chama a mulher?

A partir de hoje, esse é meu lema. Eu posso falar sobre Bartolomeo Bon. Eu posso falar sobre Anco Marcio. Eu posso falar sobre Cosmê Tura. Quem mais? Eu posso falar sobre

Sexto Empírico. Eu posso falar sobre Pavel Chichikov. Eu posso falar sobre Pepe Le Pew. Só a presidente eleita está proibida de entrar em meu flat mental. Sobre ela, minha resposta será sempre a mesma:

— Como é que se chama a mulher?

Além de compreender a natureza do dilmismo, Rubens Barrichello compreendeu também a natureza do automobilismo. Ele demonstrou que, se é para guiar devagar, ninguém precisa de uma Ferrari. VEJA é uma Ferrari. Para poder me livrar do dilmismo, estou pronto a ceder minha vaga na escuderia. O que eu quero, neste momento, é pilotar um kart. De agora em diante, escreverei apenas um artigo mensal para VEJA. Renuncio à coluna, portanto, mas continuo aqui, em marcha lenta. Milan Kundera disse que quem anda devagar contempla as “janelas de Deus”. Rubens Barrichello anda devagar e contempla as janelas de Deus. Sou bem mais modesto do que ele. Para mim, basta poder contemplar as janelas da minha kitchenette existencial.

O primeiro ato de um espetáculo grotesco, como aquele encenado pelo lulismo até 2006, pode despertar algum interesse. O segundo ato é inevitavelmente mais sonolento. Mas é o terceiro e último ato, repetindo as mesmas galhofas dos anteriores, que realmente entedia e aporrinha o espectador. Foi para poupar o público desse constrangimento que resolvi sair do palco.

— Onde está o Arlecchino? Onde está o Pantalone? Onde está a Colombina?

(Um espectador aplaude. Outro arriua um tomate. Outro ríscia. Outros arriua um tomate. Outro ríscia. Outros...)

SATIRISTA DOS ESCRITÓRIOS
Gógol: ele ridicularizava os burocratas — e seus narizes

do volume narrado em primeira pessoa, tem como protagonista um funcionário que se dá mais importância do que realmente tem, a ponto de, no ápice de seu delírio, acreditar-se rei da Espanha. O engraçadíssimo *O Nariz*, um prodígio de fabulação e agilidade narrativa, trata de outro funcionário (este um pouco mais graduado) que um belo dia acorda sem seu apêndice nasal — e dá com o mesmo caminhando pelas ruas, na absurda figura de conselheiro de estado. Na literatura posterior, esse registro irônico da burocracia constituiria uma vertente forte. Está representada, por exemplo, em *Bartleby, o Escrivão*, publicado pelo americano Herman Melville pouco depois da morte de Gógol. Ou, já no século XX, em *O Processo* e *O Castelo*, do checo Franz Kafka (como Gógol, um grande humorista).

Os contos de Gógol revelam sua modernidade ainda na forma como captam o sorvelinho da vida urbana. *Noite de Natal* tem um diabo que rouba a Lua dos céus — mas nada disso parece tão mágico quanto a agitação das ruas de São Petersburgo vistas da perspectiva de um interiorano (*veja trecho na pág. ao lado*). Em *Tudo que É Sólido Desmancha no Ar*, leitura obrigatória dos *maiores* (assim mesmo, com “u”) na década de 80, o crítico americano Marshall Berman apontava o caráter pioneiro da obra de Nikolai Gógol: sua prosa antecipava as “paisagens urbanas cubofunaristas”, como se o autor estivesse inventando o século XX. Mas fazer de Gógol um “precursor” é reduzir sua dimensão. Ele é desses autores que estão sempre à nossa frente. ■

veja | 15 DE DEZEMBRO DE 2010 | 227